



Daniel Oswaldo Santana de Souza

**Desigualdades no Centro da
Cidade Partida:
sentidos do trabalho entre jovens de
diferentes classes sociais**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Administração de Empresas.

Orientadora: Profa. Ana Heloísa da Costa Lemos

Rio de Janeiro

Maio de 2018



Daniel Oswaldo Santana de Souza

**Desigualdades no Centro da
Cidade Partida:
sentidos do trabalho entre jovens de
diferentes classes sociais**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-
graduação em Administração de Empresas da PUC-
Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo
assinada.

Profa. Ana Heloísa da Costa Lemos

Orientadora
Departamento de Administração – PUC-Rio

Prof. Carlos Henrique Aguiar Serra

UFF

Profa. Flávia de Souza Costa Neves Cavazotte

Departamento de Administração – PUC-Rio

Profa. Lucia Barbosa de Oliveira

EBAPE - Fundação Getulio Vargas

Prof. Sidinei Rocha de Oliveira

UFRGS

Prof. Augusto Cesar Pinheiro da Silva

Coordenador Setorial do Centro de Ciências Sociais
– PUC-Rio

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Daniel Oswaldo Santana de Souza

31 anos, jornalista e Mestre em Administração de Empresas (Organizações), ambos pela PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Souza, Daniel Oswaldo Santana de

Desigualdades no centro da cidade partida : sentidos do trabalho entre jovens de diferentes classes sociais / Daniel Oswaldo Santana de Souza ; orientadora: Ana Heloísa da Costa Lemos. – 2018.

185 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Administração, 2018.

Inclui bibliografia

1. Administração – Teses. 2. Sentido do trabalho. 3. Significado do trabalho. 4. Classe social. 5. Condicionante social. 6. Juventude. I. Lemos, Ana Heloísa da Costa. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Administração. III. Título.

CDD: 658

À minha mãe e a meu pai

Agradecimentos

Por todas as oportunidades de aprendizado ao longo do doutorado, desde o processo de seleção, até o fechamento desta tese, agradeço à minha orientadora, professora Ana Heloísa da Costa Lemos.

Pelo conhecimento compartilhado, fundamental na realização desse trabalho, agradeço aos componentes da Comissão Examinadora: professor Carlos Henrique Aguiar Serra, professora Flávia de Souza Costa Neves Cavazotte, professora Lucia Barbosa de Oliveira e professor Sidinei Rocha de Oliveira.

Pela conclusão do meu 10º ano como aluno nesta instituição, agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, representada em todos os seus funcionários, tanto os do corpo docente, quanto os dos quadros administrativos.

Pela parceria pela muitas vezes árida trajetória do doutorado, agradeço à Juliana Werneck Rodrigues e a Rodrigo Cuba Mancebo, amigos doutorandos fundamentais em todo o curso.

Pela confiança e pela inspiração que carrego para a carreira acadêmica, aos professores Jorge Ferreira da Silva e Angela Maria Cavalcanti da Rocha.

Saindo da PUC: agradeço aos jovens trabalhadores que se disponibilizaram a serem entrevistados por mim.

Gratidão por todo o suporte subjetivo da psicoterapia. Marcela Garcia, obrigado pela companhia por todos os altos e baixos nesse período.

Sou grato pela sorte de ter os melhores amigos, com os quais eu pude por vezes me distrair.

Agradeço especialmente minha mãe, Maria Bernadete Santana de Souza, meu pai, Oswaldo Pinto de Souza e minha tia, Mary Nadjá Santana: por tudo que sou.

E finalmente, agradeço a Deus, por toda essa estrutura (estruturada e estruturante) com a qual fortuitamente eu fui agraciado.

Resumo

Souza, Daniel Oswaldo Santana de; Lemos, Ana Heloísa da Costa. **Desigualdades no Centro da Cidade Partida: sentidos do trabalho entre jovens de diferentes classes sociais.** Rio de Janeiro, 2018. 185p. Tese de Doutorado – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese teve como objeto de pesquisa a associação de aspectos econômicos e sociais ao fenômeno da dotação de sentidos ao trabalho. Considerados de forma articulada, tais aspectos viabilizam a observação do trabalhador como um ser social, passível de uma análise sob a perspectiva teórica de classes. A Teoria dos Condicionantes Sociais, de Pierre Bourdieu (2015), destacou-se como uma lente teórica útil na consideração deste objeto de pesquisa. Estabelecido o recorte de pesquisa - jovens trabalhadores do Centro do Rio de Janeiro – os objetivos deste estudo: a) compreender como se dá a dotação de sentidos ao trabalho entre jovens de diferentes classes sociais; b) remontar as origens do sentido do trabalho comuns a cada classe social entre os jovens; e c) identificar os condicionantes sociais do campo profissional referentes à cada classe social. Foram realizadas 18 entrevistas em profundidade com jovens trabalhadores que, para efeitos de análise, foram divididos em dois grupos: “jovens zona norte” – de estratos sociais menos abastados; e “jovens zona sul” – de estratos sociais mais afluentes. Em linhas gerais, nos dois grupos destacou-se a percepção do trabalho como uma forma de subsistência. Entre os jovens zona norte, a atividade profissional é carregada de forte sentido moral, já dentre os jovens zona sul, consideram-se também aspectos hedonistas referentes ao trabalho, que seria o exercício de uma vocação, dotada com uma função de relevância e impacto social. O cotidiano profissional e a família emergem como categorias que explicam a origem dos sentidos atribuídos ao trabalho para esses dois grupos. Todavia, dentre os jovens zona sul, depreende-se a percepção de que tal construção se daria de forma reflexiva, sendo ponderado por seus próprios valores e crenças. A socialização primária dos jovens zona norte é marcada por uma considerável fragilidade da sua experiência escolar e familiar - no sentido de provisão material. Em contraponto, os jovens zona sul gozam de uma experiência escolar axiomática e amplo suporte familiar.

Palavras-chave

Sentido do trabalho; significado do trabalho; classe social; condicionante social; juventude.

Abstract

Souza, Daniel Oswaldo Santana de; Lemos, Ana Heloísa da Costa (advisor).
Inequalities in The Center of The Cleaved City: meanings of work among young people from different social classes. Rio de Janeiro, 2018. 185p.
Doctoral Thesis – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis is about the association of economic and social aspects to the meaning of work phenomena. Considered in an articulated way, these aspects enable the observation of the worker as a social agent, through the theoretical perspective of social classes. Pierre Bourdieu's Theory of Social Conditioning stood out as a theoretical lens useful in the consideration of this object of research. Once established one specific group of interest – young workers at the Center of Rio de Janeiro City – the research objectives were: a) understand how the meaning of work phenomena happens among young workers from different social classes; b) set back the sources of meaning of work common to each social class; and c) identify the social determinants of the professional field related to each social class. Eighteen in-depth interviews were carried out with young workers who, for the purposes of analysis, were divided into two groups: "north zone" - concerning less well-off social strata; and "south zone" - concerning more affluent social strata. In general, the two groups emphasized the perception of work as a form of subsistence. Among the young people from the north zone group, professional activity has a strong moral sense, and among the ones from the south zone group, some hedonistic aspects are related to work, which would also be the performance of a vocation, endowed with a social function of relevance and impact. Work context and the family emerge as categories that explain the sources of the meanings attributed to work for both groups. However, among the subjects from the south zone group, there is a perception that such construction would take place in a reflexive way, being filtered by its own values and beliefs. The primary socialization of the young workers from the north zone group is marked by a considerable fragility of their scholar and familiar experience - in the sense of material provision. In contrast, the subjects from the southern zone group enjoy an axiomatic school experience and broad family support.

Keywords

Meaning of work; social class; social conditioning; youth.

Sumário

1 À Guisa de Prefácio: Juventudes Que se Cruzam no Centro da Cidade Partida	15
2 Introdução	20
2.1. A identificação de um objeto de pesquisa	20
2.2. A justificativa do estudo	22
2.2.1. A lacuna teórica da pesquisa sobre o sentido do trabalho	22
2.2.2. A teoria de classes de Pierre Bourdieu	23
2.3. O recorte de pesquisa	25
2.3.1. A decisão pelos jovens de diferentes classes sociais	25
2.3.2. A escolha do Centro do Rio como campo de pesquisa	27
2.4. Objetivos do estudo	28
2.5. Relevância da pesquisa	29
2.6. Organização da tese	30
3 Referencial Teórico	31
3.1. Sentido do Trabalho	32
3.1.1. Uma breve introdução	32
3.1.2. Sentido X Significado: um debate semântico	34
3.1.3. Sentido do trabalho: pesquisas seminais	36
3.1.4. Delimitando a lacuna teórica da pesquisa do sentido do trabalho	45
3.1.5. A produção científica recente sobre o sentido do trabalho	50
3.2. Teoria das Classes Sociais	61
3.2.1. A trajetória do conceito	61
3.3. Juventude(s)	90
3.3.1. Alguns números sobre os jovens	91
3.3.2. O Y da questão	93
3.3.3. A(s) juventude(s) do Brasil	95
4 Metodologia	98

4.1. Considerações epistemológicas	99
4.2. Seleção dos sujeitos de pesquisa	101
4.2.1. Sobre a faixa etária	101
4.2.2. Sobre a experiência profissional	101
4.2.3. Sobre as classes sociais	102
4.2.4. Sobre a delimitação geográfica	103
4.2.5. Sobre a terminologia adotada	103
4.3. O processo empírico	104
4.3.1. Entrevistas em profundidade	104
4.4. Análise do conteúdo das entrevistas	109
4.5. Limitações do método	111
5 Apresentação e Análise dos Resultados	114
5.1. Jovem Zona Norte	115
5.1.1. Os sentidos do trabalho	115
5.1.2. As origens do sentido do trabalho	120
5.1.3. Os condicionantes sociais do campo profissional	123
5.1.4. O espectro do jovem zona norte	129
5.2. Jovem Zona Sul	135
5.2.1. Os sentidos do trabalho	135
5.2.2. As origens do sentido do trabalho	140
5.2.3. Os condicionantes sociais do campo profissional	143
5.2.4. O espectro do jovem zona sul	148
5.3. As (des) igualdades no Centro da Cidade Partida	155
5.3.1. Sobre os sentidos do trabalho	155
5.3.2. Sobre as origens dos sentidos do trabalho	158
5.3.3. Sobre os condicionantes sociais do campo profissional	159
6 Conclusões e Considerações Finais	161
6.1. Quanto ao cumprimento dos objetivos de pesquisa	161
6.2. Contribuições da pesquisa	163
6.2.1. Sobre as contribuições teóricas	163
6.2.2. Sobre as contribuições práticas	165
6.3. Limitações da pesquisa e sugestões de pesquisas futuras	166

7 Referências bibliográficas	168
8 Anexos	183

Lista de Quadros

Quadro 1 - O uso dos termos sentido e significado na literatura científica brasileira	34
Quadro 2 - As três dimensões do sentido do trabalho (MOW, 1987)	38
Quadro 3 - As origens do sentido do trabalho (ROSSO, DEKAS, WRZESNIEWSKI, 2010)	40
Quadro 4 - Os mecanismos de significação do trabalho (ROSSO, DEKAS E WRZESNIEWSKI, 2010)	42
Quadro 5 - Ocupação Jovem – Suplemento Educação – Pnad (2016)	92
Quadro 6 - Roteiro da entrevista em profundidade	105
Quadro 7 - Grupo de jovens entrevistados	107
Quadro 8 - Categorização emergente dos dados	111

*Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia a troco de nada
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
A manhã desejada
Gonzaguinha – E vamos à luta*

À Guisa de Prefácio: Juventudes Que se Cruzam no Centro da Cidade Partida

Não são nem 5h quando dispara o alarme no celular de Helena. Ela gosta de programar pra tocar às 4h55, pra ter o micro prazer de postergar por só mais cinco minutos a sensação de estar deitada – apesar de já ter acordado. Hoje o dia promete ser um dos longos e ela queria aproveitar, o máximo que pudesse, aquele finalzinho do abraço que sua cama e seu edredom lhe deram a noite toda. Apesar de um verão escaldante, seu quarto “quase congela” – como fustiga sua mãe. Mas esse é o único jeito que ela conseguia dormir.

Não era possível mais adiar: Helena levanta. Morar perto da praia tem suas vantagens, mas em dias úteis, elas parecem desaparecer. O ônibus para a faculdade, que fica a quase 40km de sua casa, na Região Oceânica de Niterói, nunca atrasa nesse primeiro horário e hoje era dia de prova: pontualmente, às 7h, na Zona Sul do Rio.

Nunca foi menos sofrida essa rotina, mas Helena já estava acostumada. Agora, aos 22 anos, no oitavo período do curso de Direito, ela não achou o teste dos mais difíceis. Ela não mira num 10. Atenta nas aulas, ela consegue aplicar o que aprende na sua rotina como estagiária e se dá por muito satisfeita com isso e com uma nota 7. “É o humanamente possível”, de vez em quando argumenta com a sua terapeuta, ao discutir as suas decisões de vida, principalmente sobre as que se referem à sua vida profissional.

Helena não lembra de ter brincado em algum momento de ter montado um tribunal de júri com as suas bonecas, ou de ter encenado uma sustentação oral com as amigas do condomínio. Seus pais são médicos e desde que se entende por gente, esse seria o único trabalho que valeria a pena. Seus outros dois irmãos compraram essa ideia. O mais velho, aos poucos conseguia fazer com que alguns pacientes de seus pais “migrassem” para a sua agenda. O mais novo, por sua vez, comemorava sua recente aprovação “na federal” – ele gostava de enfatizar.

Helena sempre foi das engajadas. Na escola, sempre era das mais comprometidas com os projetos de ação social que eram organizados vez ou outra. Essa solidariedade marcada no calendário a incomodava, mas seus questionamentos nunca alteraram o cronograma escolar. Nesse momento, ela percebeu uma vocação para o Serviço Social. Recebeu inclusive uma comprovação disso, num teste que fez bem no início do último ano do Ensino Médio, preparando-se para o vestibular. “Mas você vai morrer de fome!” – sentenciavam seus pais. O teste foi refeito até que o resultado saísse Direito.

Agora o curso já caminha pro fim. A prova da Ordem não a assusta, mas a perspectiva de passar no mínimo 30 anos fazendo algo parecido com o que ela faz em seu estágio de vez em quando lhe tira o sono. E ela ocupa uma posição bem disputada. Na fase final do processo de seleção que fez para um dos melhores escritórios de advocacia do país, ela se destacou por ter fluência em três idiomas. “Não foram à toa todos aqueles cursos aos sábados, o dia inteiro!” – ela comemorou no dia da sua contratação.

Mas a empolgação dos três primeiros meses já está no passado. Sua identificação com o Direito Tributário tende a zero, mas outros números, aqueles que constam no seu holerite, compensam esse desacordo. E além do mais, o escritório tem a promessa: aqueles com melhor desempenho serão agraciados com uma bolsa de estudos para um mestrado internacional. Sua paixão por viajar – que consome todo o dinheiro que ela consegue juntar – a mantém esperançosa. Seria o fechamento ideal pra ela, que de certa forma se sente em débito, por ter feito os pais pagarem tão caro por um diploma de ensino superior. “Tudo o que você precisar, Helena...” – acalmava sua mãe. Esse suporte, para Helena, conseguia ser confortável e desconfortável ao mesmo tempo.

“Ah, pelo menos 7, com certeza”, Helena comentava com uma colega, enquanto desciam com pressa as escadas rumo ao pilotis do prédio onde acabaram de fazer a prova. Ambas trabalham no mesmo edifício e hoje, a colega tinha ido de carro. “Deixa que eu pago o estacionamento”, ofereceu Helena. Nas suas contas, sairia muito barato o conforto dessa carona, em comparação com todas as baldeações, de todos os dias, de ônibus e de metrô, da Zona Sul até o Centro do Rio.

--

Em Magé, Tião acordou mais cedo que Helena. O nome no registro é Sebastião, uma homenagem ao santo, feita pela mãe, antes de “aceitar o Evangelho”

numa igreja neopentecostal. Ele já nem precisa programar um alarme. A rotina de pular da cama às 10 pras 4h é tão velha quanto a sua filha mais velha, que já tem cinco anos. A caçula tem dois anos e a barriga de sua mulher já está bem saliente, ao quarto mês de gravidez.

Toda a sua movimentação, tão cedo, precisa ser extremamente cautelosa. No auge do verão, o calor intenso deixa o sono de qualquer um muito frágil e Tião não quer acordar toda a sua família tão cedo. É só ele quem precisa cumprir esse sacrifício. E a essa altura, ele já não o vivencia com sofrimento: “Faz parte!” – conclui.

O que separa o ambiente em que toda a sua família dorme, do ambiente que ele passa uma água no corpo rapidamente antes de sair é um pedaço de tecido fino. Tião precisa sair de casa o quanto antes. O caminho até o ponto de ônibus leva uns 10 minutos e a condução parece passar só quando tem vontade.

A incerteza do horário contrapõe-se à certeza da lotação. Tião é bem esguio e quase sempre consegue se apertar em algum canto no ônibus. Quase sempre. Dessa vez ele comemora por não ter que ficar esperando uma outra condução passar – sabe-se lá quando. São uns 40 minutos, suando, naquela massa humana, até a primeira baldeação, na estação de trem.

A vida de Tião mudou aos seus 16 anos. Nessa época, ninguém diria que ele viria a ser um orgulhoso chefe de família: pai de três. Sua mãe já havia algum tempo desistido de incentivá-lo a estudar. Na verdade, ela não tinha como (tempo para) fazer isso. Importante destacar que o seu pai ele nunca conheceu. Nesse vácuo de atenção, Tião ia alimentando um desânimo com os livros. As reprovações iam se acumulando e na escola, o ano nunca passava. Mas só na escola. Iguais ao Tião, muitos de seus colegas iam abandonando as salas de aula e se ocupavam como podiam.

Tião não gosta nem de ficar falando, mas conhece boa parte do pessoal “do movimento” em sua comunidade. Alguns de seus amigos da época acabaram largando de vez a escola para disparar foguetes quando a polícia chegasse. Mas Tião nunca se interessou pela pirotecnia.

Talvez fosse resultado da insistência da mãe, que nunca abria mão de arrastar o filho todo domingo ao templo. Até que finalmente um milagre aconteceu: como se uma graça divina tivesse descido na igreja e quebrado toda a resistência de Tião

em firmar aquele compromisso semanal, não só com sua mãe, “mas com Jesus” – como ela tentava evangelizar.

Graça foi aquela que veio a ser a sua primeira namorada. A primeira séria, claro. Todo aquele tempo livre fora da escola lhe rendeu uma vida social animada. De vez em quando, ele até arranjava de fazer uns bicos “pra poder curtir um baile”. Inconformada, sua mãe recusava-se a contribuir com aquilo que ela julgava tão errado.

Foram poucos meses até que a namorada engravidasse. Pronto: teriam que casar. Era o que estava na Bíblia. Era o que diziam as mães dos dois. Era o que endossavam o irmão e alguns primos da gestante – que eram “do movimento”.

Com cada um ajudando como podia, na parte de trás do terreno da casa da mãe da então noiva, Tião conseguiu levantar quatro paredes, que sustentavam um teto. Sob aquele teto, havia-se feito um lar, no qual ele era o chefe. E que mudança! Era como se ele sentisse na pele todo o peso necessário para manter de pé aquela estrutura. Não tinha mais dúvida: os tempos de bicos pra curtir os bailes tinham acabado.

Tião tinha um amigo que também tinha largado a escola, mais ou menos na mesma época que ele, para vender biscoito de polvilho e mate nas praias da Zona Sul do Rio. Interessado em conhecer um pouco mais do negócio, ofereceu-se como assistente. Em pouco tempo conseguiu os recursos para tocar por conta própria as vendas. Percebeu-se com tino para o comércio. “Bem que eu gostava de matemática!” – veio uma memória feliz dos tempos de escola.

Demorou um pouco. “É complicado mesmo” – ele se lembrava – e se inspirava – da intensa jornada de trabalho da mãe. Mas Tião conseguiu substituir a rotina como andarilho na orla carioca, para um ponto fixo no Centro do Rio de Janeiro. À sombra de alguma árvore na Praça XV, tudo haveria de ser melhor.

O trem parava de sacolejar na Central do Brasil. Tião não podia perder tempo. Tinha que passar no depósito onde guardava a sua barraca, correr até a distribuidora de salgados para se abastecer de produtos e estar às 6h na frente da estação das barcas. É quando começam a chegar os primeiros clientes do dia. Satisfeito, ele pensa nas filhas e sorri, enquanto serve um guaraná.

--

Helena e Tião são sujeitos fictícios, idealizados na fase de conclusão desta pesquisa. Eles abrem a tese com o intuito de ilustrar, através de suas narrativas,

experiências de vida facilmente relacionáveis as dos jovens trabalhadores consultados nessa pesquisa.

As distâncias não só geográficas, mas também – e principalmente – sociais que afastam esses dois indivíduos são características na sociedade brasileira: marcada por profundas desigualdades sociais. Todavia, essas instâncias aparentemente tão distantes, representadas por esses personagens, convergem rumo ao Centro do Rio de Janeiro.

Da Praça XV, até a Cinelândia. Desde a região da Presidente Vargas e por todas as ruas que cortam a Avenida Rio Branco. Tal como um microcosmos da sociedade brasileira, a região central da segunda maior metrópole do país atrai diariamente uma miríade de “helenas”, “tiões” e muitos outros jovens, a fim de tomarem posição em seus respectivos postos de trabalho.

O trabalho, atividade cerne da experiência social contemporânea, é processado subjetivamente de maneiras diversas e apesar do destino ser o mesmo, as origens destes trabalhadores são muito diferentes. Nesse sentido, torna-se relevante a pergunta: De que forma ocorre a dotação de sentido ao trabalho entre jovens de diferentes classes sociais?

2 Introdução

Este capítulo foi organizado em seis partes. Na primeira, tem-se a identificação do objeto de pesquisa, que trata da associação de aspectos sociais e econômicos ao fenômeno da dotação de sentidos ao trabalho. Em seguida, delimita-se resumidamente o estudo com uma exploração da literatura científica do sentido do trabalho, a fim de destacar a oportunidade de pesquisa a qual esta pesquisa pretende se aproveitar, assim como a ferramenta teórica útil a esse intento. Em seguida, o recorte de pesquisa é explicado em detalhe, seguido de uma declaração dos objetivos da pesquisa, a justificativa de sua relevância e, finalizando, com uma apresentação sobre a forma que a tese está estruturada.

2.1. A identificação de um objeto de pesquisa

Há pouco mais de 60 anos, Morse e Weiss (1955) questionavam a disposição do sujeito em manter-se empregado, uma vez que estivessem garantidas a sua estabilidade e segurança financeira. Nesse estudo pioneiro acerca do sentido do trabalho foi possível identificar alguns aspectos subjetivos atinentes à atividade profissional. Através das diferentes respostas coletadas, os autores comprovaram empiricamente que o trabalho pode representar algo além de uma mera forma de subsistência. Para o homem norte-americano de meados do século XX, o trabalho significava a existência e o comprometimento com um propósito maior, um meio de autorrealização, de expressão. Mas nem sempre foi assim.

Investigando os fatores associados ao significado do trabalho, Kubo e Gouvêa (2012) remontaram a trajetória da percepção do trabalho ao longo da História, a partir de uma perspectiva ocidental. Fatores culturais, referentes à ascensão e declínio de impérios, e também alguns fatores religiosos, marcaram mudanças relevantes na forma que diferentes sentidos eram atribuídos à atividade profissional.

O período mais antigo citado pelos autores é o período da Grécia Antiga. Nessa época, o desejo por uma vida direcionada à busca pela sabedoria, relegava

ao trabalho um caráter de atividade inferior. Tal atividade estaria restrita em grande parte a escravos e alguns homens livres, excluídos da vida de esclarecimento, ócio e contemplação. No marco temporal seguinte, referente à Roma Antiga, a ideia de trabalho escravo começa a ceder espaço para novos ideais de disciplina e justiça, através de uma educação utilitária, de forte teor militar (KUBO; GOUVÊA, 2012)

Ainda de acordo com os autores, na Idade Média, o Cristianismo exerceu forte influência na percepção do trabalho. Pela perspectiva do Catolicismo, seria uma chance de redenção. Para o Protestantismo, seria uma forma de esquivar-se dos pecados, tais como a luxúria e o ócio – antigamente considerado a via rumo à uma vida virtuosa – e, ao mesmo tempo, uma forma de garantir uma fonte de renda.

Com o desenvolvimento do sistema capitalista no século XIX, o trabalho tornou-se a fonte principal da geração de riqueza. “Capital, terra e trabalho seriam os fatores de produção na escola clássica da Economia, base de tudo que fosse produzido” (KUBO; GOUVÊA, 2012: 542). Com o passar do tempo e a consolidação deste modo de produção, o trabalho é atualmente considerado um dos pilares da experiência humana. Michaelson et al. (2014) destacam que o trabalho serve como uma fonte primária de propósito, pertencimento e identidade ao sujeito contemporâneo. À sua maneira, a atividade profissional intermedia grande parte das interações entre os indivíduos, que através dela, experimentam desde sensações positivas como as de satisfação e júbilo, até aquelas negativas, tais como frustração, sofrimento, arrependimentos, medo e desespero, por exemplo (ARVIDCHVILI; KUCHINKE, 2009, SOUZA; TOMEI, 2016).

No campo da Administração, a trajetória do interesse pelo tema sentido do trabalho é pontuada por Arvidchvili e Kuchinke (2009). Num primeiro momento, a atenção teria sido desperta pelos experimentos de Hawthorne, nos anos 1920. A partir de então, outros marcos na atenção ao tema seriam o desenvolvimento do design de sistemas sociotécnicos, nos anos 1950; o movimento de potencial humano, em 1960, associado a contribuições da pesquisa sobre educação de adultos, até a pesquisa do Meaning of Work International Research Team (1987). Bendassolli e Gondim (2014) consideram este último o momento em que o tema ganha um corpo teórico mais robusto, com a elaboração de seu primeiro modelo conceitual. De acordo com Arvidchvili e Kuchinke (2009), o sentido do trabalho, tal como um nicho de pesquisa, é bastante relevante, sobretudo quando se leva em conta que, desde os anos 1990, ocorreram sucessivas, rápidas e intensas

transformações na natureza do trabalho. As relações entre empregadores e empregados, antes marcadas por certa estabilidade, agora têm caráter muito mais fluido e complexo. Como resultado, o sentido atribuído à atividade profissional vem sofrendo “transformações dramáticas” (ARVIDCHVILI; KUCHINKE, 2009).

Em 2010, em abrangente revisão de literatura, Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) identificam as origens e os mecanismos de significação recorrentes na literatura científica. Tal trabalho é tido, até hoje, como sendo de grande relevância para esse nicho teórico, por servir como uma base para abordagens mais integradoras atinentes ao tema (ARNAUX-NICOLAS et al. 2017). Nesta revisão, os autores (ROSSO; DEKAS. WRZESNIEWSKI, 2010) destacam diversas lacunas teóricas a serem preenchidas por pesquisas futuras, a fim de compreender melhor o fenômeno da dotação de sentido ao trabalho. Dentre elas, tem-se como relevante – e pouco explorada – a associação do sentido ao trabalho a aspectos sociais e econômicos. E é desta oportunidade de pesquisa que esta tese se aproveita.

De acordo com os autores, “pesquisadores do sentido do trabalho têm falhado enormemente ao não considerarem o papel do status social e econômico na forma que os trabalhadores dão sentido ao trabalho” (ROSSO; DEKAS. WRZESNIEWSKI, 2010: 116). Neste ponto, identifica-se o objeto de pesquisa que foi explorado nesta tese: a associação de aspectos sociais e econômicos ao fenômeno da dotação de sentidos ao trabalho.

2.2.

A justificativa do estudo

2.2.1.

A lacuna teórica da pesquisa sobre o sentido do trabalho

Da revisão de literatura empreendida sobre o sentido do trabalho nesta tese, identificaram-se pesquisas anteriores nas quais o tema é articulado a aspectos sociais e econômicos. Todavia, tais observações foram realizadas de forma circunscrita ao ambiente organizacional, limitando o escopo da contemplação do sujeito, tomando-o como se ele fosse somente um empregado. As relações com colegas de trabalho (SALANCIK; PFEFFER, 1978; WRZESNIEWSKI et al. 2003; DUTTON E RAGINS, 2007), com líderes organizacionais (SMIRCICH; MORGAN, 1982; BONO; JUDGE, 2003; PICCOLO; CLOQUITT, 2006;

POLDONY et al. 2015), com grupos e comunidades diversos (ASHFORTH; MAEL, 1989; GRANT; DUTTON; ROSSO, 2008), com a família (BRIEF; NORD, 1990; EDWARDS; ROTHBARD, 2000), por exemplo, evidenciam esta lacuna teórica. Permanece vacante, nesse sentido, uma consideração do fenômeno da dotação de sentidos ao trabalho de uma perspectiva sociológica sobre o sujeito trabalhador, tomando-o como um agente em socializações exteriores ao ambiente profissional, onde articulam-se aspectos econômicos e sociais em suas experiências de vida.

A fim de aproveitar essa oportunidade de pesquisa, verificou-se necessária a busca por uma lente teórica apropriada para a observação da significação do trabalho, onde possam ser propriamente articulados aspectos sociais e econômicos do trabalhador a esse fenômeno. A Teoria dos Condicionantes Sociais de Pierre Bourdieu (2015) destacou-se como útil nesse intento.

2.2.2.

A teoria de classes de Pierre Bourdieu

Percebe-se, portanto, que no debate acadêmico atinente ao sentido do trabalho, permanece aberta uma oportunidade de pesquisa relacionada à associação de aspectos sociais e econômicos, considerados de maneira articulada, ao fenômeno da dotação de sentido à atividade profissional. Nesse sentido, identificou-se na concepção teórica de classes sociais de Pierre Bourdieu, em sua Teoria de Condicionantes Sociais (BOURDIEU, 2015), um instrumento teórico útil ao preenchimento da referida lacuna científica. Em seus postulados, Bourdieu (2015) articula propriamente aspectos sociais e econômicos, viabilizando assim a observação do trabalhador através de uma perspectiva sociológica, compreendendo-o como membro de uma sociedade ampla e complexa, pela qual diversos fatores referentes aos seus processos de socialização podem ser associados à dotação de sentidos ao trabalho.

Em seu livro “A Distinção”, Pierre Bourdieu (2015) estuda a sociedade francesa dos anos 1970. Neste volume, o autor desenvolve o conceito de condicionantes sociais, que trata de estruturas sociais e econômicas, anteriores ao indivíduo, através das quais as desigualdades são incutidas, de modo a reproduzir semelhantes formas de pensar, ser e agir, por meio da experiência de vida dos

sujeitos de uma mesma camada social. Nesse sentido, alguns construtos propostos por Bourdieu podem ser articulados, a fim de compreender o fenômeno da estratificação social: o próprio conceito de “classe”, que no trabalho do francês tem forte ligação com uma noção de “capital” - que existe em diversos tipos, o conceito do “habitus”, tal como uma estrutura (estruturada e estruturante) anterior ao indivíduo e que ancora sua experiência de vida e a noção de “campo”, referente aos espaços onde as socializações ocorrem.

Todavia, dada a especificidade na qual a teoria bourdieusiana foi formulada, torna-se necessária uma contextualização à dinâmica social brasileira. É nesse sentido que ganha relevância a análise empreendida pelo sociólogo Jessé Souza. Em seus livros “Os Batalhadores Brasileiros” (2010) e a “Ralé Brasileira”, o autor defende a ideia de que a dinâmica das classes sociais, apesar de compor e estruturar a realidade brasileira, tende a ser dissimulada. Como resultado, a sociedade brasileira seria marcada por variadas formas de violência simbólica, que encobrem todo um sistema de dominação e opressão das classes dominantes sobre as classes dominadas. Outra “cegueira” referente à análise social elaborada por Souza tem a ver com o viés econômico pelo qual a estratificação social brasileira é observada. De acordo com o autor, levando em consideração apenas fatores estritamente econômicos, são omitidos uma série de outros vetores que formariam uma “renda diferencial”, tais como condições emocionais, morais, culturais e sociais, essenciais para a experiência e reprodução da desigualdade de classes. Torna-se perceptível assim o a consonância entre as abordagens do brasileiro (SOUZA, 2009; 2010), com a do francês (BOURDIEU, 2015), ratificando a importância dessas duas correntes teóricas na resolução do problema de pesquisa ao qual essa tese se propõe.

Levando em consideração todo este corpo teórico e a oportunidade de pesquisa disponível, esta tese visa a contribuir para uma melhor compreensão do fenômeno de dotação de sentido ao trabalho, observando o fenômeno através de uma perspectiva analítica de classes sociais. Mais especificamente, através da Teoria dos Condicionantes Sociais de Pierre Bourdieu (2015), contextualizada à dinâmica social brasileira por Jessé Souza (2009; 2010). Desta forma, estão propriamente articulados os aspectos sociais e econômicos necessários à investigação à qual esse estudo se propõe.

2.3.

O recorte de pesquisa

Nesse ponto, cabe situar o objeto de pesquisa desta tese: trata-se da observação do fenômeno da dotação de sentidos do trabalho através de uma perspectiva analítica atinente à classe social, onde articulam-se propriamente aspectos sociais e econômicos. A partir desta definição, estabeleceu-se um recorte, optando-se por contemplar jovens trabalhadores de diferentes estratos sociais. Finalmente, havia de se delimitar um espaço para a identificação desses jovens que seriam consultados no estudo. Decidiu-se pelo Centro do Rio de Janeiro. Dado todo esse percurso, tem-se então o seguinte problema de pesquisa: como se dá a dotação de sentidos ao trabalho entre jovens de diferentes classes sociais no Centro do Rio de Janeiro?

2.3.1.

A decisão pelos jovens de diferentes classes sociais

Num sentido geral, a decisão de realizar a pesquisa junto a jovens trabalhadores teve a intenção de tornar mais homogêneo o grupo pesquisado. A escolha por uma faixa etária específica se deu com o intuito de minimizar a ocorrência de discrepâncias referentes à percepção do trabalho em diferentes etapas da vida.

De forma complementar, justifica-se a escolha deste grupo geracional específico pelo fato de que, no corpo teórico produzido acerca do sentido do trabalho, a juventude pode ser destacada como um período da vida dos trabalhadores que concentra boa parte da atenção das pesquisas (FERRARI et al. 2009; RIZZO, CHAMON, 2010; WRAY-LAKE et al. 2011; OLIVEIRA, 2011; ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI, 2012; CAVAZZOTTE et al. 2012; TEIXEIRA et al. 2014; O'CONNOR, RAILE, 2015; WONG et al. 2017). Uma possível explicação para este interesse está no entendimento de que, através da análise das percepções subjetivas acerca do trabalho durante a juventude, quando comumente tem-se a entrada dos indivíduos no mercado de trabalho, é possível delinear tendências, tal como um panorama sobre a forma como a dinâmica profissional tende a se desenvolver num futuro relativamente próximo (WRAY-LAKE et al. 2011).

Todavia, vale ressaltar que em sua maior parte, as pesquisas sobre este grupo geracional tomam como objeto de estudo jovens pertencentes a camadas sociais mais favorecidas (VASCONCELOS et al. 2010; NG; SCHWEITZER; LYONS, 2010). Nesse sentido, Rocha-de-Oliveira, Piccinini e Bitencourt (2012) chegam a questionar a coerência da reverberação de abordagens de pesquisa desse tipo numa sociedade como a brasileira, profundamente marcada por desigualdades sociais, na qual jovens privilegiados não são representativos de toda a população jovem existente. Uma vez que a diversidade socioeconômica dos jovens pesquisados tende a ser pouco contemplada nas pesquisas atinentes ao trabalho, a decisão sobre o recorte de pesquisa tomada nesta tese é justificada.

Adicionalmente, a fim de ratificar a relevância da consideração desse segmento populacional, cabe apresentar algumas informações quantitativas atinentes a população jovem. A Organização das Nações Unidas (ONU) estimou recentemente que o grupo corresponde a 18% da população como um todo e a 15% da força de trabalho mundial (OIT, 2016). No Brasil, de acordo com o mais recente relatório da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), da população em idade de trabalhar, 21,7% são jovens – o que corresponde a aproximadamente 36 milhões de indivíduos (IBGE, 2017). E, como trabalhadores, os jovens são afetados diretamente com as oscilações da economia mundial contemporânea.

No último levantamento acerca do mercado mundial de trabalho dos jovens (OIT, 2016), a Organização Internacional do Trabalho aponta para um crescimento nos índices do desemprego dentre essa população. A estimativa era de que a taxa de desemprego jovem ultrapassasse os 13 pontos percentuais em 2016, bem próximo à taxa recorde mensurada do índice, registrada em 2013. A previsão – que se manteria até 2017 – seria de que cerca de 71 milhões de jovens estariam fora do mercado de trabalho. No Brasil, essa tendência é repercutida. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) indicam que do total de desocupados – 13% da população em idade de trabalhar – mais de 40% são jovens.

2.3.2.

A escolha do Centro do Rio como campo de pesquisa

Uma delimitação precisava ser feita referente à região na qual os sujeitos de interesse dessa pesquisa – jovens trabalhadores de diferentes classes sociais – poderiam ser identificados. O núcleo financeiro e comercial da segunda maior metrópole do país destacou-se como uma região apropriada. O Centro do Rio de Janeiro congrega a diversidade de jovens trabalhadores necessárias à realização dessa pesquisa.

O termo “cidade partida”, que figura no título desta tese, faz referência ao livro homônimo de Zuenir Ventura (2004). Neste volume, o cronista carioca remonta a história moderna da cidade do Rio de Janeiro. O ponto de partida do livro é a “Idade da Inocência” – até a primeira metade do século passado – enquanto a cidade ainda era capital federal, numa atmosfera quase onírica. A bossa nova produzida na orla carioca ganhava o mundo e nos morros só se ouvia a cadência do samba. Todavia, a atmosfera muda bastante na segunda parte do livro, nos “Tempos Bárbaros”.

A partir de meados dos anos 80, os frequentadores “habituais” das praias da famosa orla carioca sentiam-se assustados. Um novo (e assustador) grande grupo de banhistas de pele escura disputavam espaço com eles nas areias. Como se não bastasse, os arrastões e confusões nas praias tornavam-se cada vez mais frequentes. E ainda tinha o funk. Nas favelas, a cadência do samba foi silenciada: agora só se ouviriam tiros, resultantes da permanente guerra do tráfico de drogas. A sensação de insegurança beirava o intolerável e a sociedade clamava por uma mudança após a chacina de Vigário Geral – quando 21 moradores da comunidade foram assassinados, em 1993.

Explicada dessa maneira, o autor faz parecer que essa noção de conflito na cidade do Rio de Janeiro seria um fenômeno recente, de depois dos “tempos bárbaros”. Todavia, Ventura (2004), logo na introdução de seu livro, faz questão de esclarecer tal equívoco:

“(…) já existiam então “duas cidades”, ou uma cidade partida, mas a convivência amena, a obediência civil a falta de antagonismos de classe e a despreocupação com os problemas sociais nem sempre deixavam perceber que havia um ovo de serpente chocando no paraíso”. (VENTURA, 2004: 11)

Tal como um microcosmos da sociedade brasileira, com toda a sua complexidade e todas as suas incoerências, marcada profundamente por desigualdades sociais, na cidade do Rio coexistem duas cidades distintas: uma para os cariocas ricos e outra para os cariocas pobres. Cada um desses grupos desenvolve suas culturas específicas – com seus ritos e artefatos próprios – ora convivendo harmoniosamente, noutros momentos, nem tanto. A “Beleza X Caos”, o “Morro X Asfalto”, a “Zona Sul X Zona Norte”. São diversas as referências culturais cariocas que expressam essa personalidade dualista da cidade. No Centro do Rio, esses extremos se encontram – e se contrastam.

Com suas largas avenidas e com seus mais estreitos becos, o centro financeiro e comercial da segunda maior metrópole do país concentra os locais de trabalho dos mais variados tipos profissionais: de guardadores de carro, a presidentes de empresas multinacionais. Uma vez que esta tese precisou selecionar um grupo diversificado de jovens, quanto ao pertencimento deles em estratos sociais – desde os mais simples, até os mais abastados – o Centro da cidade do Rio de Janeiro destacou-se como uma região ideal.

2.4.

Objetivos do estudo

Dado o problema de pesquisa, o objetivo principal desta tese é: compreender como se dá a dotação de sentidos ao trabalho entre jovens de diferentes classes sociais.

Os objetivos secundários emergiram da perspectiva analítica atinente à classe social identificada como apropriada para o cumprimento do objetivo principal desse estudo (BOURDIEU, 2015), são eles:

- a) Remontar as origens do sentido do trabalho comuns a cada classe social entre os jovens; e
- b) Investigar, entre os jovens, os condicionantes sociais referentes ao campo profissional típicos de cada classe social.

2.5. Relevância da pesquisa

A relevância desta pesquisa pode ser defendida através de três argumentos principais: dois teoricamente embasados, referentes a oportunidades de pesquisa identificadas na literatura relacionada e um relativo aos possíveis benefícios práticos, atinentes à consideração de jovens como recorte de pesquisa.

O principal argumento se refere à lacuna teórica concernente à consideração de aspectos sociais e econômicos, considerados de forma articulada, como fatores a serem levados em conta no fenômeno da dotação de sentido ao trabalho (ARVIDCHVILI e KUCHINKE, 2009; ROSSO, DEKAS e WRZESNIEWSKI, 2010; ALLAN, AUTIN, DUFFY, 2015). Nessa pesquisa investigou-se como a dotação de sentidos ao trabalho acontece, observada através de uma perspectiva de classes. Ao encontro desse objetivo, a complexa proposta de análise social empreendida por Bourdieu (2015) e contextualizada para a realidade brasileira por Souza (2009; 2010) articularam adequadamente os conceitos necessários a fim de contribuir com o preenchimento da referida oportunidade de pesquisa. Dessa forma, pretendeu-se contemplar o fenômeno do sentido do trabalho de uma forma mais abrangente, através de uma abordagem sociológica que enfoca o sujeito como membro de uma sociedade ampla e complexa, que ultrapassa os limites do ambiente organizacional.

O segundo argumento tem a ver com a pouca diversidade identificada no perfil dos jovens, até então observados empiricamente, nas pesquisas acerca do sentido do trabalho (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; SILVEIRA, 2010). Uma vez que já se tem afirmada a diferenciação da experiência de vida conforme o pertencimento a estratos sociais distintos (BOURDIEU, 2015; SOUZA, 2009; 2010), a fim de problematizar como tal diferenciação se dá, hão de ser contemplados representantes de variadas classes sociais. Tal proposta contribui com uma exploração científica mais abrangente acerca da(s) juventude(s) brasileira(s), conforme argumentam Rocha-de-Oliveira, Piccinini e Bitencourt (2012).

O terceiro argumento, por sua vez, tem a ver com o benefício pragmático de analisar a força de trabalho jovem. Wray-Lake et al. (2011) argumentam que a pesquisa científica junto a tal segmento da população ofereceria um relevante

referencial acerca do desenvolvimento da dinâmica profissional num futuro próximo. Dessa forma, tem-se expressa a intenção de oferecer uma contribuição não apenas teórica, mas também prática através dessa pesquisa.

2.6.

Organização da tese

Neste primeiro capítulo de Introdução, foi apresentada uma breve contextualização teórica referente aos conceitos que foram articulados nessa pesquisa, além da declaração de seus objetivos e a justificativa de sua relevância.

Em seu segundo capítulo, tem-se o Referencial Teórico, composto por três grandes seções: Sentido do Trabalho, Teorias das Classes Sociais e Juventude(s). Toda a literatura relevante ao cumprimento dos objetivos desta tese foi aprofundada, a fim de embasar teoricamente este estudo.

No capítulo seguinte, Metodologia, são discutidas em detalhes as prerrogativas epistemológicas desta pesquisa, assim como seus métodos de coleta e análise de dados, além de todas as limitações relacionadas. Neste capítulo ainda, são listados os jovens entrevistados para esse estudo e as categorias emergentes dos dados coletados em campo, a serem discutidas nos capítulos seguintes.

A tese caminha para o fim com a Apresentação e Análise dos Resultados, seguido pelo capítulo Conclusões, com uma análise geral da interpretação das informações geradas através da análise dos dados, junto de algumas considerações finais.

3

Referencial Teórico

Este capítulo reúne as referências teóricas que embasam a investigação proposta na presente tese, acerca do fenômeno de dotação de sentido ao trabalho entre jovens profissionais de diferentes classes sociais. Por isso, o capítulo é composto por três seções: a primeira, sobre sentido do trabalho, a segunda, sobre as teorias das classes sociais e a última, sobre a juventude.

Sobre o sentido do trabalho, em linhas gerais, foram identificados três marcos principais no desenvolvimento teórico do conceito: sua origem (MORSE; WEISS, 1955), seu primeiro modelo teórico (MOW, 1987) e a sua mais recente e completa revisão bibliográfica (ROSSO, DEKAS, WRZESNIEWSKI, 2010). Além disso, é apresentado um panorama da pesquisa nacional e internacional recente relacionada ao tema, aprofundando-se nos tópicos relevantes à pesquisa empreendida nessa tese – particularmente, estudos que articulam o conceito do sentido do trabalho a aspectos sociais e econômicos e a jovens. Desse corpo teórico, são destacadas as oportunidades de pesquisa remanescentes, as quais esta pesquisa tem por objetivo aproveitar.

O preenchimento das lacunas teóricas destacadas no capítulo anterior e a solução ao problema de pesquisa se dão com o auxílio das Teorias das Classes Sociais. Nesta seção, partem-se de postulados da Sociologia Clássica – Karl Marx e Max Weber – e algumas releituras contemporâneas desses autores, a fim de chegar à Teoria dos Condicionantes Sociais de Pierre Bourdieu, também revisitada por pesquisas mais recentes. Todo esse percurso é contextualizado à sociedade brasileira, principalmente por Jessé Souza, mas também através de considerações de caráter social, econômico e cultural de diversos autores.

O Referencial Teórico chega ao final com as discussões teóricas acerca da juventude. Inicia-se a seção com uma apresentação de dados quantitativos – demográficos, sociais e comportamentais – a fim de ratificar a importância da consideração desse segmento etário na pesquisa científica em Administração de Empresas. Em seguida, discute-se a mais popular abordagem teórica atinente ao

jovem contemporâneo: a geração Y (SMOLA; SUTTON, 2002; ALSOP, 2008). Este conceito, por sua vez, é posto em cheque com a realidade do jovem brasileiro. A fim de alinhar ontologicamente a discussão teórica e embasar os critérios empíricos definidos para esta tese – no que se refere à pesquisa junto aos jovens – são apresentadas propostas alternativas para a análise e compreensão da(s) juventude(s) no Brasil.

3.1.

Sentido do Trabalho

3.1.1.

Uma breve introdução

“Se por acaso você herdasse dinheiro suficiente para viver confortavelmente sem trabalhar, você acha que continuaria a trabalhar de qualquer forma, ou não?” (MORSE E WEISS, 1955: 191). A questão da loteria é tida como o marco inicial da investigação científica acerca do sentido do trabalho. De meados do século passado até os dias de hoje, a pesquisa nesse nicho teórico contou com a colaboração das mais diversas áreas, a partir de variadas perspectivas. Nesta seção, pretende-se fundamentar teoricamente a tese quanto ao conceito do sentido do trabalho, congregando a produção relevante à investigação empreendida por esta tese.

De partida, antes de aprofundar-se no tema, será apresentada uma breve discussão teórica sobre a diferenciação nesse campo de estudos sobre o uso dos termos “sentido” e “significado”. Ao mesmo tempo, será defendido o posicionamento conceitual adotado na presente tese. Em seguida, serão apresentados os três marcos principais da pesquisa sobre o conceito do sentido do trabalho identificados na literatura. A ênfase, nesse caso, é dada aos trabalhos da área da Administração de Empresas.

O primeiro marco trata do artigo pioneiro de Morse e Weiss (1955), que indica como aspectos subjetivos, que ultrapassam uma mera subsistência material, circundam a atividade profissional. Em seguida, tem-se o primeiro modelo teórico do conceito do sentido do trabalho, proposto pela equipe de pesquisadores do International Meaning of Work Team (MOW, 1987). A definição conceitual tridimensional – centralidade, normas sociais e objetivos e resultados valorizados

do trabalho – segue relevante até os dias de hoje e, na produção nacional, destaca-se como a referência mais utilizada. Mais de vinte anos depois da pesquisa do MOW, tem-se o terceiro ponto de destaque da revisão de literatura. Trata-se de uma revisão bibliográfica empreendida por Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010). Na intenção de contribuir para uma abordagem mais integradora, que conciliasse as diversas áreas de conhecimento que se dedicam a estudar o sentido do trabalho, estes autores apresentam as origens e os mecanismos de significação do trabalho mais recorrentes na literatura científica. Além disso, como uma contribuição prática dessa referência, são apresentadas algumas diretrizes gerenciais para a viabilização do trabalho com significado. Esses dois últimos marcos teóricos nortearam a investigação empírica desta tese.

O embasamento teórico sobre o tema continua com a discussão científica recente sobre o sentido do trabalho. Para além dos marcos, a pesquisa do tema, como um todo, desenvolveu-se de forma ampla e pouco congruente. Na revisão da literatura empreendida para esta tese, de acordo com uma série de critérios que são expostos mais a frente, foram identificados mais de 100 artigos, que foram organizados em 14 categorias temáticas. Apresenta-se então um panorama da pesquisa recente do sentido do trabalho, sendo em seguida aprofundadas as abordagens mais relevantes para este estudo: as discussões referentes ao sentido do trabalho entre jovens e ao sentido do trabalho articulado ao conceito de classes sociais.

A juventude pode ser destacada como uma fase da vida do trabalhador que concentra uma considerável atenção dos pesquisadores do sentido do trabalho, evidenciado pela significativa literatura produzida dedicada ao tema. Como justificativa, argumenta-se que a pesquisa junto a esse grupo poderia revelar tendências sobre como o mercado de trabalho pode vir a se desenvolver, uma vez que, neste período, tem-se comumente o início da vida profissional dos sujeitos.

Já a pesquisa que articula os conceitos do sentido do trabalho e o das classes sociais não é tão afluyente assim. Propriamente sobre o sentido do trabalho – tomando como referências os trabalhos do MOW (1987) e Rosso, Dekas e Wrzesniewski, inclusive – e uma proposta teórica de classes sociais, foi identificado somente um artigo. Todavia, a partir dele, foi possível localizar alguns trabalhos que de certa forma contemplam esse mesmo objeto de estudo.

3.1.2.

Sentido X Significado: um debate semântico

A revisão de literatura acerca do tema colocou em evidência uma discussão teórica relacionada ao uso específico de cada um dos termos (TOLFO et al. 2011; BENDASSOLLI et al. 2015), bastante fundamentada em posicionamentos epistemológicos da área da Psicologia, que distingue cada um deles. Uma abordagem de diferenciação popularmente conhecida é aquela postulada pelo psicólogo russo Vygotsky, que em seu livro “A Construção do Pensamento e da Linguagem” (2001 apud BENDASSOLLI et al. 2015) diferencia “significado”, como algo referente à uma percepção coletiva, social e “sentido”, por sua vez, como algo individual.

Revisando a produção nacional sobre o sentido do trabalho, numa análise de conteúdo temática realizada eletronicamente, Bendassoli et al. (2015) apresentam um panorama acerca desse debate terminológico. De acordo com os pesquisadores, na literatura nacional sobre o sentido do trabalho, podem ser identificadas quatro diferentes tipos de abordagens quanto ao uso dos termos. Ora utiliza-se apenas “significado”, ora utiliza-se apenas “sentido”, ora os termos são utilizados tais como sinônimos, indiscriminadamente, ora eles são utilizados de maneira conjunta, interdependentemente e sendo diferenciados. Tal cenário foi resumido pelos autores no quadro a seguir:

Quadro 1 - O uso dos termos sentido e significado na literatura científica brasileira

Terminologia	Percentual	Descrição
Apenas significado	34,3	O significado do trabalho é uma cognição social com diversas dimensões. Articula a dimensão pessoal (história pessoal), condições sócio históricas e a condição ocupacional, sumarizadas concretamente no registro da existência. O significado do trabalho é uma cognição histórica e subjetiva, em constante mudança.
Apenas sentido	15,8	O sentido do trabalho é uma estrutura afetiva composta de três dimensões: significação – que é como o indivíduo compreende o trabalho; orientação, que trata da intenção que orienta as ações do sujeito ao cumprimento de um

		determinado objetivo; e coerência, que é o balanço entre o trabalho realizado e as expectativas relacionadas a ele.
Sentido e significado utilizados indiscriminadamente	38,5	O sentido/significado do trabalho é compreendido pela dicotomia prazer/sofrimento, mediado pelo reconhecimento. O sujeito produz sentido/significado à medida que experimenta o trabalho. Ele é visto como uma construção histórica, com narrativas sociais sobre o que representa trabalhar ao longo das fases da vida. Tem a ver com a significância que o indivíduo desenvolve das atividades que realiza. Varia conforme condições específicas ou mudanças na rotina de trabalho.
Sentido e significado utilizados de maneira diferenciada e articulada (interdependentes)	11,4	Significado é compreendido como uma construção coletiva, enquanto o sentido é tratado como uma apropriação dos significados coletivos pelas experiências individuais cotidianas. Sentido e significado compõem uma unidade dialética (são interdependentes).

Fonte: Bendassoli et al. 2015: 210

Destaca-se como mais expressiva, na produção nacional, a abordagem que utiliza os termos como sinônimos, alternando a utilização deles de maneira indiscriminada, sem diferenciá-los. Dentre os artigos levantados por Bendassoli et al. (2015), essa corrente representa 38,5% do total. Nesta tese, a preferência é pelo uso do termo “sentido”. Todavia, cabe afirmar o alinhamento à corrente mais comum dessa discussão terminológica, uma vez que, em benefício da fluidez textual deste trabalho, a alternância entre os termos pode vir a ser utilizada como um recurso.

Nesta pesquisa, entende-se sentido/significado do trabalho como uma construção individual e subjetiva. Tal conceito é produto não só de características e experiências do indivíduo, mas também influenciado por fatores sociais e culturais, que impactam de forma relevante a maneira que o sujeito experimenta, percebe e interpreta a sua atividade profissional (WRZESNIEWSKI et al. 2003). Partindo-se desse raciocínio, tem-se um “significado puro”, sem qualquer juízo de valor inerente. Poderiam ser atribuídos tanto valores positivos, quanto negativos,

ou neutros, àquilo que a experiência profissional poderia significar (PRATT, ASHFORTH, 2003; WRZESNIEWSKI, 2003).

Todavia, vale mencionar que, na revisão de literatura realizada por Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) destaca-se a valoração “positiva” relacionada aos termos “sentido” e “significado”. Usualmente, entende-se de um trabalho com significado/sentido como um trabalho através do qual o sujeito teve uma boa experiência subjetiva. Segundo os autores, essa tendência tem a ver com uma certa confusão resultante dos termos em inglês utilizados para esse campo de pesquisa: “meaning” e “meaningfulness” – este último teria a ver com um “quantitativo”, do quão “significativa” é uma determinada experiência de trabalho.

3.1.3.

Sentido do trabalho: pesquisas seminais

3.1.3.1.

A questão da loteria

O artigo “The Function and Meaning of Work and the Job”, de Nancy Morse e Robert Weiss (1955) é percebido na revisão da literatura sobre o sentido do trabalho como sendo uma pesquisa pioneira no estudo do conceito. Através de diferentes respostas à questão da loteria - que versa sobre a disposição do sujeito em manter-se trabalhando, uma vez que a estabilidade e conforto financeiros estivessem garantidos – os autores perceberam sentidos subjetivos, que ultrapassavam uma mera forma de subsistência, oriundos do trabalho.

Esse estudo exploratório consultou 401 trabalhadores norte-americanos, todos homens. Na amostra analisada, 80% dos sujeitos afirmaram que continuariam a trabalhar, independentemente da segurança financeira. As motivações por trás desse interesse em manter-se como um trabalhador foram diferenciadas entre razões positivas – as que mais se destacam, sendo 63% das motivações apontadas pelos entrevistados – e razões negativas. Dentre as razões positivas tem-se: o prazer relacionado ao trabalho que o sujeito desempenha, a ideia de estar em contato com outras pessoas, o interesse em manter-se ocupado, a noção de que o trabalho justifica a própria existência, como uma fonte de auto respeito, o trabalho como sendo algo saudável, dentre outros.

As razões negativas, por sua vez, têm a ver com a ideia de que sem trabalhar o sujeito ficaria louco, inútil, entediado, sem saber o que fazer com o tempo livre – sem poder desfrutar o ócio – e também como uma forma de manter-se longe de problemas. O grupo que defendeu a permanência no trabalho através de razões negativas foram minoria – 37% - reforçando uma valoração positiva relacionada à atividade profissional.

Nesta mesma pesquisa, os autores diferenciaram a percepção do trabalho conforme critérios sociais. Entre trabalhadores urbanos e rurais percebeu-se que, para o último grupo, o trabalho tem uma importância mais profunda – em comparação com o primeiro – isso porque a delimitação entre o que é trabalho e vida doméstica é bastante tênue, sendo assim inconcebível a ideia de uma vida sem trabalho.

A questão da loteria, ponto de partida da investigação de Morse e Weiss (1955) segue sendo utilizada na investigação do sentido que as pessoas atribuem ao trabalho (HARPAZ, 1989, 2002; ARVEY, HARPAZ E LIAO, 2004; ROLAND, 2008). Esta tese, inclusive, também considera esse questionamento, na investigação do fenômeno da dotação de sentido ao trabalho em diferentes classes sociais.

3.1.3.2.

A pesquisa do grupo MOW (1987)

Marcada pela multidisciplinaridade (ARVIDCHVILI E KUCHINKE, 2009, ROSSO, DEKAS E WRZESNIEWSKI, 2010, BENDASSOLLI et al. 2015) a revisão de literatura acerca do sentido do trabalho aponta para um segundo marco com a realização da pesquisa do “Meaning of Work International Research Team (MOW)” em 1987 (PEREZGONZÁLEZ E VILELA, 2005). Tratava-se da primeira proposição do sentido do trabalho, tal como um modelo teórico, que em sua versão final contava com três dimensões: centralidade, normas sociais e objetivos e resultados esperados do trabalho.

A pesquisa do MOW (1987) consistiu num trabalho realizado por diversas equipes de pesquisadores em oito países - Bélgica, Inglaterra, Alemanha, Israel, Japão, Holanda, Estados Unidos e a ex-Iugoslávia - ao longo de seis anos, com quase 15 mil trabalhadores. De acordo com Kubo e Gouvêa (2012), o MOW tem o foco de atenção direcionado ao indivíduo, no intuito de identificar e compreender

uma estrutura comum sobre o que o trabalho significaria. Partindo de um modelo “heurístico por natureza”, seriam três os objetivos do projeto MOW, realizar um estudo multicultural, a fim de verificar: a) de que maneira algumas variáveis se comportariam nos experimentos; b) de que forma a ocorrência de um determinado evento aconteceria, variando o ambiente; e c) estabelecer como as diferentes nacionalidades consultadas vivenciariam alguns fenômenos comportamentais relacionados à atividade profissional.

Kubo (2009) oferece uma abrangente explicação acerca do modelo MOW (1987). Através de um estudo empírico do tipo survey, os pesquisadores do MOW (1987) idealizaram três graus de relação do trabalho com a vida dos sujeitos. De acordo com Kubo (2009), tratam-se de variáveis condicionais – referentes à aspectos familiares e pessoais; variáveis centrais - centralidade, normas sociais e resultados, objetivos e papel do trabalho; e consequências – referentes a expectativas subjetivas atinentes ao trabalho no futuro. Através dos resultados obtidos pelo uso da análise fatorial exploratória, tem-se as três dimensões do MOW (1987): centralidade do trabalho, normas sociais do trabalho e resultados valorizados do trabalho, resumidas no quadro abaixo:

Quadro 2 - As três dimensões do sentido do trabalho (MOW, 1987)

As três dimensões do sentido do trabalho (MOW, 1987)	
Centralidade	Tem a ver com a importância que o trabalho tem na vida do sujeito (absoluta e relativa).
Normas sociais	Tratam de uma relação entre direitos e deveres que o sujeito acredita ter através do seu trabalho, tanto com a empresa que atua, quanto com a sociedade em geral.
Resultados e objetivos	Faz referência a tudo que o sujeito almeja conquistar através do seu trabalho.

Fonte: elaborado pelo autor.

Por centralidade do trabalho, entende-se a importância que a atividade profissional tem na vida do sujeito num determinado momento de sua vida. Tolfo e

Piccinini (2007) caracterizam tal dimensão como um conceito complexo, dotado de um componente valorativo, capaz de mensurar a relevância do trabalho na vida de uma pessoa, além de evidenciar quão central ele é na constituição de sua identidade. Existiria também um caráter relativo, quando o trabalho é comparado com outras frentes de interesse do sujeito.

As normas sociais, por sua vez, segundo as autoras, tratam de uma relação entre os direitos e os deveres que os trabalhadores acreditam ter por meio de seus trabalhos, com a organização e a sociedade. Normas oriundas de valores morais atinentes ao trabalho enviesariam o julgamento dos trabalhadores acerca das “trocas” que acontecem pela/na atividade profissional, entre eles e o meio social – dentro e fora do ambiente de trabalho.

Os resultados valorizados e os objetivos do trabalho fazem referência aquilo que o trabalhador deseja conquistar através do seu trabalho. Tratam-se de variáveis como o desejo por prestígio, status, de manter-se em atividade, retorno financeiro, o desenvolvimento de relações interpessoais, dentre outros (TOLFO E PICCININI, 2007).

Desde então, o estudo do MOW (1987) tornou-se um marco na pesquisa científica do sentido do trabalho, de forte influência, principalmente na literatura científica brasileira sobre o tema (BENDASSOLLI et al. 2015). Com base nesse modelo, diversos estudos e modelos alternativos do significado do trabalho foram realizados, tais como Soares (1992), Lundberg e Peterson (1994), Bastos, Pinho e Costa (1995), Harpaz e Fu (2002), Pérezgonzález e Vilela (2005) e Morin et al. (2007), dentre muitos outros.

3.1.3.3.

A revisão de literatura de Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010)

Tal como um conceito, objeto de investigação científica, o sentido do trabalho seguiu evoluindo de forma dispersa e variada. Argumentava-se que tal nicho teórico ainda carecia de estruturas generalistas que possibilitassem sua maior integração, consistência e compreensão (ROSSO, DEKAS E WRZESNIEWSKI, 2010). A fim de contribuir, no sentido de oferecer uma perspectiva integradora do diverso corpo teórico produzido acerca do sentido do trabalho, Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) realizaram uma revisão de literatura, reconhecida pela abrangência e alta

qualidade (ARNAUX-NICOLAS et al. 2017). Nela, são identificadas as origens do significado do trabalho, os mecanismos de significação apurados pela pesquisa do sentido do trabalho ao longo do tempo e também, com base nas conclusões emergentes da revisão de literatura, são propostas algumas diretrizes para um trabalho significativo. Todos esses três eixos serão apresentados nas subseções a seguir.

3.1.3.3.1.

As origens do sentido do trabalho

Quanto às origens do sentido do trabalho para o indivíduo, em sua revisão teórica, Rosso Dekas e Wrzesniewski (2010) identificaram quatro fontes principais de significado: “self”, outros, contexto e espiritualidade, resumidas no quadro abaixo:

Quadro 3 - As origens do sentido do trabalho (ROSSO, DEKAS, WRZESNIEWSKI, 2010)

As origens do sentido do trabalho (ROSSO, DEKAS, WRZESNIEWSKI, 2010)	
Self	Valores, motivações e crenças relacionadas ao trabalho
Outros	Relações com líderes, grupos, comunidades e família.
Contexto	Desenho do trabalho, missão organizacional, circunstâncias financeiras e domínios não-profissionais.
Espiritualidade	Força superior, credo.

Fonte: elaborado pelo autor.

O conceito de “self” faz referência ao “eu” do indivíduo, como principal agente de comportamentos, atitudes e crenças que influenciariam na maneira pela qual o sujeito atribui significado ao seu trabalho. Tal conceito seria maleável e sofreria influência direta das percepções, das experiências e do contexto de trabalho (ASHFORTH, MAEL, 1989).

Rosso Dekas e Wrzesniewski (2010) destacam, da revisão teórica, três dimensões comumente estudadas deste conceito: valores, motivações e crenças relacionadas ao trabalho. A primeira seria resultado de pressões sociais, interpessoais e experiências profissionais e trataria do modo final ao qual o trabalhador aspira e se vê capaz de realizar através da sua atividade profissional. Já “motivação” trataria da medida com a qual o indivíduo desempenha seu trabalho, vivenciaria positiva e eficientemente tal dinâmica. Finalmente, as “crenças” se desdobrariam em três itens: a) envolvimento e centralidade profissionais – quanto à relevância do trabalho na vida do indivíduo; b) orientação profissional – quanto ao modo pelo qual o indivíduo compreende o que o seu trabalho significa, como pretende trabalhar e o porquê do trabalho; e c) chamados – quanto a predisposições individuais que seriam pessoalmente e socialmente significativas.

Sobre os “outros” como fonte de significado do trabalho, a revisão teórica aponta para relação de líderes, grupos e comunidades e da família, como interfaces de influência na significação da experiência profissional para o indivíduo.

Em referência ao contexto de trabalho, Rosso Dekas e Wrzesniewski (2010) salientam cinco focos de atenção na pesquisa científica. São eles: a) desenho do trabalho – quais são as tarefas correspondentes ao indivíduo sob determinado cargo; b) missão organizacional – a afirmação dos objetivos e valores básicos de uma organização; c) circunstâncias financeiras – sobre a situação econômica do indivíduo, se pobre, rico, remediado, etc; d) domínios não-profissionais – relacionados aquilo que está além do ambiente de trabalho; e finalmente e) cultura nacional – fatores que podem variar de acordo com a nacionalidade.

A última fonte de significado do trabalho, a espiritualidade, seria uma referência à uma “força superior”, um “credo” (HILL E PARGAMENT, 2003). Os pesquisadores afirmam que ainda é tímida a produção científica que atribui à espiritualidade um fator de influência no significado do trabalho e relaciona à abordagem do trabalho como uma vocação a maioria das pesquisas nessa linha temática (ROSSO, DEKAS E WRZESNIEWSKI, 2010).

3.1.3.3.2.

Os mecanismos de dotação de sentido ao trabalho

Quanto aos mecanismos pelos quais o trabalho ganha significado, na revisão de literatura sobre o tema, Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) identificaram sete principais processos. Por “mecanismos”, entendam-se o “por quê” e o “como” a atividade profissional passa a ser dotada de sentido para o indivíduo (Stinchcombe, 1991). Eles podem variar de fatores intrapsíquicos, objetivando a satisfação do eu, até aqueles totalmente externos ao trabalhador. Tais mecanismos foram listados como: autenticidade, auto eficácia, autoestima, propósito, pertencimento, transcendência, significação cultural e interpessoal, resumidos no quadro abaixo:

Quadro 4 - Os mecanismos de significação do trabalho (ROSSO, DEKAS E WRZESNIEWSKI, 2010)

Os mecanismos de significação do trabalho (ROSSO, DEKAS E WRZESNIEWSKI, 2010)	
Autenticidade	Auto concordância, afirmação e engajamento pessoal
Auto eficácia	Autonomia, competência e impacto percebido
Autoestima	Autovalorização
Propósito	Significância do trabalho e sistema de valores
Pertencimento	Identificação social e conectividade interpessoal
Transcendência	Interconexão e abnegação
Significação cultural e interpessoal	Interações indivíduo-coletividade e/ou indivíduo-indivíduo

Fonte: elaborado pelo autor.

Por autenticidade, tem-se o alinhamento entre o comportamento individual e as percepções do seu “verdadeiro” eu (MARKUS, 1977; RYAN, DECI E GROLNICK, 1995; SHELDON, RYAN, RAWSTHORNE, E ILARDI, 1997 apud ROSSO, DEKAS E WRZESNIEWSKI, 2010). De acordo com os pesquisadores analisados na revisão teórica, tal mecanismo pode se manifestar de três formas: a)

auto concordância – quando o indivíduo acredita que age conforme seus valores e interesses; b) afirmação – referente à identificação, ativação e afirmação de identidades de importância para o sujeito no ambiente de trabalho; e c) engajamento pessoal – quando o trabalhador se vê verdadeiramente submerso, engajado na sua ocupação.

O mecanismo da “auto eficácia” trata da certeza do indivíduo sobre sua capacidade de agir de forma efetiva no seu trabalho, a fim de cumprir com um determinado objetivo. Também se desdobra em três tipos de manifestação: a) autonomia - tem a ver com sensação de poder fazer algo; b) competência – relacionada aos sucessos frente aos desafios constantes do ambiente profissional; e c) impacto percebido – quando o trabalhador é capaz de perceber os efeitos do seu trabalho.

Sobre “autoestima”, entende-se como a capacidade de autovalorização do sujeito.

Quanto ao mecanismo “propósito” – referente à noção de intencionalidade das ações – ele se desdobra em dois tipos de manifestação: a) significância do trabalho – o quão “importante” determinada atividade é considerada; e b) sistema de valores – um tipo de determinação social do que seja certo ou errado.

No mecanismo “pertencimento” – quando o indivíduo se vê motivado a manter-se relacionado a outros indivíduos ou grupos – também são identificados dois tipos de manifestação: a) identificação social – relacionamentos com grupos; e b) conectividade interpessoal – relacionamento com outros indivíduos no ambiente de trabalho.

Em “transcendência” – a conexão com algo “superior”, “maior que o eu” – Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) identificam duas formas de atribuição de significado ao trabalho: a) interconexão – tem a ver com a ideia de estar contribuindo com algo maior do que aspirações egocêntricas; e b) abnegação – relacionado a sujeição de si próprio a algo externo.

Já o processo de significação cultural e interpessoal, os pesquisadores aferiram que tanto via interações indivíduo – coletividade, ou indivíduo – indivíduo, podem agir como mecanismos de dotação de significado à atividade profissional.

3.1.3.3.

As diretrizes do trabalho com significado

Ainda com base na revisão de literatura realizada por Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010), cabe destacar que os autores elaboram uma proposta teórica referente à criação ou manutenção de sentido – recapitulando o valor positivo atribuído ao termo – na atividade profissional. A intenção dos autores é a de compreender, em sentido prático, quais experiências e atividades podem ser relacionadas ao fomento, junto aos indivíduos, de uma percepção de trabalho com significado. De acordo com o modelo proposto pelos autores, as dimensões que uma vez relacionadas geram sentido para a atividade profissional têm a ver com a motivação e o direcionamento da ação do indivíduo referente ao seu trabalho. Quanto à motivação, as dimensões são denominadas agência e comunhão. Quanto ao direcionamento, são chamadas: self (referente ao próprio indivíduo) e outros.

Agência e comunhão já foram tratadas como aspectos fundamentais na existência humana (BAKAN, 1966 apud ROSSO, DEKAS E WRZESNIEWSKI, 2010). Referentes à motivação ao trabalho, como extremidades de uma mesma dimensão, elas contemplam o desejo individual de, ou diferenciar-se, destacar-se e desenvolver a própria capacidade criativa, ou de manter-se em contato, unido a uma outra parte. Na outra dimensão, acerca do direcionamento desses dois tipos de motivação, as extremidades são nomeadas de forma autoexplicativa: ora voltadas para o próprio sujeito, ora direcionadas a uma outra parte. Dessa forma, são propostas quatro principais diretrizes para o trabalho com significado: Individualização (agência e self), Contribuição (agência e outros), Auto Conexão (comunhão e self) e Unificação (comunhão e outros). A cada uma dessas diretrizes, foram relacionados diferentes mecanismos de dotação de sentido ao trabalho, a fim de fazer com que o trabalho se torne – ou mantenha-se – significativo.

O indivíduo com o perfil que se encaixa na “Individualização”, dá sentido ao trabalho através do mecanismo da auto eficácia – seja pela autonomia ou pela competência – e da autoestima. Tal posicionamento reflete a significância das ações que podem defini-lo como sendo alguém de grande importância, de destaque.

Aquele com o perfil “Contribuição”, confere sentido positivo para o trabalho através da autoeficácia pelo impacto percebido, propósito – quanto à significância, e transcendência – seja pela interconexão, ou pela abnegação. Isso evidencia a

importância que as ações feitas em função de algo exterior, maior do que si próprio, têm para esse sujeito.

Sujeitos com o perfil “Auto conexão” conferem significado ao trabalho através do mecanismo autenticidade em todas as suas formas de manifestação: auto concordância, afirmação e engajamento pessoal. Para estes, as ações que aproximam outras partes, a fim de se alinharem ao seu próprio posicionamento, são as que dão sentido ao trabalho.

Já aqueles com o perfil “Unificação”, são relacionados os mecanismos de propósito – quanto aos sistemas de valores – e pertencimento – quanto à identificação social e a conectividade interpessoal. Neste caso, o valor está na busca da harmonia com outras partes, sejam outras pessoas, ou princípios organizacionais/sociais.

Os autores esclarecem que apesar da diferenciação dessas quatro configurações, eles não são mutuamente excludentes. O destaque é dado, todavia, à importância da agência individual, independentemente da motivação relacionada ao trabalho. “Em outras palavras, indivíduos são os principais árbitros na significação dos seus trabalhos, uma vez que eles são formados através das lentes de suas exclusivas percepções e experiências” (ROSSO, DEKAS E WRZESNIEWSKI, 2010: 115).

Tanto o trabalho do grupo MOW (1987), quanto a revisão empreendida por Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) são tidos como marcos na pesquisa do significado do trabalho. Cientes dos postulados destes marcos, cabe contextualizar a pesquisa sobre o tema nos últimos anos.

3.1.4.

Delimitando a lacuna teórica da pesquisa do sentido do trabalho

Na ampla revisão de literatura empreendida por Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) sobre o tema, os autores destacam algumas lacunas teóricas que mereceriam ser contempladas pela pesquisa científica, a fim de compreender melhor o conceito do sentido do trabalho. Dentre outros tópicos, enfatiza-se a falta de aprofundamento no debate acerca da articulação de aspectos sociais e econômicos ao fenômeno da dotação de sentido ao trabalho. Dentre as pesquisas que já abordaram, ora aspectos econômicos, ora aspectos sociais associados ao

fenômeno, a maioria se deu de forma circunscrita ao ambiente profissional, limitando o escopo de análise do indivíduo à condição de empregado. Permanece vacante assim, a observação do trabalhador, tal como um sujeito participante de esferas de socializações externas ao meio profissional. Tal posicionamento reverbera o que já tinha sido salientado por Arvidchvili e Kuchinke (2009) que apontavam para a relevância que tal abordagem teria na pesquisa do sentido do trabalho, principalmente em sociedades bastante estratificadas, como a brasileira.

Salancik e Pfeffer (1978), por exemplo, aludiam à teoria do processamento social da informação para destacar como a atribuição de sentido à atividade profissional pode ser associada às relações entre colegas de trabalho (ROSSO, DEKAS E WRZESNIEWSKI, 2010). Segundo os autores, os trabalhadores buscariam em seus pares algum tipo de referência, sobre o que deveriam pensar, ou como deveriam agir, frente à uma determinada situação no ambiente de trabalho. Estudos mais recentes, ao reconhecerem no ambiente profissional um espaço para o desenvolvimento de relações interpessoais, reforçam a influência das relações entre colegas de trabalho no significado do trabalho (WRZESNIEWSKI et al. 2003; DUTTON E RAGINS, 2007).

O papel da liderança também pode ser destacado como um aspecto social que já foi articulado à atribuição de sentidos ao trabalho na literatura científica (ROSSO, DEKAS E WRZESNIEWSKI, 2010). Smircich e Morgan (1982) intitulam seu artigo como “Liderança: a gestão do significado”, ao apresentarem um estudo de caso a fim de evidenciar a importância da figura do líder na compreensão e construção subjetiva do fenômeno organizacional. Através de suas ações, os líderes tornam tangíveis o propósito, a missão da empresa junto aos seus subordinados, influenciando a forma que eles significam aquilo que fazem (POLDONY et al. 2015). A liderança do tipo transformacional, inclusive, é identificada como positivamente associada ao sentido do trabalho (BONO E JUDGE, 2003; PICCOLO E CLOQUITT, 2006).

Sobre grupos e comunidades, o debate científico do sentido do trabalho contempla aqueles grupamentos circunscritos ao ambiente organizacional. Tratam-se das equipes de projeto, departamentos e redes de contatos profissionais, por exemplo, de variados tipos e tamanhos (ROSSO, DEKAS E WRZESNIEWSKI, 2010). É possível destacar as pesquisas de Ashforth e Mael (1989) e Grant, Dutton e Rosso (2008), que tomam teorias sociais (os primeiros,

identidade social e os últimos, do processo de significação social) para evidenciar como a existência e a participação em grupos no ambiente de profissional podem ter sobre o significado do trabalho.

A figura da família, de certa forma, também pode ser apontada como um aspecto social desse nicho teórico. Edwards e Rothbard (2000) apresentam uma série de mecanismos através dos quais a dinâmica entre família e trabalho pode acontecer. Todavia, especificamente sobre o sentido do trabalho, o debate que aponta a família como uma possível origem de significado é tido ainda como incipiente (ROSSO, DEKAS E WRZESNIEWSKI, 2010). Brief e Nord (1990) atribuem à família certa capacidade de influência ao pontuarem demandas que podem ser realizadas em ambiente doméstico, capazes de interferir na forma que o trabalho pode ser percebido. Tratam-se de demandas por tempo, recursos financeiros, ou até mesmo disposição, por exemplo.

Os fatores de influência descritos, até então, são o que Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) denominaram de “outros”, dentre as origens de significado do trabalho. Com exceção da “família”, todos os outros tópicos contemplam aspectos sociais que ficam restritos ao ambiente organizacional. Dessa forma, ratifica-se a oportunidade de pesquisa no intuito de tornar possíveis análises sociais mais amplas (ARVIDCHVILI E KUCHINKE, 2009; ROSSO, DEKAS E WRZESNIEWSKI, 2010).

Outra fonte de significado do trabalho evidente na literatura é o “contexto do trabalho” (ROSSO, DEKAS E WRZESNIEWSKI, 2010). Nele, outros aspectos de caráter ora social, ora econômico, se destacam.

Ao reconhecer que a vida dos indivíduos não se resume à atividade profissional, os pesquisadores visam a analisar de que maneira as outras diversas atividades – como lazer, por exemplo (SNIR E HARPAZ, 2002) – podem ser associadas à forma que os empregados atribuem sentido ao trabalho (KIRCHMEYER, 1992). É a isso que se referem os domínios não relacionados ao trabalho, conforme a tipologia de Rosso, Dekas e Wrzesniewski. (2010). Thompson e Bunderson (2001), ao pesquisarem a dinâmica do contrato psicológico entre as empresas com seus funcionários, argumentam que a sintonia ideológica do trabalho com essas outras atividades contribui significativamente para a percepção de sentido da atividade profissional. É destacada inclusive uma tendência recente de

transformar aquilo que se ama – um hobby, por exemplo – em trabalho (D’ABATE, 2005).

Sobre a associação da cultura nacional ao sentido do trabalho, a pesquisa do grupo MOW (1987) é tida como uma das principais referências no debate. Esse estudo parte do princípio de que os sentidos atribuídos ao trabalho são socializados pelos indivíduos culturalmente (HULIN E BLOOD, 1968), como que se cada cultura nacional tivesse um tipo de “gramática” subjetiva, que determinasse as percepções acerca da experiência profissional. Além de chegarem a um modelo conceitual acerca do sentido do trabalho, a equipe do MOW (1987), através do estudo realizado em oito países, percebeu que, entre as diversas nacionalidades, foi possível identificar mais semelhanças do que diferenças atinentes ao conceito (ENGLAND E WHITLEY, 1990 apud ROSSO, DEKAS E WRZESNIEWSKI, 2010). Em contraponto, as análises individuais de cada país apontavam para variações perceptivas mais notáveis, indicando que, apesar de compartilharem uma mesma cultura nacional, outros fatores, que não a nacionalidade, também influenciam no significado do trabalho.

Ao considerar as circunstâncias financeiras, o debate científico do sentido do trabalho tem considerado o papel que as recompensas pecuniárias têm na experiência profissional dos indivíduos. Pesquisas como a de Brief et al. (1997) e Vohs et al. (2006), por exemplo, investigam a importância do dinheiro como uma fonte de motivação e de sentido para o trabalho. Numa linha de pesquisa relacionada, a condição financeira é destacada como um viés do objetivo que pretende se alcançar com a atividade profissional, ora mais subjetivo – quando a situação financeira é mais favorável – ora mais utilitário – quando o agulhão da necessidade se faz mais incisivo.

Os mecanismos de significação do trabalho evidenciados na literatura científica sobre o sentido do trabalho também são carregados de teor social. Todavia, acerca desses mecanismos, o debate teórico também não considera o processo de socialização em seu sentido mais amplo, para além do ambiente profissional. A discussão permanece fortemente atrelada à socialização circunscrita ao contexto organizacional.

Quanto ao “pertencimento”, como mecanismo de atribuição de sentido ao trabalho, o estudo de Hogg e Terry (2000) articula a teoria da identidade social e do processo de auto-categorização, para explicar como a noção de pertencimento a um

determinado grupo pode contribuir positivamente para a percepção do trabalho. Dutton et al. (2006), por exemplo, explicam que, a partir desse processo de identificação entre empregados, processos de compadecimento com o sofrimento alheio tendem a ser socialmente coordenados, influenciando diretamente a dinâmica organizacional.

Em “transcendência”, outro mecanismo identificado na literatura, tem-se discutido como o trabalho é enriquecido de sentido quando o sujeito consegue relacionar ao seu desempenho profissional vantagens a terceiros (LIPS-WIERSMA, 2002). Estudando como a espiritualidade é capaz de influenciar na experiência de trabalho, Lips e Wiersma (2002) afirmam que a partir dela, quatro propósitos são inspirados: o autodesenvolvimento, a expressão, a possibilidade de fazer parte de uma união com terceiros e de servi-los. Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) chamaram de “interconexão” esse impacto na experiência de vida de terceiros através do trabalho. Dentro desse mesmo debate temático, mas de um outro ponto, Weiss et al. (2004 apud ROSSO, DEKAS E WRZESNIEWSKI, 2010) explicam ainda que através da abnegação, quando se subjugam o próprio ego em benefício de algo além dos próprios interesses, o sujeito busca um senso de pertencimento e complacência.

O debate sobre a “significação cultural e interpessoal” debruça-se sobre teorias que defendem que o processo de construção de sentidos extrapola a dimensão individual e acontece de forma socializada. Diversos estudos afirmam isso, tais como Maitlis e Lawrence (2007) e Sonenshein (2006). É defendido que aqueles valores relacionados ao trabalho, que são culturalmente positivos, tendem a enviesar bastante a percepção dos trabalhadores acerca daquilo que fazem. Todavia, as explicações até então apresentadas, não se aprofundam na diferenciação, no detalhamento dos aspectos que podem moldar a dotação de sentido ao trabalho. Dessa forma segue perceptível uma oportunidade de pesquisa voltada para investigar de que forma aspectos não só culturais (ou sociais), mas também econômicos, podem estar associados ao sentido atribuído ao trabalho.

Cabe destacar que, para além da revisão de literatura de Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) foi identificado apenas um estudo que problematiza aspectos sociais e econômicos de maneira articulada – atinentes ao pertencimento à uma classe social – ao sentido do trabalho: a pesquisa de Allan, Autin e Duffy (2015). Os referidos autores, em um estudo exploratório, investigaram se o pertencimento

do indivíduo a uma determinada classe social poderia ou não ser relacionado à significância atribuída ao trabalho e à origem de onde o empregado conferiria sentido à sua função. Paralelamente, debruçam-se sobre a possibilidade de que o controle sobre as escolhas profissionais intermediasse a relação entre classe social e significado do trabalho.

Através da análise dos resultados, os autores comprovaram, estatisticamente, algumas diferenças entre integrantes de classes sociais distintas acerca da significância do trabalho. Nesse intuito, foi utilizada uma escala para aferir o quão significativo o trabalho seria (Steger et al. 2012) e medidas objetivas (tais como grau de instrução e nível de renda, por exemplo) e subjetivas (quando os sujeitos consultados classificavam sua própria posição social num ranking) para a identificação de classe.

O trabalho de Allan, Autin e Duffy (2015) pode ser considerado um primeiro passo dado no intuito de contribuir para o preenchimento da lacuna teórica relacionada à associação de fatores sociais e econômicos de maneira articulada ao fenômeno de dotação de sentido ao trabalho. Apesar disso, o caráter quantitativo da pesquisa manteve espaço disponível para a abordagem interpretativa do fenômeno, que vise a capturar a subjetividade inerente à toda temática, como esta tese empreendeu.

3.1.5.

A produção científica recente sobre o sentido do trabalho

A fim de contextualizar a tese na produção científica recente do significado do trabalho, foram consultadas bases de dados eletrônicas através do Portal Periódicos Capes. Tal escolha se deu devido à abrangência desta ferramenta de pesquisa, que compila mais de 120 bases nacionais e internacionais de variadas disciplinas. O levantamento concentra-se, a princípio, na literatura produzida pelo campo da Administração de Empresas.

O levantamento da literatura publicada recentemente sobre o sentido do trabalho obedeceu aos seguintes critérios: a) busca por artigos; b) em periódicos revisados por pares; c) nos últimos 10 anos; d) que tivesse no título, ou no assunto o termo de busca. Foram consultados artigos em língua portuguesa e inglesa, por isso, os termos de pesquisa foram: “sentido do trabalho”, “significado do trabalho”,

“meaning of work” e “work meaning”. No total, foram identificados 105 artigos dentro dos critérios estabelecidos.

Em 2010, Rosso, Dekas e Wrzesniewski argumentavam que o significado do trabalho, tal como um conceito, carecia de estruturas mais integradoras. Desde então, ainda não foram identificados trabalhos teóricos nesse sentido e a revisão empreendida pelos autores segue sendo reconhecida como a mais abrangente sobre o tema (ARNAUX-NICOLAS et al. 2017). O significado do trabalho segue sendo estudado de forma relativamente difusa, por diversas áreas de conhecimento. No Anexo 1 desta tese, tem-se organizados em 13 categorias temáticas o resultado desta pesquisa eletrônica. É possível perceber, nesta categorização, assuntos que ultrapassam o escopo temático desta tese – tais como a discussão do sentido do trabalho sob o viés político, ou mesmo na área médica, ou nas artes, por exemplo. Todavia, as pesquisas que debatem as questões conceituais do sentido do trabalho relevantes ao cumprimento dos objetivos desta tese merecem maior aprofundamento.

3.1.5.1.

As pesquisas conceituais sobre o sentido do trabalho

A necessidade da integração das diferentes tradições que contemplam o sentido do trabalho é destacada por Ardichvili e Kuchinke (2009) – antes da revisão de Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010). No artigo de introdução de uma edição especial sobre o conceito do sentido do trabalho da *Advances in Developing Human Resources*, os autores indicam como discussões relativas ao nível de análise das pesquisas do tema – principalmente sobre a cautela que se deve ter ao depositar muito crédito ao indivíduo na dotação de sentido ao trabalho – são necessárias nesse campo.

Kubo e Gouvêa (2012), por sua vez, investigam os fatores relacionados à atribuição de sentido ao trabalho. Principalmente a partir do conceito tridimensional proposto pelo MOW (1987) – mas associado à outras referências, tais como Harpaz e Fu (2002) e Pèrezgonzález e Vilela (2005), por exemplo – os autores testaram um modelo estatístico a fim de aferir como tais dimensões organizam-se hierarquicamente na experiência dos sujeitos. Com base na modelagem de equações estruturais, foram confirmadas as hipóteses de pesquisa que defendiam que a

centralidade do trabalho era o aspecto mais relevante do significado do trabalho, seguida pelos objetivos e resultados esperados do trabalho e deixando por último as normas sociais.

Sob a ótica da discussão ética organizacional, Michaelson et al. (2014) abordam a temática do sentido do trabalho, apontando como tais temas podem estar interligados. De acordo com os pesquisadores, situações contextuais – como a escassez de vagas de emprego, ou de mão de obra qualificada para uma posição específica – colocam em evidência a importância do conceito, vista a relevância do trabalho na composição identitária do sujeito, para a experiência de uma vida com significado.

A questão terminológica apresentada no início do capítulo é discutida por Bendassolli e Gondim (2014). Tomando por “significado” o fenômeno coletivo e por “sentido” o fenômeno individual, os autores propõem um terceiro conceito para uma melhor compreensão do fenômeno como um todo: a função psicológica do trabalho. Por esse conceito, a atividade profissional é compreendida como um fator central na constituição do sujeito. Através dessa tríade – sentido, significado e função psicológica do trabalho – ter-se-ia explicada a relação entre aspectos subjetivos referentes ao trabalho originados socialmente e assimilados e reproduzidos individualmente. Bendassolli prossegue nessa questão terminológica num outro trabalho (BENDASSOLLI et al. 2015), no qual analisa junto com outros pesquisadores a literatura acadêmica nacional sobre o sentido do trabalho. Os autores concluem que apesar da diferenciação dos termos, na maior parte das vezes, eles são utilizados como sinônimos, indiscriminadamente. Tal fato ratifica a diversidade das perspectivas teóricas que contemplam o tema e também a persistência de uma lacuna teórica referente à uma abordagem integradora do conceito do sentido do trabalho.

Alinhado ao debate psicológico do sentido do trabalho, o artigo de Allan, Autin e Duffy (2014) vai totalmente ao encontro do objetivo de pesquisa desta tese – investigar como se dá a dotação de sentido ao trabalho entre jovens de diferentes classes sociais. Este estudo destaca-se no corpo teórico identificado na revisão de literatura como sendo o único onde propriamente são referenciados o MOW (1987), Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) e uma proposta teórica de classes sociais – mesmo não sendo especificamente aquela que servirá como referência para a tese. Neste artigo, os autores analisam como o pertencimento à uma determinada classe

social enviesa a dotação de sentido à atividade profissional, mas mais num sentido quantitativo – referente à “significância”. O estudo mostra como trabalhadores de classes sociais privilegiadas conferem maior significância ao trabalho que desempenham. De acordo com o levantamento, isso se dá pelo controle que os sujeitos das classes mais abastadas têm sobre suas decisões profissionais. Dessa maneira, especificamente na literatura do sentido do trabalho, é discutido como a experiência de vida num estrato social específico pode ser relacionado à percepção de significado na atividade profissional.

Além desses trabalhos complementares à proposta conceitual do sentido do trabalho sobre a qual esta tese se sustenta (MOW, 1987; ROSSO, DEKAS, WRZESNIEWSKI, 2010), merece consideração o debate científico acerca do sentido do trabalho entre jovens e a pesquisa que pode ser relacionada à questão dos aspectos subjetivos da atividade profissional e o pertencimento a um determinado estrato social.

3.1.5.2.

As pesquisas do sentido do trabalho entre jovens

Conforme já foi afirmado anteriormente, os pesquisadores do sentido do trabalho concentram bastante atenção na população jovem. Wray-Lake et al. (2011) defendem que tal segmento se torna bastante atrativo entre os autores, pois uma vez que nessa idade tem-se comumente o início da vida profissional, as percepções subjetivas do indivíduo acerca do trabalho indicariam certas tendências de desenvolvimento do mercado de trabalho num futuro próximo. Na revisão bibliográfica empreendida para esta tese, podem ser destacados alguns trabalhos que contemplam este segmento etário. Assim como a pesquisa do sentido do trabalho como um todo, é também perceptível nesse nicho mais específico a diversidade das perspectivas teóricas contempladas pelas pesquisas. Todavia, pretende-se aqui apresentar um panorama sobre essa discussão científica.

Em linhas gerais, percebe-se que para o jovem contemporâneo, em comparação com os jovens de outras gerações, o trabalho é considerado menos central. Dotado de um caráter utilitarista, a atividade profissional consolida-se majoritariamente como uma forma de sustento, que ao mesmo tempo precisa cumprir com demandas hedonistas e subjetivas – só que em menor grau, quando

comparado com as demandas objetivas, referentes a retornos financeiros. Algumas pesquisas indicam que a escola perde espaço como uma instituição através da qual a significação do trabalho acontece. Todavia, a figura da família se mantém como um relevante viés na atribuição de sentido, tanto do trabalho, quanto até mesmo da experiência acadêmica do jovem.

Partindo de trabalhos que utilizam referências parecidas àquelas que são utilizadas nesta tese, pode-se destacar o trabalho de Ruiz, Llaguno e Vázquez (2008). As autoras tomam o MOW (1987) como base para investigar o sentido do trabalho entre universitários, estudantes de Publicidade. As pesquisadoras concluíram que a atividade profissional é central na constituição individual, todavia, tem forte caráter utilitário – serve para um determinado fim, relativamente hedonista, mas majoritariamente de subsistência. Percebeu-se também a perpetuação de estereótipos referentes ao gênero dentre os alunos consultados.

Tanto quanto ao utilitarismo do trabalho, quanto ao reforço de estereótipos de gênero, a pesquisa de Ferrari et al. (2009), com alunos do último ano do ensino médio, alinha-se ao artigo de Ruiz, Llaguno e Vázquez (2008). Prestes a continuarem seus estudos no ensino superior, os indivíduos consultados têm no trabalho uma fonte de satisfação pessoal, com aspectos positivos e negativos. Através da atividade profissional, tem-se a satisfação de necessidades materiais, psicológicas e sociais, além de uma plataforma de valoração social. A percepção de recompensas internas – tal como a noção do trabalho como uma atividade satisfatória, carregada de sentidos subjetivos – foi mais proeminente em mulheres e as recompensas externas – referentes ao sustento financeiro, por exemplo – tiveram mais destaque entre os homens.

Ainda nesta pesquisa, é relevante destacar que aspectos referentes ao pertencimento a uma determinada classe social não provocaram diferenças nas percepções do sentido do trabalho. A explicação de tal fato foi atribuída à região geográfica na qual a pesquisa foi feita – supostamente afluenta. Neste trabalho, é também apontado como atualmente a escola perdeu espaço como um campo no qual a descoberta profissional e tópicos referentes à carreira em geral são fomentados.

Utilizando-se de conceitos bourdieusianos de reprodução social e capital, a pesquisa de Nuñez e Sansone (2016) analisa como o trabalho interfere na percepção da experiência do Ensino Superior entre jovens latinos nos Estados Unidos. De acordo com as pesquisadoras, para estes jovens, a família assume um papel de

grande relevância e influencia quanto à percepção do trabalho e do estudo superior. A educação é privilegiada em detrimento do trabalho. Tal processo de socialização permite que o trabalho realizado por esses jovens latinos universitários seja feito de forma menos alienante e mais satisfatória. Há de se superar a situação social familiar através dos estudos. Nesse sentido, a universidade seria um espaço não somente para o desenvolvimento de competências, mas também de relacionamentos.

Tangenciando um conceito do MOW (1987), mas tratando do fenômeno da representação social do trabalho, Rocha de Oliveira, Piccinini e Silveira (2010) identificam a atividade profissional como central e estruturante da experiência de vida e da integração social do jovem. A referência ao trabalho seminal (MOW, 1987) também é feita em Cavazotte, Lemos, Viana (2012), ao investigarem as expectativas de jovens em relação às recompensas tangíveis e intangíveis oriundas do trabalho, comparativamente com gerações anteriores. De acordo com as autoras, existem aspectos em comum que ultrapassam os limites geracionais, principalmente no que se refere à estabilidade no trabalho, ao destaque da compensação financeira e à ideia de progresso na carreira ao longo do tempo. Essa “reverberação” de anseios em diferentes gerações também é constatada na pesquisa de Souza, Lopes e Hilal (2015), que investigam a percepção de sentido do trabalho especificamente entre mulheres de gerações distintas. Tal fato – expectativas anacrônicas à realidade contemporânea do mercado de trabalho – seria fonte de frustração – uma vez que o mercado de trabalho contemporâneo não oferece oportunidades com essa configuração – e representaria um desafio para os gestores, na atração e retenção da força de trabalho jovem.

O primeiro modelo teórico do sentido do trabalho (MOW, 1987) também é a referência-base da pesquisa de Harpaz, Honig e Coetsier (2002). Neste trabalho, foram consultados jovens entrantes no mercado de trabalho, numa pesquisa internacional e longitudinal, a fim de analisar a evolução da percepção do sentido do trabalho nessa fase de transição. Através de uma pesquisa do tipo survey, foi aferido que, em linhas gerais, ao longo dos primeiros dois anos do processo de socialização através da atividade profissional, ocorre um aumento na centralidade do trabalho, independentemente das culturas nacionais.

Atinente à esta etapa inicial de vivência do mercado de trabalho, Oliveira (2011) propõe quatro tipos “ideais” de jovens trabalhadores brasileiros:

“engajados”, “preocupados”, “céticos” e “desapegados”. Enquanto os primeiros se destacam pela plena confiança no próprio potencial a ser realizado através da atividade profissional, os segundos, por sua vez, seriam aqueles inseguros quanto a relevância das próprias qualificações num mercado de trabalho altamente competitivo. Os céticos formariam um grupo crítico às “regras do jogo” desse mercado laboral e os desapegados, por sua vez, não atribuem centralidade à atividade profissional.

Mesmo sem tratar especificamente de qualquer conceito de sentido do trabalho abordado nesta tese, alguns artigos servem para contextualizar o debate empreendido neste trabalho dentro do corpo teórico geral do sentido do trabalho entre jovens.

Tratando o sentido do trabalho tal como uma construção subjetiva, Kost (1996) analisou o contexto no qual estão envolvidos jovens que sobrevivem através de auxílios financeiros provenientes do Estado nos Estados Unidos. Através de entrevistas em profundidade, a autora constatou que, para estes jovens, o trabalho tem grande importância e a necessidade do custeio governamental redonda em vergonha e um sentimento de subvalorização. A autora pôde identificar também como fatores sociais relacionáveis à realidade profissional desses jovens - desempregados e beneficiários de auxílio governamental - interferem em suas experiências profissionais. Em sua maioria, esses jovens são oriundos de famílias desestruturadas, viveram a infância em condições de pobreza e apresentavam antecedentes criminais. De acordo com Kost (1996), a dificuldade dos jovens consultados em se manterem empregados tem a ver com a deficiência em relações sociais e à capacitação educacional.

Também referente à pesquisa junto a jovens carentes, Rizzo e Chamon (2011) analisam o sentido do trabalho para adolescentes que frequentam uma organização não governamental (ONG), cujo objetivo é oferecer formação técnica profissionalizante. Num estudo de caso com análise qualitativa eletrônica dos relatos obtidos através de entrevistas em profundidade, foram identificadas três categorias que explicam a dotação de sentido ao trabalho: na primeira, “carreira profissional”, o trabalho aparece como uma via para ascensão social; na segunda, “trabalho, lazer e família”, o trabalho representa ao jovem um meio de prover materialmente a si e a família; e na última categoria, “projeto pessoal”, o trabalho é associado à responsabilidade e participação social. As autoras concluem que para

o jovem carente, o trabalho mostra-se mais importante que a educação, porque provém sustento não só pra ele, mas também pra família. Através dele, o jovem “eleva” seu status social, tal como se fosse um adulto. Todavia, é sensível ainda uma situação profissional bem vulnerável, referente à empregabilidade, tanto no que se refere à faixa etária, quanto no que se refere à condição social. O trabalho significaria ainda uma alternativa à todos os “maus caminhos” que um jovem de baixa renda poderia trilhar.

Wray-Lake et al. (2011) recorrem a dados do sistema educacional norte-americano para analisar longitudinalmente as percepções de jovens estudantes do ensino médio atinentes ao trabalho. Ao longo de 30 anos, a importância que os jovens conferiam ao trabalho diminuiu, assim como a expectativa em torno de recompensas intrínsecas do trabalho – tal como a realização de um trabalho estimulante e desafiador, por exemplo. Num contraponto, mantiveram-se estáveis ou acentuaram-se as expectativas em torno de recompensas externas e materiais. De acordo com os pesquisadores, o jovem norte-americano contemporâneo valoriza um trabalho no qual possa desfrutar de um tempo para si, abrindo mão inclusive de certa estabilidade.

Estudos da área de Comunicação também oferecem uma perspectiva interessante do sentido do trabalho entre jovens. Estudos do coloquialismo utilizaram questões recorrentes do cotidiano dos jovens, referentes à utilidade do diploma do Ensino Superior (LAIR E WILAND, 2012) e do comprometimento com um “trabalho de verdade” (O’CONNOR E RAILE, 2015) para investigar diferentes formas de atribuição de significados à atividade profissional na juventude.

Lair e Wiland (2012) mostram como a resposta à tal questionamento pressiona jovens estudantes a se comprometerem precocemente com identidades profissionais, gerando angústia, ainda mais entre aqueles jovens que perseguem carreiras consideradas mais “alternativas”. Num mundo em que a simples posse de um diploma de ensino superior não é garantia de sucesso profissional, o sentido do trabalho, através da experiência desse tipo de questionamento, é construído de maneira antecipada. Enquanto a maioria dos estudantes responde à pergunta da funcionalidade do Ensino Superior a fim de não entrar em conflito com o questionador (traçando toda a construção de uma carreira paga e bem-sucedida a partir da carreira escolhida na universidade), uma minoria se recusa a “fazer sentido para terceiro” das suas próprias escolhas educacionais/profissionais. Isso se dá pelo

fato do jovem acreditar que a educação superior seria uma forma de preparar-se para o exercício de uma ampla gama de profissões, sobre as quais ele não teria como ainda ter definido muito claramente.

De acordo com os autores (LAIR E WILAND, 2012), a maioria dos respondentes acaba se atendo à uma percepção linear de progressão profissional, o que não é comum na realidade do mercado de trabalho de hoje em dia. Mais uma vez, essa discrepância entre as expectativas e a realidade atinente ao mercado de trabalho é fonte de frustração.

Já sobre a pergunta concernente ao “trabalho de verdade”, O’Connor e Raile (2015) concluíram que, dentre os jovens consultados, um “trabalho de verdade” tem caráter utilitário. Não necessariamente enriquece o sujeito, mas permite que suas contas sejam pagas, além de oferecer benefícios referentes à assistência médica e previdenciária. Para o jovem, um “trabalho de verdade” faz as vezes de um rito de passagem para a vida adulta, um marco de distinção, diferenciando da época em que eram realizados os “trabalhos de quem está começando”. As recompensas externas, especificamente relacionadas aos retornos financeiros, são fundamentais para essa força de trabalho, no que tange à classificação de uma atividade profissional como sendo “de verdade”.

Contextualizada teoricamente a discussão acerca do sentido do trabalho entre jovens, torna-se relevante apresentar a atual situação da pesquisa científica que articula o sentido do trabalho às classes sociais.

3.1.5.3.

A pesquisa do sentido do trabalho e classes sociais

Como foi citado anteriormente, na revisão de literatura do sentido do trabalho foi identificada apenas uma pesquisa que articula o conceito a teorias de classes sociais. Através do artigo de Allan, Autin e Duffy (2014) é possível retornar a estudos que, de certa forma, analisam percepções subjetivas atinentes à atividade profissional através de uma abordagem social estratificada. Em linhas gerais, essas referências contemplam a questão do sentido do trabalho, mais numa perspectiva quantitativa - referente à significância de um trabalho. A questão de classes, também, em sua maior parte, não aparece de forma clara, sendo obnubiladas como

“posições profissionais que promovem a satisfação de necessidades de alta ou baixa ordem”, ou “grau de sofisticação do trabalhador/cargo”, por exemplo.

Tal fato pode ser percebido em Hackman e Lawler III (1971). Na proposição de um modelo que especificasse as condições sob as quais o trabalho promova motivação e bons desempenhos dentre os trabalhadores, os autores concluem que as características dos trabalhadores e do trabalho que ele desempenha são correlacionadas no que se refere ao desempenho profissional. Dependendo do grau de sofisticação das demandas subjetivas do trabalhador/cargo (condição de classe oculta), as dimensões referentes às características do trabalho – tais como variedade da e identificação com a tarefa, percepção de autonomia e feedback – devem estar alinhadas.

A questão da percepção distinta do trabalho conforme o pertencimento à uma determinada classe social é abordada em pesquisas referentes à ideia da atividade profissional tal como o exercício de uma vocação. Em Duffy et al. (2012) e Duffy e Autin (2013) é possível perceber como a afliência social é observada empiricamente como um possível determinante da percepção de aspectos subjetivos atinentes ao trabalho.

Tendo como objeto de pesquisa a relação entre o exercício de uma vocação e a sensação de satisfação com a vida, Duffy et al. (2012) propõem um modelo, a fim de investigar como a percepção do trabalho, tal como uma manifestação vocacional, interfere no sentimento de satisfação com a vida. Os autores concluíram que a referida relação é mediada pela satisfação do sujeito com o trabalho que executa e o sentido que ele atribui à vida como um todo. Por sua vez, a noção de exercer uma vocação através do trabalho e a satisfação com o mesmo é mediado pela significância que o trabalhador atribui à sua carreira e o quanto ele se compromete com ela. Dessa forma, defende-se que a percepção do trabalho, tal como a manifestação de uma vocação, pode ser fundamental na satisfação do sujeito com a própria vida. Duffy e Autin (2013) indicam como tal percepção pode ser considerado um privilégio de classe.

No artigo que estuda a ideia da percepção da existência e a experiência de fato de uma vocação, Duffy e Autin (2012) analisam como esse objeto de estudo pode ser influenciado tanto pela renda, quanto pelo grau de instrução do indivíduo, além de eventuais mediadores que poderiam explicar a interação entre esses dois fenômenos. Os autores concluem que trabalhadores mais ricos e com escolaridade

avançada vivem a sua vocação através do trabalho, o que não quer dizer que sujeitos pobres não percebam em si a existência de algum tipo de orientação vocacional. Todavia, aspectos relacionados ao poder de decisão sobre a própria vida profissional e o suporte organizacional despontam como mediadores entre essa percepção da vocação e o seu exercício de fato.

Com o conceito do sentido do trabalho propriamente embasado, há de se aprofundar nas teorias das classes sociais, em busca dos instrumentos teóricos auxiliares no cumprimento do objetivo principal desta tese: compreender como se dá a dotação de sentido ao trabalho entre jovens de diferentes classes sociais.

3.2. Teoria das Classes Sociais

3.2.1. A trajetória do conceito

A Sociologia oferece um instrumental importante para o cumprimento dos objetivos desta tese. As teorias das classes sociais viabilizam a realização de análises nas quais podem ser articulados aspectos sociais e econômicos, auxiliares na compreensão da experiência de vida do sujeito, tanto objetivamente, quanto subjetivamente. Tal como um fenômeno, a estratificação social é considerada por alguns teóricos como algo universal, identificável em todas as sociedades, ao longo de toda a História. Todavia, a consolidação do sistema capitalista a partir de meados do século XVIII é tida como um marco na contemplação científica deste tema. Nesta seção, será contemplada a evolução do conceito de classes sociais na Sociologia. Partindo de autores clássicos, até abordagens modernas e contemporâneas, contextualizadas à sociedade brasileira, a fim de ajudar a compreender a dotação de sentido ao trabalho entre jovens de diferentes classes sociais.

A seção é iniciada com a perspectiva marxista. Sem necessariamente sistematizar a sua teoria sobre o fenômeno da estratificação social, Karl Marx espalha por diversas obras o seu entendimento da divisão da sociedade em classes sociais. Para o autor, tudo depende da posição relativa do sujeito no regime de produção capitalista. Em linhas gerais, no mundo da produção em massa, a sociedade é dividida entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que oferecem no mercado a sua força de trabalho.

Diferentemente de Marx, Max Weber apresenta uma discussão teórica bem estruturada atinente à estratificação social na sociedade capitalista. De acordo com o autor, dado esse contexto, tudo se dá através de uma distribuição desigual de poder, que se dá sob perspectivas econômicas, sociais e políticas. Respectivamente, no entendimento weberiano, a sociedade está dividida em classes, estamentos e partidos, e a compreensão dos dois primeiros é essencial ao embasamento teórico desta pesquisa.

A Sociologia Clássica serve como base para a releitura das teorias de classes até os dias de hoje. Para este embasamento teórico, foram selecionadas algumas

perspectivas teóricas mais recentes, a fim de atualizar e complementar o debate científico sobre as origens do tema, tanto em Marx, quanto em Weber.

Um outro marco nas Teorias das Classes Sociais é identificado na Teoria dos Condicionantes Sociais, do francês Pierre Bourdieu. Nessa teoria – eleita como a principal na proposta de investigação desta tese – o autor articula diversos conceitos, construindo uma complexa compreensão do fenômeno de estratificação social. Tomando como referência-base o livro “A Distinção”, são apresentados os conceitos de capital, classe, habitus e campo, que articulados entre si, servem como uma lente teórica ideal para observar a dotação de sentido ao trabalho entre jovens de diferentes estratos sociais e cumprir com os objetivos desta pesquisa. Nesse sentido, todavia, a teoria bourdieusiana carece de uma contextualização à realidade brasileira.

Para isso, as considerações teóricas de Jessé Souza são de grande relevância. Antecedida por um panorama econômico, político e social recente da sociedade brasileira, delineado com estudos de diversos autores, a análise do Brasil contemporâneo empreendida pelo sociólogo brasileiro torna-se de grande relevância e marca o ponto final do referencial teórico desta tese.

3.2.1.1.

A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx

A discussão teórica sobre classes sociais elaborada por autores da Sociologia Clássica se inicia com as ideias de Karl Marx. Sem propriamente ter se dedicado a se aprofundar no tema em algum momento, Marx, ao longo de toda a sua produção teórica, abordou o tema, oferecendo perspectivas de grande relevância científica à pesquisa sobre estratificação social. Na teoria marxista sobre classes sociais são articulados diversos conceitos, tais como apropriação do trabalho, acúmulo de capital, consciência e luta de classes. Na realidade europeia do final do século XIX, com o estabelecimento do capitalismo como regime hegemônico de produção, Marx viu emergir uma nova dinâmica social, na qual um segmento restrito da população era capaz de exercer forte domínio sobre uma grande quantidade de cidadãos.

Numa das possíveis perspectivas de análise de estratificação social contempladas por Marx, a sociedade estaria dividida entre aqueles que detinham os

meios de produção e eram capazes de acumular capital e aqueles que “levavam a própria pele” para o mercado, a fim de garantir os recursos para a sua sobrevivência. Tudo dependia da posição relativa do sujeito no sistema de produção capitalista. Nesse raciocínio, os do primeiro grupo – os capitalistas – apropriavam-se da força de trabalho dessa massa populacional – os proletários – a fim de lucrar através da produção e do acúmulo da mais-valia. E mais do que isso, levando em consideração o próprio consumo da classe trabalhadora, era possível argumentar que o lucro do capitalista se dava de forma dupla.

Nesse regime de exploração, cuja tendência é um acúmulo cada vez maior dos recursos nas mãos de uma parcela cada vez menor da população, o caminho para a mudança, segundo Marx, precisaria ser trilhado pela classe trabalhadora. Sendo assim, o simples pertencimento à uma mesma condição econômico-financeira não garantiria a capacidade de agência. Seria necessário construir uma identidade própria, sobre as quais orbitariam os mesmos interesses. É quando o autor trata da consciência de classe. A partir desse fenômeno – de identificação – a classe trabalhadora legitimar-se-ia como um ator social, capaz de empreender uma revolução emancipatória.

3.2.1.1.1. Uma discussão “oculta”

A discussão da teoria de classes sociais através da Sociologia Clássica inicia-se com os trabalhos de Karl Marx. Por vezes contando com a contribuição de Friedrich Engels, Marx desenvolveu os preceitos do que veio a se chamar posteriormente de materialismo histórico – movimento teórico-intelectual que se dedica ao estudo das classes sociais, das relações delas entre si e de como a economia e a política agem sobre tais relações. Apesar da relevância da figura de Marx como um expoente teórico na pesquisa das classes sociais, o tema não é contemplado em sua obra de forma sistemática – como em Weber, por exemplo – mas encontra-se difusa em diversos trabalhos produzidos pelo autor (MATTOSO, 2006).

Marx não chegou propriamente a fazer uma definição conceitual aprofundada sobre as classes sociais. Uma análise relativamente mais sistemática, que estaria no último volume d'O Capital – publicado postumamente – não chegou a ser

finalizada. Todavia, é possível perceber discussões relacionadas às classes em diversas outras obras de Marx, com diferentes abordagens do fenômeno, que por vezes chegam a ser contraditórias, de acordo com Stavenhagen (1977).

Para Marx, a consideração das classes deve estar associada à uma análise contextual de toda a dinâmica política contemporânea ao fenômeno, a fim de se levar em conta todas as transformações e o histórico social, não como algo determinista – uma vez que as classes são formadas dialeticamente, a partir das lutas de classes. Haveria de se levar em conta a agência política que as classes têm. Elas não seriam estáticas, imutáveis com o passar do tempo. Em Marx, entende-se a classe social tal como uma categoria histórica, à qual estão relacionadas as mudanças e os desenvolvimentos sociais. Tudo dependeria das relações de produção vigentes (MATTOSO, 2006). Testemunhando os desdobramentos da Revolução Industrial e da emergência do capitalismo no século XIX, Marx percebia a formação de um novo tipo de sociedade – industrial e capitalista. Nesta sociedade, um grupo social se diferencia, pela detenção privada dos meios de produção.

Um trecho de “Uma Grande Iniciativa” de Lenin (1919) sintetiza bem a definição de classe social que pode ser inferida da obra de Marx:

“Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social”. (LENIN, 1919: 9)

Em qualquer sociedade, quando um grupo de indivíduos é capaz de se apropriar do trabalho de um outro grupo, de acordo com a teoria marxista, tem-se o fenômeno da estratificação social em classes. Em Marx, tudo dependia da posição do sujeito no sistema de produção – que no caso é o capitalista.

3.2.1.1.2.

O lugar no regime de produção capitalista

Na teoria marxista, a noção de classe não se restringe ao pertencimento à uma faixa de renda, grau de instrução, alguma honraria profissional, ou prestígio social. Mais do que tudo isso: é um fenômeno fortemente associado a situações contextuais específicas, nas quais a “produção” de uma renda excedente – lucro – permitiria a

apropriação privada das condições de produção. A noção de classe social emergente da teoria marxista concentra-se na observação do aspecto econômico – a posição do sujeito/grupo no regime de produção capitalista. Todavia, há de se tomar cuidado para não tomar essa abordagem de forma reducionista. Eagleton (2012) explica que a perspectiva “economicista” da teoria de classes em Marx há de ser compreendida de forma dialética, uma vez que ela não se restringe a fenômenos exclusivamente da esfera financeira, mas também sociais e ideológicos, por exemplo. Trata-se de uma posição não só objetiva, mas também subjetiva.

Há de se compreender que, na teoria marxista das classes sociais, o dinamismo social, com seus próprios movimentos e contradições, faria com que o fenômeno da estratificação social também seja flexibilizado, acompanhando tal dinâmica. O trecho a seguir, extraído d’A Ideologia Alemã (MARX E ENGELS, 2007) serve para ilustrar esse pensamento:

“A indústria e o comércio, a produção e o intercâmbio das necessidades vitais condicionam, por seu lado, a distribuição, a estrutura das diferentes classes sociais e são, por sua vez, condicionadas por elas no modo de seu funcionamento” (MARX E ENGELS, 2007: 31)

Em outro livro, no primeiro volume d’O Capital (MARX, 2013), Marx menciona propriamente como enxergava a dinâmica social, uma vez estabelecido o capitalismo como o regime de produção, onde evidenciam-se também conceitos-chave para a teoria marxista, como “propriedade” e “exploração”:

“O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... despela.” (MARX, 2013: 323)

Tomando como referência essa abordagem dualista do fenômeno de classes sociais, é possível compreender que a dinâmica estabelecida entre esses dois grupos se dá de forma co-dependente na teoria marxista. Isso porque, através da acumulação do “excedente” resultante da exploração da mão de obra dos trabalhadores pelos capitalistas, é possível expandir o grupo dos assalariados, valorizando ainda mais o capital, que por sua vez, é direcionado a melhorias nos meios de produção, não na força de trabalho, reforçando assim a noção de que os meios de trabalho é que empregam o trabalhador (MARX, 2013).

Dessa maneira, aumenta-se a dependência do trabalhador, não só do seu próprio “produto”, o trabalho, mas também para com o capitalista. Este, por sua

vez, através dessa dinâmica, consegue “criar” inclusive um exército de reserva, que serve como uma fonte de segurança da posição do capitalista nesse regime de produção.

Sujeitos que ficam à margem dessa relação entre capitalistas e assalariados (uma vez que estão desempregados) de certa forma também são “explorados” pelo sistema, tal como uma massa de trabalho que permanece disponível aos donos do capital e servindo como um tipo de ameaça permanente aos empregados – que desejam se manter nessa condição. Nesse sentido, é possível perceber como a ideia do operário tal como uma classe (o proletariado) sugere uma contradição, pois este gozaria de uma liberdade dissimulada, uma vez que socialmente, só lhe cabe a função social de dominado. Esse seria o processo de reprodução simples do capital.

Não obstante, segundo Marx, essa dinâmica esconde uma outra fonte de lucro do capitalista, oriunda do consumo da classe trabalhadora. Na teoria marxista, compreende-se que o capitalista lucra uma segunda vez, levando em consideração que o assalariado, cumprindo suas necessidades de consumo, reconvertem o fruto do seu trabalho em lucro para o capitalista.

A partir do trecho parafraseado acima, também percebe-se uma compreensão dualista do fenômeno das classes sociais. Todavia, na obra de Marx como um todo, em outros momentos, dependendo de transformações do contexto histórico e social, são evidenciadas outras classes sociais além de capitalistas versus trabalhadores (TINEU, 2017). Argumenta-se que a coexistência desses dois tipos de abordagem não registraria uma contradição na teoria marxista de classes. Isso porque, enquanto a primeira permitiria a proposição de modelos teóricos “consolidados”, a segunda permitiria investigações situacionais relacionadas a um momento específico. Há de se compreender que na teoria marxista das classes sociais, o dinamismo social, com seus próprios movimentos e contradições, faz com que o fenômeno da estratificação social também seja flexibilizado, acompanhando tal dinâmica.

Sobre a questão social dessa relação entre capitalistas e trabalhadores, percebe-se na teoria marxista a compreensão de modelo de dominação ideológica. Também n’A Ideologia Alemã (MARX E ENGELS, 2007) é possível destacar uma passagem que explica essa percepção de uma exploração subjetiva dos capitalistas sobre a classe operária:

“As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força

espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica(...)” (MARX E ENGELS, 2007: 47)

Neste ponto retoma-se a atenção à uma compreensão não reducionista ao aspecto econômico da teoria marxista de classes sociais. A dominação se dá também numa esfera subjetiva de alcance social. Sobre os pensadores, sobre aqueles que “produzem ideias” e promovem as suas divulgações. Tal como uma “força espiritual dominante”, que determina o que merece e o que não merece consideração social. E, a partir desta linha de raciocínio hierarquicamente determinada, emerge um ideário dominante, que reforça as relações de dominação e subserviência que garantem a manutenção do sistema, com todas as suas contradições e transformações.

Num sistema de exploração tão “bem amarrado”, infere-se da teoria marxista a tendência de que o capitalista tem garantida a sua posição de explorador de trabalho, acumulando a mais-valia em cima da produção social da classe trabalhadora. Essa por sua vez, também permaneceria na sua condição de subjugada, sendo gradativamente mais explorada – uma vez que não só seu salário é reconvertido em lucro para a classe dominante, mas também porque a mentalidade do capitalista é a de aperfeiçoar os meios de produção, não visando melhorias na vida do operário, mas a fim de garantir maiores ganhos para si. No horizonte dessa configuração social Marx enxerga um fenômeno: a luta de classes.

3.2.1.1.3.

A consciência e a luta de classes

Denota-se que em Marx, a associação entre a estratificação social e o conflito entre classes é axiomática. Além dos conceitos de propriedade e exploração, a consciência de classe e a luta de classes são outros dois pontos essenciais para compreender a lógica marxista acerca da estrutura das classes sociais no sistema capitalista.

O papel revolucionário que Marx atribui à classe dos trabalhadores é dependente da construção da consciência de classe: um fenômeno coletivo que registra a transição entre dois momentos específicos da constituição identitária de uma classe social: da classe em si, para a classe para si. Trata-se de uma tomada de consciência acerca das contradições inerentes ao sistema capitalista, condizentes à sua situação de grupo explorado, que viabilizaria a capacidade de agência e revolução deste grupo.

No trecho a seguir, extraído d'O 18 Brumário de Luís Bonaparte (MARX, 2011), é possível perceber a irrelevância que sujeitos de uma mesma classe social têm ao não se perceberem como “portadores” de uma mesma consciência de classe:

“Assim, a grande massa da nação francesa se compõe por simples adição de grandezas homônimas, como batatas dentro de um saco constituem um saco de batatas. Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. Por conseguinte, são incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção.” (MARX, 2011: 142)

Tomando os desdobramentos da Revolução Francesa como objeto de pesquisa, Marx analisou como a capacidade de ação da classe trabalhadora francesa era limitada, uma vez que elas não compartilhavam de uma “identidade de interesses”, nem de uma organização política articulada, eles nem poderiam ser caracterizados propriamente como uma classe. É somente assim que se deixa de ser apenas um grupamento de pessoas vivendo sob uma mesma situação econômica.

“A consciência de classe é uma totalidade, não é, portanto, nem a soma nem a média do que os indivíduos que formam a classe pensam ou sentem. A consciência de classe, ao se refletir em seu par dialético, a ação, e por sua vez, a ação, refletir-se na consciência de classe, considera-se, portanto, a ação decisiva da classe como totalidade e está determinada por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo”. (TINEU, 2017: 94)

A tomada de consciência de classe é descrita por Tineu (2017) como tendo duas fases consecutivas. Em princípio, uma classe social reconhece e respeita a outra, no que se refere à própria posição no regime de produção vigente. Num segundo momento, a classe toma consciência “de si mesma, de seus interesses e de sua missão história, como um grupo de ação política com efetivo papel nas lutas sociais”, outorgando para si a ação emancipatória de um sistema de exploração. E

é esse caráter revolucionário, de luta de classes que diferencia a teoria marxista de outras linhas de pensamento sobre a estratificação social.

A origem da luta de classes consiste nas contradições próprias do sistema capitalista: apropriação do trabalho da maioria da população, acumulação do capital, etc. Para Marx, em determinado momento, as forças de produção começam a desenvolver interesses antagônicos entre si, gerando relações conflituosas. Na teoria marxista, percebe-se que é através da ação da classe trabalhadora que tais relações poderiam ser superadas.

A noção de luta de classes da teoria marxista repercute até hoje como uma referência na análise social teórica. Uma leitura contemporânea dos postulados de Marx que se destaca é a de Axel Honneth.

Considerado o principal expoente da chamada “Terceira Geração” da Escola de Frankfurt – instituto de pesquisas alemão multidisciplinar dedicado à compreensão crítica do fenômeno social na lógica capitalista – o autor explica a origem dos conflitos sociais alternativamente. Em nada teria a ver com posições divergentes dentro da lógica de produção capitalista. A Teoria do Reconhecimento de Honneth afirma que a ausência de reconhecimento intersubjetivo e social seria o estopim dos conflitos sociais (FUHRMANN, 2013).

Tratar-se-ia de um processo individual que se desdobra socialmente. Fuhrmann (2013) explica que Honneth diferencia três dimensões através das quais o reconhecimento se constrói: amor, direito e solidariedade. O primeiro tem a ver com a experiência individual na infância, com a relação materna/paterna, desde a mais tenra idade. O direito faz referência ao acesso à justiça: sobre a forma que o indivíduo se percebe como participante de uma dinâmica de direitos e deveres amparados legislativamente. E solidariedade trata de um senso de estima social, como o sujeito se vê inserido, participante e bem-sucedido (ou não) na sociedade na qual está inserido. Nesse sentido, Albarnoz (2011) resume a coerência da Teoria do Reconhecimento ao campo profissional:

“Parece evidente, já a partir da experiência do cidadão comum, e, é de se esperar, ainda mais na condição do observador interessado no conhecimento e na reflexão sobre as tramas da vida social, que a inserção no mundo do trabalho, sobretudo, no mutante mercado do emprego, com suas dimensões afetivas, jurídicas e sociais, exerce influência na formação das condições de sobrevivência. Portanto, parece correto supor que serão determinantes na manutenção das condições de reconhecimento e na dinâmica da solidariedade, influenciando a conformação das condições de vivência da estima social, logo, da autoestima dos sujeitos envolvidos” (ALBARNOZ, 2011: 142)

Esse tipo de raciocínio contribui com a noção de que para Marx, o conceito de classe social, referente à posição relativa num regime de produção, não pode ser reduzido unicamente à dimensão econômica. A tomada de consciência, tal como uma verdadeira “cultura de classes” e a necessidade de reconhecimento evidenciam o caráter subjetivo, ideológico, inerente da proposta teórica do autor.

3.2.1.2.

A Teoria das Classes Sociais de Max Weber

Ao contrário de Marx, Weber empreendeu uma profunda e sistemática discussão sobre a sua visão acerca do conceito de classes sociais. Em “Ensaio de Sociologia” (WEBER, 1982) estão compilados uma série de textos do autor que versam sobre temas como religião, ciência e política e estruturas sociais. Na segunda parte do volume, denominada “Poder”, tem-se uma apresentação detalhada da percepção do autor acerca do fenômeno das classes sociais.

Tineu (2017) afirma que para Weber, a Sociologia, tal como uma ciência, visa a cumprir com o objetivo de analisar a ação social, a fim de chamar atenção para aspectos que pudessem ser considerados genéricos, típicos de cada período do desenvolvimento social. O autor explica que a compreensão weberiana do fenômeno social funcionaria como que num método de “compreensão social”, no qual todo sujeito agiria motivado por seus valores. Tais valores e comportamentos, por sua vez, constroem-se e acontecem levando em consideração outros sujeitos. A sociedade, por sua vez, seria todo um conjunto de diversas interações sociais (TINEU, 2017). Weber (1982) chama de “ordem social” a maneira como honrarias sociais são distribuídas em determinado grupo social. Tratar-se-ia da maneira pela qual propriedades e serviços podem ser acessados, usufruídos e convertido em vantagens sociais por grupos distintos de indivíduos. Sobre tal ordenamento, tal como uma relação dialeticamente influenciável, aspectos econômicos, sociais e políticos agiriam. Tudo estaria sendo determinado – e determinando – a distribuição de poder.

3.2.1.2.1. Uma questão de poder

Em Weber (1982) existem outros tipos de estratificação da ordem social, para além da divisão da sociedade em classes. Essas, por sua vez, na teoria weberiana, estariam relacionadas apenas a aspectos econômicos. Elas têm a ver com a posse/aceso de determinados bens e a funcionalidade que tal posse poderia ter na experiência de vida do sujeito. Tal dinâmica acontecendo dentro de uma lógica de mercado, referente à oferta e à demanda de bens e serviços. Os aspectos sociais, tais como dignidade, honra e exclusividade, por exemplo, estariam relacionados a outra forma de estratificação social, chamadas de estamento ou grupos de status. Tem a ver com a maneira através da qual um determinado grupo social consome, interage entre si e com outros grupos. Os aspectos políticos determinariam uma outra forma de segregação: os partidos.

Para Weber, tais formas de estratificação social, conforme esses diferentes tipos de aspectos, tratam de fenômenos de distribuição de poder.

“Em geral, entendemos por poder a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação. O poder “condicionado economicamente” não é, decerto, idêntico ao poder como tal. Pelo contrário, o aparecimento do poder econômico pode ser a consequência do poder existente por outros motivos. O homem não luta pelo poder apenas para enriquecer economicamente. (...) Muito frequentemente, a luta pelo poder também é condicionada pelas ‘honras’ sociais que ele acarreta. Nem todo poder, porém, traz honras sociais” (WEBER, 1982: 211)

A definição de poder supracitada contempla os conceitos de classe e estamento. Dentre os tipos de estratificação social, estes dois são os mais coerentes com esta pesquisa. É possível inferir desse trecho que o poder econômico – representado pela posse (ou não) de determinados bens e serviços – não está necessariamente atrelado a um poder social – representado por algum tipo de honraria, notoriedade e diferenciação. Todavia, mais a frente, torna-se evidente na abordagem weberiana um sensível condicionamento do poder econômico sobre a esfera social. Nas seções a seguir, serão aprofundadas as discussões weberianas acerca desses dois tipos de estratificação social.

3.2.1.2.2. As classes econômicas

Como já foi afirmado anteriormente, para Weber (1982), o conceito de classe social trata da posse ou não de determinados bens e serviços e a capacidade de convertê-los em “oportunidades de mercado”. O quão útil socialmente a posse de determinada coisa é. Santos (2002) explica que tem a ver com a transformação destes serviços e bens em “recompensas”, como uma fonte de renda, ou oportunidades de desenvolvimento pessoal, por exemplo.

Weber (1982) afirma que a maneira que a propriedade material é distribuída entre a população numa determinada sociedade, tendo como objetivo a troca, cria para o sujeito oportunidades de vida próprias. Com ênfase na dimensão econômica, mercadológica do seu conceito de classe, Weber escreve a seguinte definição:

“Em nossa terminologia, classes não são comunidades; representam simplesmente bases possíveis e frequentes, de ação comunal. Podemos falar de uma classe quando 1) certo número de pessoas tem em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida e na medida em que 2) esse componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos da posse de bens e oportunidades de renda e 3) é representado sob as condições de mercado de produtos, ou mercado do trabalho.” (WEBER, 1982: 212)

Desse trecho é possível destacar três pontos importantes da abordagem weberiana da teoria de classes sociais. De partida, é sensível uma diferença em comparação com a definição de classe marxista. Para Weber, a classe não contempla um sentido comunitário, tal como para o autor alemão. Em seguida, chama atenção o fato de que a divisão social se dá entre os possuidores e os não possuidores das “propriedades” que são relevantes no mercado. E finalmente, o caráter “flexível” – diferente do caráter relacional da abordagem marxista – desse conceito de classe, vis-à-vis a dinâmica de mercado. Nesse sentido, muitas vezes é referenciada na teoria weberiana o “pertencimento” de classe tal como uma “situação”, ou “condição” de classe.

O trecho a seguir arremata esses três pontos apresentados anteriormente:

“De qualquer modo, uma classe não constitui, em si, uma comunidade. Tratar a “classe” conceitualmente como tendo o mesmo valor de “comunidade” leva à deformação. O fato de homens na mesma situação de classe reagirem regularmente através de ações de massa a situações tão tangíveis quanto as econômicas e reagirem no sentido dos interesses mais adequados à média deles, é importante, e na verdade simples, para a compreensão dos acontecimentos históricos” (WEBER, 1982: 216)

Uma situação de classe pode redundar em reações relativamente homogêneas. Weber (1982) chama isso de “ações de massa”. Tais reações também não carregam em si o caráter de conflito, como em Marx, mas tem a ver com uma associação racional em torno de objetivos comuns. A “luta de classes” se daria mais pelo fato de que os recursos são limitados e a competição por eles, em determinado momento, tenderia a acirrar-se.

“A ação comunitária que cria situações de classe, porém, não é basicamente ação entre membros de classe idêntica; é uma ação entre membros de classes diferentes. Os atos comunitários que determinam diretamente a situação de classe do trabalho e do empresário são: o mercado de trabalho, o mercado de produtos e a empresa capitalista” (WEBER, 1982: 216)

Para além da posição do sujeito no mercado, no que se refere ao pertencimento à uma determinada classe, percebe-se nos postulados de Weber uma atenção às forças racionalizadoras dos mercados capitalistas. Tais forças agiriam de forma a beneficiar os sujeitos, detentores de recursos/habilidades, capazes de aproveitar a atividade econômica sistematicamente, em detrimento daqueles não possuidores de tais elementos. (LIMA, NELSON E NASSIF, 2016). Leituras mais recentes da teoria weberiana questionam a sustentabilidade dessa racionalidade econômica, levada ao extremo pelo sistema capitalista.

O filósofo André Gorz destaca-se como ferrenho crítico do modelo de crescimento do sistema e chama atenção para os efeitos que essa lógica racionalizada de mercado resulta em consequências na esfera profissional, ecológica e social.

“... uma medida objetiva da eficácia, do esforço e da vitória: o montante ganho. Vencer não era, portanto, uma questão de apreciação pessoal e de ‘qualidade de vida’: era mensurável pela quantidade de dinheiro ganho, pela fortuna acumulada. A quantificação fazia surgir um critério irrecusável e uma escala hierárquica que não precisavam ser validadas por nenhuma autoridade, nenhuma norma, nenhuma escala de valores. A eficiência era mensurável e, através dela, a capacidade de um indivíduo, sua virtude: mais vale mais que menos, aquele que consegue ganhar mais vale mais que aquele que ganha menos” (GORZ, 2003: 113).

De acordo com o autor, ao sistema capitalista pode ser atribuída a “derrota” de quaisquer outros tipos de racionalidades que ordenassem a vida social. O forte caráter econômico imposto pelo sistema, nos mais variados aspectos da experiência de vida do sujeito – e consequentemente, da sociedade capitalista como um todo – constituiu-se como único, determinando o utilitarismo como um axioma existencial.

Charles Taylor (1997), por sua vez, argumenta de modo semelhante, ao afirmar que o processo de construção identitária (individual e social), no sistema capitalista, é impactado por três “moléstias”: a ascensão do individualismo, a primazia da razão instrumental e, conseqüentemente, a resultante política da associação das duas anteriores.

Por individualismo, compreende-se uma perda de sentido da experiência de vida como um todo, redundante da noção de liberdade preconizado no mundo moderno. Uma vez que todo sujeito é livre para agir por conta própria, são preteridas, por exemplo, uma série de ordenamentos transcendentais, comuns às sociedades antigas. Trata-se de uma “fuga de horizontes morais” (MACIEL, 2017)

A primazia da razão instrumental, por sua vez, tem a ver com conceitos como “eficiência” e “relação custo-benefício”, por exemplo. Uma vez que a ordem moral, transcendental, cede espaço para aspectos mais egocêntricos, a experiência humana passa a ser pautada pela tônica da eficiência, através da qual a fim de alcançar objetivos específicos, há de se racionalizar o meio mais “econômico” possível. Segundo Maciel (2017), uma evidência desse tipo de axioma na sociedade moderna seria a ampla dependência tecnológica, na resolução de problemas cotidianos.

A resultante política dessas duas moléstias anteriores faz referência à uma alienação quanto à agência política.

“O que está ameaçado aqui é a nossa dignidade como cidadãos. Os mecanismos impessoais mencionados acima podem reduzir nossos graus de liberdade como uma sociedade, mas a perda de liberdade política poderia significar que até mesmo as escolhas restantes não seriam mais feitas por nós, como cidadãos, mas pelo poder tutor irresponsável” (TAYLOR, 1997).

3.2.1.2.3. Os grupos de status

A ênfase na ideia mercadológica articulada à estratificação social é desafiada por um outro conceito da teoria weberiana: os grupos de status. Como já foi mencionado anteriormente, eles tratam de uma dimensão social na argumentação de Weber (1982), referente à dignidade, honra e exclusividade.

“Em contraste com as classes, os grupos de status são normalmente comunidades. Com frequência, porém, são do tipo amorfo. Em contraste com a “situação de classe” determinada apenas por motivos econômicos, desejamos designar como “situação de status” todo componente típico do destino dos homens, determinado

por uma estimativa específica, positiva ou negativa, da honraria. Essa honraria pode estar relacionada com qualquer qualidade partilhada por uma pluralidade de indivíduos e, decerto, pode estar relacionada com uma situação de classe: as distinções de classe estão ligadas com as distinções de status. A propriedade como tal nem sempre é reconhecida como qualificação estamental, mas a longo prazo, ela é sim.” (WEBER, 1982: 218)

A partir do trecho supracitado é possível perceber algumas propriedades do conceito de grupo de status na abordagem weberiana. Diferentemente do conceito de classes, num grupo de status existe sim o senso de comunidade. A noção de uma honra estamental, inclusive, segundo Weber, limita o escopo de ação individual. A fim de pertencer a um determinado círculo social – estamento – o sujeito encontra-se pressionado a reproduzir um estilo de vida que permeia a sua existência em diversos aspectos. O autor cita como exemplo as uniões matrimoniais, que tendem a ser dentro de um mesmo círculo de status. Tal “fechamento” estamental faz com que a segregação entre esses grupos seja legitimada pragmaticamente, através de rituais de diversos tipos, além de todo um anteparo tácito – representado pelas convenções, dos costumes – e jurídico.

Além disso, percebe-se uma interação entre a dimensão econômica – representada pela situação de classe – e a dimensão social - representada pela situação de status. Dentro da lógica capitalista, o autor destaca os conflitos redundantes da interação desses dois modelos de estratificação social, uma vez que a percepção social de uma hierarquia estamental poderia dificultar a atividade isenta da lógica do mercado. No sistema capitalista, Weber chama a atenção para a relevância da situação de classe, que poderia preterir – ou até condicionar – a ordenação estamental da sociedade.

“Vimos acima que os mercados e seus processos não conhecem distinções pessoais: os interesses funcionais o dominam. Nada conhecem de “honras”. A ordem estamental significa precisamente o inverso, ou seja, a estratificação em termos de honras e estilos de vida peculiares dos grupos estamentais como tais. Se a simples aquisição econômica e o poder econômico puro, ainda trazendo o estigma de sua origem extra-estamental, pudessem conceder a quem os tivesse conseguido as mesmas honras que os interessados em estamentos em virtude de um estilo de vida que pretendem para si, a ordem estamental estaria ameaçada em suas bases mesmas, principalmente tendo em vista que, em condições de igualdade de honras estamentais, a posse per se representa um acréscimo, mesmo não sendo abertamente reconhecida como tal.” (WEBER, 1982: 224)

Apesar do reconhecimento da legitimidade da ordenação estamental na sociedade, é possível argumentar que em Weber, o condicionamento econômico

pode findar mostrando-se como decisivo na determinação de um estilo de vida – ou pertencimento a um círculo social, grupos de status específico.

Em resumo, na teoria weberiana, enquanto as classes se estratificam dentro de uma lógica de mercado, de acordo com a posse ou não de bens e habilidades, os estamentos estratificam-se conforme a aderência a estilos de vida específicos, redundantes de determinados padrões de consumo e comportamentais.

3.2.1.3.

A Teoria dos Condicionantes Sociais de Pierre Bourdieu

Sobre a compreensão das classes sociais, é possível argumentar que o trabalho do sociólogo francês Pierre Bourdieu seria uma região de confluência de vários pontos dos postulados da Sociologia Clássica – apesar dele mesmo não aceitar qualquer “rótulo”. De acordo com o autor, através de estruturas sociais anteriores ao indivíduo, desigualdades são incutidas, enviesando a percepção da realidade, de modo a reproduzir semelhantes formas de pensar, ser e agir, através da experiência de vida dos sujeitos em uma mesma camada social. Nesta tese, essa abordagem no entendimento do fenômeno de estratificação social torna-se bastante apropriada, a fim de compreender como se dá a dotação de sentido ao trabalho entre jovens de diferentes classes sociais.

O corpo teórico desenvolvido por Bourdieu é carregado de uma abordagem crítica e visa a analisar em profundidade como são estabelecidas socialmente determinadas condutas, ideias e mecanismos de dominação (THIRY-CHERQUES, 2006). Na discussão atinente à essa tese, tem-se como fonte primária de pesquisa o livro “A Distinção” (BOURDIEU, 2015). Neste título, lançado em 1979, é realizada uma crítica social do julgamento do gosto, através de uma pesquisa quantitativa da sociedade francesa dos anos 1970.

Até os dias de hoje, a teoria bourdieusiana mantém-se com grande relevância, servindo de referência para estudos que releem, contextualizam e atualizam os seus preceitos, como no caso das pesquisas do francês Camille Peguny e do inglês Sam Friedman. Esses dois autores empreendem análises sociais tomando como base o legado bourdieusiano e tornam-se relevantes na complementação da discussão teórica concernente à essa pesquisa.

A obra de Bourdieu pode ser entendida como uma “teoria das estruturas sociais a partir de conceitos-chave”, como defende Thiry-Cherques (2006). Para a fundamentação teórica desta tese, torna-se necessário articular os seguintes conceitos bourdieusianos: “classe”, “capital”, “habitus” e “campo”.

2.2.1.3.1 - Classe e Capital

Pela forma como se entremeiam, faz sentido agrupar neste item os conceitos de Classe e Capital defendidos por Bourdieu (2015). Ele destaca a complexidade referente à ideia de segmentação social em classes. De acordo com o autor, o pertencimento à uma classe específica não depende simplesmente da posse de uma ou mais propriedades, “mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas” (BOURDIEU, 2015: 101). E, por propriedades, ele argumenta que não se tratam apenas de bens físicos, tais como imóveis ou investimentos financeiros, por exemplo. Aspectos demográficos, como gênero, faixa etária, etnia, grau de instrução e origem social também são considerados como “propriedades”. Tratam-se dos diferentes tipos de capital.

A ideia de capital em Bourdieu tem origem na economia, mas, como já foi citado, vai além da tangibilidade que o termo pode sugerir. Alinhado à essa raiz do termo, estão as propriedades de conversão, investimento, reprodução e transferência por herança, por exemplo. Todavia, além do capital econômico, referente à riqueza material de fato, tangível, como dinheiro, imóveis e ações, relevantes para essa pesquisa o capital cultural, o capital social e o capital simbólico.

Por capital cultural tem-se o conjunto de competências intelectuais do sujeito. Na concepção do conceito, tal capital teria sua origem e reprodução atribuídos à família e às instituições de ensino. Inclusive, análises mais recentes da obra de Bourdieu (SETTON, 2002) atribuem à mídia o caráter de uma fonte de capital cultural contemporânea. Thiry-Cherques (2006) argumenta que essa forma de capital específica existe em três estados: estado incorporado – tal como uma disposição durável do corpo; estado objetivo – tal como a posse de artigos culturais; e estado institucionalizado – referente aos títulos conferidos pelas organizações escolares.

O capital social faz referência à rede de relacionamentos do sujeito. Através desses contatos, denotam-se variados tipos de acessos. Trata de todos os recursos que estariam potencialmente disponíveis a determinado agente, devido ao seu relacionamento com determinados sujeitos ou grupos. Em Bourdieu, a ideia de construção de redes sociais é tida como resultante de investimentos deliberados do agente, com a finalidade de alcançar variados tipos de benefícios (PORTES, 2000).

Capital simbólico, por sua vez, é como se fosse um resumo de todos os outros tipos de capital. Tem a ver com a honra, reputação e prestígio do agente em determinado contexto social (BOURDIEU, 2015).

A questão da classe é vista em Bourdieu (2015) como uma construção que tem uma base tridimensional, onde interferem: a) o volume global do capital – referente ao conjunto total do patrimônio passível de ser mobilizado; b) a estrutura do capital – referente às diferentes formas de distribuição do conjunto total entre os diferentes tipos de capital; e c) a evolução temporal tanto do volume global, quanto da estrutura do capital. E ainda sobre a classe, tal como uma construção, há de se levar em consideração o que o autor chama de “rede de características secundárias manipuladas”, consciente ou inconscientemente, no sentido de apreender a origem das divisões objetivas, pelas quais os indivíduos denotam possibilidades de se dividirem e se movimentarem coletivamente ou individualmente, inspirados pela e aspirando à ação ideológica/política.

Dentro de uma mesma classe, tem-se estabelecidas aos indivíduos as disposições relacionadas à sua posição específica. O alinhamento do agente à essa estrutura se dá de forma consciente e inconsciente, num processo dialético entre disposições e posições, entre as aspirações e as realizações, entre as limitações e as oportunidades.

A origem social e a prática, segundo Bourdieu, redundam da experiência familiar, ou pela trajetória social – que consiste no impacto sobre a percepção acerca da vivência de algum tipo de ascensão ou declínio social. A “trajetória” individual não é independente, pois é comprovada a correlação entre a disposição do indivíduo e as posições sociais que ocupa.

A ideia de classe, segundo o autor, por mais que considere certo grau de deslocamento dos agentes, de certa forma, acaba aprisionando-os dentro de um espaço de movimentação, dentro dos limites impostos pela própria classe de origem. Bourdieu (2015) argumenta quem “nem todas as posições de chegada são

igualmente prováveis para todos os pontos de partida”. Segundo o autor, tal fato tem a ver com os padrões de reprodução condicionados pelo habitus.

2.2.1.3.2 - Habitus e Campo

Da mesma forma que faz sentido agrupar os conceitos de capital e classe, também é coerente juntar nesta mesma seção habitus e campo, pela forma como eles se interpenetram.

De acordo com Bourdieu, a realidade social não é exclusivamente resultado da agência individual. Uma série de “constrangimentos estruturais” (THIRY-CHERQUES, 2006) influenciam na concepção/percepção de tudo relacionado ao sujeito. Tal estrutura constrangedora é o habitus. Bourdieu afirma ser o habitus:

“um sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e de representações” (ORTIZ, 1983: 88).

O habitus está presente tanto na mente, quanto no corpo dos indivíduos, determinando a (e sendo determinado pela) forma dele de perceber e classificar a realidade na qual se encontra.

“Estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas, o habitus é também estrutura estruturada: o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais. Cada condição é definida, inseparavelmente, por suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes à sua posição no sistema das condições que é, também, um sistema de diferenças, de posições diferenciais, ou seja, por tudo o que a distingue de tudo o que ela não é e, em particular, de tudo o que lhe é oposto: a identidade social define-se e afirma-se na diferença” (BOURDIEU, 2015: 164).

O habitus seria uma presença ativa e acumulada de todo o passado que o produziu, redundando em práticas perfeitamente coerentes com suas próprias lógicas e exigências. Nesse sentido, o habitus garantiria uma correspondência entre as probabilidades objetivas – as chances de um indivíduo de ter acesso a um determinado bem, ou condição de vida, por exemplo – e a esperanças subjetivas – o surgimento de motivações e aspirações aos mesmos, por exemplo.

O fato de que essa estreita relação – entre o que se tem acesso e o que se aspira – poderia resultar num estado estático, sem possibilidade de mudanças chama atenção na obra de Bourdieu (DUBAR, 1997). O indivíduo só teria desejo por aquilo que contextualmente estaria a seu acesso, tendo em conta o seu passado, num

esquema de “submissão imediata”. Tal fenômeno regulatório é tido por Bourdieu como um processo “quase mágico” de socialização (ORTIZ, 1983). Permaneceriam garantidos, dessa maneira, a adesão subjetiva a um padrão previamente estruturado e a participação ativa dos sujeitos na perpetuação de suas posições sociais. Todavia, diferenças entre as “condições de produção” e as condições de funcionamento das estruturas sociais trariam um fator de incerteza para essa pressuposta estabilidade.

Por condições de produção, duas definições podem ser defendidas na teoria de Bourdieu, segundo Dubar (1997). A primeira faz referência às configurações sociais nas quais se desenvolveu a infância do sujeito. Trata da cultura do grupo de origem que se incorpora à personalidade individual, atrelando esquemas - anteriores à sua própria existência - ao seu modo de perceber a realidade. Tais esquemas causariam uma sensação de estranheza, sempre que o indivíduo se confrontasse com eventos específicos diferentes. Não apenas o produto de uma condição social, mas de uma trajetória social. A segunda definição, por sua vez, trata do habitus como uma orientação da trajetória familiar. Dessa forma, o sujeito se identificaria não com as condições sociais identificadas em sua própria família, mas, de forma antecipada, a grupos de referência diversos, de condições sociais diferentes.

De forma geral, os indivíduos cumpririam funções de perpetuação das estruturas, diretamente orientadas à conservação, ou à melhoria da posição social do grupo a que pertence. A fim de conhecer o habitus de um sujeito, não é suficiente ter noções das condições objetivas nas quais ele foi criado, mas sim conhecer também o habitus de sua família, no que se refere a situações futuras, aspirações, dentre outros.

Na defesa do habitus como uma tendência grupal de permanência no seu estado de ser, Bourdieu é cuidadoso ao afirmar que nesta tendência inexistiria “um agente”. O habitus, para o autor, não guarda em si um caráter de inexorabilidade. O agente é capaz de “subverter/reformular o próprio habitus, dentro de uma “margem de liberdade”, ainda restrita às regras dominantes do campo em que atua.

“O habitus é referido a um campo e se acha entre o sistema imperceptível das relações estruturais, que moldam as ações e instituições, e as ações visíveis desses atores” (THIRY-CHERQUES, 2006:35).

Thiry-Cherques (2006) explica que a ideia de campo em Bourdieu é definida como o espaço no qual a dinâmica social – interação entre agentes e grupos de agentes (que podem ser entendidos como classes) – ocorre. Os campos são flexíveis

– se transformam a partir da ação dos agentes e das classes que neles vivem – têm história e redundam de processos de diferenciação social. Dotados de um objeto específico (no caso da pesquisa, o trabalho), são considerados como “microcosmos autônomos” da realidade social como um todo. Todo campo é dotado de uma doxa – senso comum – de um nomos – conjunto de regras que orientam o a dinâmica existencial – e de uma *illusio* – a crença de que a realidade do microcosmo experimentado trata de algo “evidente”, não construído.

Cada campo tem o seu repertório de valores e estrutura de capitais específicos. Tais componentes servem como itens de disputa permanente entre os agentes que compartilham determinado campo, que têm como objetivo mudanças – ou a manutenção, no caso das classes dominantes – nas relações de força e distribuição de capital. Isso redundando numa tendência à reprodução do campo. A ação desses sujeitos e grupos é determinada pelo (e determina o) *habitus* correspondente. Tal disputa confere ao campo uma tendência à reprodução.

Como resultado da distribuição desigual de capitais, os campos podem ser divididos em subcampos: as classes. Bourdieu fala em lutas de classes, indicando a tentativa permanente de conversão, ou subversão das estruturas sociais, através do desempenho de estratégias. Estas, por sua vez, não teriam propriamente uma intenção de cálculo como base. Trataria-se de uma relação *infra* consciente entre o *habitus* – de determinada classe – e o campo como um todo (THIRY-CHERQUES, 2006).

As relações de dominação num campo se dão através do que Bourdieu denomina de violência simbólica (THIRY-CHERQUES, 2006). Contando com a cumplicidade de suas vítimas, ela não se dá de forma evidente sobre agentes e instituições da base da estrutura social. Ela aconteceria tal como um forte processo de constrangimento sobre as consciências.

De acordo com Bourdieu, a posição do agente no campo determina a maneira como os agentes consomem, investem e acumulam as diversas formas de capital e percebem a realidade – fato que justifica a escolha do autor como referência para esta pesquisa. Thiry-Cherques (2006) explica o posicionamento do sujeito como causa e resultado do *habitus*, “conforma e indica o *habitus* de classe e da subclasse em que se posiciona o agente” (THIRY-CHERQUES, 2006: 36). Tratam-se de situações não-permanentes, dependentes das relações de disputa de forças travadas dentro do campo, seja entre agentes, ou instituições.

A noção da perpetuação das desigualdades defendida por Bourdieu em meados dos anos 70 segue perceptível até os dias de hoje. Peugny (2014) questiona se “o destino vem do berço”, ao investigar se na sociedade francesa contemporânea – décadas a frente daquela analisada por Bourdieu (2015) – o fenômeno da reprodução de desigualdades ao longo de gerações ainda faria sentido, numa sociedade fortemente impactada por ideais equidade de oportunidades que permitiriam uma intensa mobilidade social, com base na meritocracia, por exemplo.

A conclusão à que Peugny (2014) chega é que, na França “pós-Bourdieu”, persiste a manutenção de desigualdades através de um complexo processo de reprodução social, como se este se desse de forma hereditária:

“Se a justiça e a democracia progridem em uma sociedade à medida que diminui o peso da origem social sobre o destino de seus membros, então as três últimas décadas parecem ter sido perdidas na França. Com efeito, ao longo dos últimos 25 anos, a intensidade da reprodução social não diminuiu. Mensurado pela categoria sócio-profissional do emprego que ocupam, o destino dos filhos das classes populares melhorou muito sutilmente, e principalmente porque a estrutura dos empregos cresceu durante o período. E o pior: mesmo que as crianças advindas dos meios mais favorecidos tenham visto suas perspectivas abrirem-se em proporção mais ou menos equivalente, nenhum progresso foi realmente alcançado em matéria de igualdade de chances. Os mecanismos que regem a distribuição dos indivíduos em meio ao espaço social parecem permanecer invariáveis” (PEUGNY, 2014: 115).

Nele, a origem familiar e as oportunidades educacionais do sujeito determinam de maneira contundente as verdadeiras chances de mobilidade social, desafiando qualquer noção de mérito. Peugny (2014) afirma que tal valor – o da meritocracia – muito em voga desde o final do século passado, não se sustenta na realidade francesa, fortemente marcada pela reprodução de desigualdades, na qual as “trajetórias excepcionais de alguns indivíduos não conseguem dissimular a condenação social de outros milhões”.

Por outro lado, cabe destacar que no prefácio da edição brasileira de “O Destino Vem do Berço?” (PEUGNY, 2014), o autor explica que tal realidade – de reprodução das desigualdades – constatada em sua pesquisa é “extremamente enraizada na sociedade francesa”. O que faz sentido, analisando a descrição que o inglês Sam Friedman faz da sociedade britânica, também tendo como referência a teoria de classes bourdieusiana.

De acordo com Friedman (2016) o fenômeno da mobilidade social não seria tão raro quanto Bourdieu afirmava (FRIEDMAN, 2016) e Peugny (2015) havia constatado mais recentemente. Dentre indivíduos que conseguem ir contra esse tipo

de “determinismo” social, o autor investiga o fenômeno do “habitus clivado” (habitus clivé), a fim de compreender como se dá a dinâmica emocional/subjetiva da mobilidade social.

“A experiência contemporânea de ascensão social implica numa quebra traumática do habitus primário, ou isso pode ser fluentemente incorporado num espectro de trajetórias individuais possíveis?” – questiona-se o autor (FRIEDMAN, 2016). A análise de Friedman concentrou-se entre indivíduos que ascenderam socialmente.

Ao contrário do que poderia sugerir o senso comum, que reproduz expressões como “subir na vida” para caracterizar a movimentação social como algo positivo, ascender socialmente é acompanhado de um custo emocional que muitas vezes pode não ser “bancado” pelo sujeito. A experiência do próprio Bourdieu – que, de origem humilde, ascendeu socialmente através de suas conquistas acadêmicas – é retratada como conflituosa, contraditória e insegura.

Através de entrevistas em profundidade, Friedman (2016) concluiu que a mobilidade social pode redundar na experiência de emoções negativas como culpa, insegurança e solidão, por exemplo. Fatores referentes à trajetória dessa movimentação, como amplitude da movimentação social (da posição de origem, à posição alcançada), a velocidade e a direção, assim como aspectos demográficos como gênero, classe e etnia podem interferir na “dramaticidade” do fenômeno.

Essa divergência nas análises sociais supracitadas (francesa x inglesa, no caso) chamam atenção para a importância que uma contextualização da sociedade brasileira tem para o referencial teórico dessa pesquisa, a fim de compreender o fenômeno de dotação de sentido ao trabalho entre jovens de diferentes classes sociais. Nesse sentido, a seção a seguir apresenta um breve panorama econômico, político e social do Brasil.

3.2.1.4.

Uma análise bourdieusiana da sociedade brasileira

A análise da sociedade brasileira contemporânea empreendida por Jessé Souza em “A Ralé Brasileira” (2009) e “Os Batalhadores Brasileiros” (2010) é fortemente relacionável aos postulados já apresentados da teoria de Bourdieu. Parafraseando Souza (2010: 22), “o segredo mais bem guardado de toda sociedade

é que os indivíduos são produzidos diferencialmente por uma cultura de classe específica”. Tal afirmação evidencia, não só o alinhamento à teoria bourdieusiana, mas também a intenção de uma crítica social referenciada pela ação de condicionantes estabelecidos socialmente. É dessa forma que Souza se torna relevante para esta tese. Os postulados de Bourdieu relacionados à uma complexa configuração e reprodução de desigualdade de classes ecoam no trabalho do sociólogo brasileiro, que contextualiza o construto dos condicionantes sociais à realidade nacional brasileira nesta pesquisa.

A sociologia latino-americana, ao preconizar a teoria da modernização como uma via inexorável rumo à transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, torna-se alvo de diversas críticas, fundamentadas na desconsideração de uma série de fatores que poderiam comprometer a eficácia, eficiência e efetividade de tais transformações (LEITE; SALAS, 2015). No entanto, a observação do desenvolvimento econômico das nações latino-americanas a partir de meados do século XX, parecia aderente à essa linha de raciocínio. No Brasil não foi diferente.

Nas décadas de 1950 e 1960, o projeto econômico desenvolvimentista alçou o Brasil a taxas de crescimento expressivas, motivadas pelo fortalecimento do sistema capitalista em todo o mundo, ao final da Segunda Guerra Mundial e potencializadas pelo “artificialismo ideológico dos desenvolvimentistas” (BASTOS, 2012). No Brasil, tal desenvolvimento tomou espaço majoritariamente às custas de um aumento da dívida externa, visto que o preço dos commodities mantinha-se baixo desde idos dos anos 1930. Apesar deste contexto, Leite e Salas (2015) explicam que nos anos 1970, o país já havia sido capaz de construir um amplo parque industrial, voltado para a produção de bens de consumo. Tudo isso através de uma forte intervenção estatal.

Autores como Santos (1979) e Oliveira (1972) tecem críticas ao modo de integração da população brasileira a esse modelo econômico e o novo padrão acumulativo resultante. Tal processo teria acontecido de maneira excludente. Todos os avanços observados na época teriam sido alcançados em detrimento de um grupo expressivo de trabalhadores, que permaneceram à margem de todo o sucesso da modernização nacional: trabalhadores autônomos, pequenos empresários, a força de trabalho rural e empregados domésticos, por exemplo. Como se a ideia de uma nação desenvolvida coexistiria com (e/ou sobreviveria graças a manutenção e exploração de) uma nação subdesenvolvida.

Passadas diversas transformações políticas e sociais internas – como o golpe militar em 1964, a Assembleia Constituinte em 1988 – o modelo desenvolvimentista chega a um momento de crise nos anos 1980, com a ascensão internacional do ideário neoliberal principalmente dentre os países do chamado “Primeiro Mundo”. Tomando exclusivamente o viés econômico ponto de observação do desempenho brasileiro, chamou-se o período de “década perdida”. Contudo, foi nessa época que diversos setores da sociedade, em especial os trabalhadores, movimentaram-se intensamente, na reivindicação de representatividade e direitos (RAMALHO; OLIVEIRA, 2013).

A fim de “quitar a conta” do desenvolvimento das décadas anteriores, em meados dos anos 1990, o Brasil caminhava rumo ao alinhamento à essa nova proposta econômica, adotando posturas econômico-financeiras mais ortodoxas, com privatizações, menos proteção à indústria nacional e maior abertura ao mercado internacional. A questão social que, apesar do crescimento econômico, já era problemática, como destacava Santos (1979) e Oliveira (1972), só piorava com tanta austeridade nas contas públicas.

“O Brasil se estruturava, então, com base em um desenho produtivo bifronte: de um lado, era voltado para a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos, etc, visando a um mercado interno restrito e seletivo; de outro, dada sua condição de dependência em relação ao capitalismo avançado, desenvolvia a produção voltada para a exportação, tanto de produtos primários, quanto de produtos industrializados. Internamente, a dinâmica do padrão de acumulação capitalista se baseava na vigência de um processo de superexploração da força de trabalho(...)” (ANTUNES, 2014: 40).

Num contexto profundamente globalizado, transformações econômicas externas viabilizaram a contemplação de um horizonte mais positivo para a economia brasileira. O aquecimento na demanda por commodities viabilizou a movimentação social em prol de transformações que tivessem como objetivo recuperar a nação dos prejuízos econômicos, políticos e sociais consequentes do baixo dinamismo anterior. O apogeu de tal movimentação pode ser identificado com a chegada ao poder de forças políticas opostas ao ideário neoliberal, no início dos anos 2000, visando à ratificação do papel do Estado na dinâmica econômica, à retomada do crescimento e à redução da desigualdade social, redundante de um alto grau de concentração de renda. Em oposição à forte redução de empregos dos anos 1990, nos anos 2000 foram criados mais de 21 milhões de novos postos de trabalho (ANTUNES, 2014). A retomada das exportações e as ações de distribuição de renda

orientadas pelo Estado reposicionaram o Brasil na trilha rumo ao crescimento (BASTOS, 2012). Estado e Mercado caminhariam para uma relação mais equilibrada, resultando em melhoras significativas para o mercado de trabalho brasileiro. A atividade profissional, inclusive, seguia firme como central na constituição social do país (SANTANA, 2004).

Diversos autores dedicaram-se a analisar a dinâmica social /trabalhista recente brasileira. Marcia de Paula Leite e Carlos Salas (2015), por exemplo, empreenderam um estudo comparativo das tendências internacionais com o desenvolvimento interno do Brasil, no que tange à dinâmica laboral, tomando como objeto de análise os dados aferidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Tomando como referência o período compreendido entre os anos de 2003 e 2013, os autores argumentam que o modelo econômico social-desenvolvimentista (BASTOS, 2012) executado fez com que setores mais populares da população pudessem se beneficiar de uma melhor estrutura de ocupação.

Para além do crescimento econômico da época, diversos eventos são identificados como promotores dessa retomada econômica, social e trabalhista brasileira. Uma maior eficácia de órgãos regulamentadores do trabalho, a criação de instrumentos burocráticos facilitadores da atividade empreendedora, atenção legislativa a categorias sociais e profissionais tradicionalmente negligenciadas – como a da população negra, feminina e dos trabalhadores domésticos, por exemplo – e políticas de valorização do salário mínimo são evidências da implementação de um projeto econômico que intentava uma integração menos excludente da população brasileira no mercado de trabalho, garantindo uma estrutura ocupacional menos desigual.

Todavia, Leite e Salas (2015) ponderam que, apesar de benesses representativas, a economia nacional não foi capaz de “dar o salto tecnológico necessário para mudar o papel que o país vem ocupando no mercado internacional”. Além disso, já a época, os autores demonstravam preocupação com a manutenção de um modelo econômico fortemente dependente da exportação de commodities. Isso porque tais produtos estariam muito mais vulneráveis às oscilações de mercado – em comparação com os produtos industrializados – comprometendo a continuação da faixa ascendente da curva de desenvolvimento socioeconômico nacional. Quase que como numa previsão, uma brusca queda no preço de

commodities origina um período de recessão econômica, que associada à uma profunda crise política e de representatividade, culminou com o impeachment da presidenta. No governo interino, a questão trabalhista ganha destaque, com a formulação de propostas de reformas alinhadas às demandas contemporâneas do mercado – referentes à “modernizações”, desregulamentações e flexibilizações da dinâmica empregatícia nacional (ARAÚJO, DUTRA E JESUS, 2017).

A análise da sociedade brasileira contemporânea empreendida por Jessé Souza em “A Ralé Brasileira” (2009) e “Os Batalhadores Brasileiros” (2010) é fortemente relacionável aos postulados já apresentados da teoria de Bourdieu. Parafraseando Souza (2010: 22), “o segredo mais bem guardado de toda sociedade é que os indivíduos são produzidos diferencialmente por uma cultura de classe específica”. Tal afirmação evidencia, não só o alinhamento à teoria bourdieusiana, mas também a intenção de uma crítica social referenciada pela ação de condicionantes estabelecidos socialmente. É dessa forma que Souza se torna relevante para esta tese. Os postulados de Bourdieu relacionados à uma complexa configuração e reprodução de desigualdade de classes ecoam no trabalho do sociólogo brasileiro, que contextualiza o construto dos condicionantes sociais à realidade nacional brasileira nesta pesquisa.

Acerca da realidade brasileira, em “A Ralé Brasileira” (2009), Souza argumenta sobre a ideia da existência de uma identidade nacional brasileira. De acordo com o autor, por nação, tem-se a generalização de uma série de elos simbólicos, que devem estar acessíveis à toda a população, a fim de que ela possa não apenas manter-se unida, mas também forte e competitiva frente às outras nações. Tal como uma tradição, onde as emoções dos mais diferentes – e por vezes até antagônicos – grupos possam convergir, a fim de coadunarem-se num único “projeto social”. Através do sucesso desse projeto e da consolidação dessa ideia de nação, a proposta de uma “brasilidade” consegue perpetuar-se e impactar na própria formação da identidade individual de cada brasileiro.

Ao ideário brasileiro estaria remetida uma exaltação da miscigenação, onde os diferentes – homem branco, índio e escravo – habitariam de forma harmoniosa e alegre. Existe certa miopia na proposta de identidade nacional dominante, uma vez que estaria sendo negada uma série de conflitos dos mais variados tipos, segundo o autor. Tal fato é tido por Souza (2009) como o “núcleo da identidade nacional brasileira”. A partir desta negação, são enaltecidos valores como

homogeneidade, passividade, aversão à crítica e à confrontação de diferenças, como se fossem típicos da sociedade brasileira. O que é construção cultural, passa a ser assimilado, internalizado socialmente – e conseqüentemente, individualmente – como “orgânico”. Nesse senso comum do que seria essa “brasilidade”, todos os brasileiros têm um filtro, através do qual vivenciam e interpretam a realidade, tanto de forma reflexiva, quanto socialmente. Dessa forma, vai se naturalizando – e, principalmente, perpetuando - uma realidade social profundamente desigual.

Souza defende que outro fenômeno contemporâneo à manutenção e reprodução da desigualdade social brasileira consiste na crença de liberdade e igualdade resultante dessa postura acrítica do “habitus” brasileiro. A ideia da meritocracia é incisivamente atacada pelo autor, que considera um equívoco a noção de que a desigualdade se reproduziria através de um desempenho “superior” de uma restrita parcela da população brasileira. Tal equívoco contaria com o suporte de um arcabouço cultural que insufla as vantagens relacionadas à existência dessas “recompensas” ao desempenho individual, o que além de angariar a boa vontade dos brasileiros para suportar as conseqüências da desigualdade, também insufla a obstinação de viver no intuito de alcançar esse grau de sucesso diferenciado.

Nesse ponto, tem-se o indivíduo separado da sociedade. Tal obliteração, de acordo com Souza, ignora o fato de que toda uma estrutura anterior aos sujeitos – os condicionantes sociais – já tem determinado aqueles que serão os bem-sucedidos e aqueles que serão os fracassados, facilitando a culpabilização desses últimos, por sua situação. É como seriam justificados e legitimados quaisquer tipos de privilégios na sociedade brasileira (SOUZA, 2009).

O fato do senso comum nunca perceber a presença das classes e da economia moral que vai determinar o comportamento peculiar de cada classe é o que explica precisamente o fato de que a “determinação social” dos comportamentos individuais seja sistematicamente escondida e “esquecida”. Como esse aspecto central é deixado às sombras, pode-se culpar “indivíduos” por destinos que eles, na verdade, não escolheram.

“Mas o esquecimento da ‘classe social’, como segredo mais bem guardado da ideologia do senso comum, só pode ser adequadamente compreendido se separarmos cuidadosamente o conceito de classe social como fonte de todas as heranças simbólicas, valorativas, morais e existenciais, que são passadas de pais a filhos por laços de afeto, do conceito meramente econômico de classe como acesso à dada ‘renda’”. (SOUZA, 2009: 33).

Noutro ponto relacionável aos postulados anteriormente expostos sobre a teoria de análise social de Bourdieu, na obra de Souza, ele chama de “capital familiar” todos os recursos simbólicos, referentes à valores e concepções morais, transmissíveis de geração para geração. De acordo com o autor, esse tipo de capital é essencial na perpetuação da estratificação social no Brasil. Amor e autoconfiança, por exemplo, são apontados pelo autor como sentimentos ausentes na formação de crianças das camadas menos favorecidas da sociedade brasileira, o que comprometeria fatalmente o desenvolvimento das competências cognitivas e emocionais para a ascensão social.

Dessa forma, estaria invertida a relação causa-efeito relacionada à renda oriunda do bom desempenho social de um certo grupo e as diferenças entre classes. Ao contrário do que é feito crer pela ideia da meritocracia, a última é causa da primeira. Souza (2009) afirma que essa inversão é duplamente silenciada, primeiro por acontecer de forma bastante íntima, no seio das famílias providas ou não com esse tipo de capital e em segundo lugar, pela aversão à crítica, típica da “brasilidade”.

“O que é escondido pela ideologia do mérito é, portanto, o grande segredo da dominação social moderna em todas as suas manifestações e dimensões que é o caráter de classe, não do mérito, mas das precondições sociais que permitem o mérito. Desde que se demonstre que o acesso ao conhecimento útil e, portanto, à dignidade do trabalho útil e produtivo exige pressupostos desigualmente distribuídos por pertencimento de classe, ou seja, por privilégios de nascimento e de sangue, não decorrente de mérito ou talento individual, então podemos criticar toda a desigualdade social produzida nessas condições como injusta e ilegítima”. (SOUZA, 2009: 100).

Em “Os Batalhadores Brasileiros” (SOUZA, 2010) fica mais evidente o alinhamento da compreensão da ideia de classes no Brasil de Souza (2010), com aquela definida por Bourdieu (2015). De acordo com o sociólogo brasileiro, a situação social no Brasil é obnubilada por “mentiras sociais” que são propagadas pela corrente socioeconômica dominante, a do liberalismo economicista. O obscurantismo se dá pelo fato de que tais mentiras seriam verdades parciais, pois confirmam a existência de classes, todavia terminam por negá-la, quando à vinculam somente ao fator renda. Souza chama de “renda diferencial” aquela composta por uma série de fatores que vão além dos econômico-financeiros, tais como precondições sociais, culturais, morais e emocionais, que exercem uma força determinante na vida do sujeito. Essa “redução economicista”, nas palavras do

autor, tornam oculta a origem de uma estratificação social bastante acentuada e viabiliza a sua perpetuação ao longo das gerações.

Da mesma forma que Bourdieu (2015) em “A Distinção”, Souza (2010) destaca que, no Brasil, a herança da classe social não se restringe à materialidade dos bens familiares, mas a todo um estilo de vida expresso em comportamentos, atitudes e gostos, assimilados desde cedo. No Brasil, essa “reprodução cega” da classe, segundo Souza (2010), tem seu ápice na classe média e na dita “nova classe média”, por ocorrer de forma extremamente íntima, emocional, através do exemplo. Nesse sentido, valores como disciplina, autocontrole, pensamento e comportamento tendo em vista o futuro são fortemente inculcados. Como corolário desta reprodução de valores, pensamentos e comportamentos, postula-se que os sentidos atribuídos ao trabalho também reflitam a origem social daqueles que os definem. Nessa perspectiva, entende-se que o sentido do trabalho revelaria menos a perspectiva individual daquele que o define, conforme pode ser inferido de alguns estudos (MORIN et al. 2007; BENDASSOLI, BORGES-ANDRADE, 2011; TOLFO et al. 2011), mas um conceito que revela, em grande medida, a origem social de quem o define.

Como esta tese tem interesse num grupo demográfico específico – os jovens – há de se contemplar adicionalmente algumas discussões teóricas relacionadas à população jovem. Dessa forma, o referencial teórico caminha para o fim com a seção sobre a juventude.

3.3. Juventude(s)

O interesse acadêmico pelos jovens, de acordo com Gonçalves (2005), desponta de tempos em tempos. Inclusive, atualmente, é notório que este segmento etário se destaca como um grupo que concentra grande atenção por parte de pesquisadores, principalmente entre aqueles que se dedicam a estudar o sentido do trabalho (RUIZ et al. 2008; FERRARI et al. 2009; RIZZO;CHAMON, 2010; OLIVEIRA, 2011; WRAY-LAKE et al. 2011; CAVAZOTTE, LEMOS, VIANA, 2012; LAIR; WIELAND, 2012, TEIXEIRA et al. 2014; O’CONNOR; RAILE, 2015; WONG et al. 2017). Sobre esse fato, argumenta-se que compreender o fenômeno de dotação de sentidos subjetivos à atividade laboral dentre sujeitos dessa

faixa etária – quando comumente tem-se o início da vida profissional – possibilitaria a identificação de tendências sobre como o mercado de trabalho tenderia a se desenvolver num futuro próximo (WRAY-LAKE et al. 2011).

De todo o corpo teórico produzido, todavia, chama atenção uma questão referente à diversidade social dos jovens contemplados por essas pesquisas (ROCHA-DE-OLIVEIRA, PICCININI, SILVEIRA, 2010). Lemos, Mello e Guimarães (2014) explicam que em sua maioria, os estudos partem de uma perspectiva ocidental e consideram jovens pertencentes às classes sociais mais abastadas. Quase sempre tratam de sujeitos aspirantes, alunos, ou egressos do ensino superior. Esta tese, todavia, vai na contramão desta tendência.

A fim de compreender como se dá a dotação de sentido ao trabalho entre jovens de diferentes classes sociais, torna-se necessário aprofundar na discussão sobre o jovem, tal como um conceito teórico. Partindo de uma apresentação de dados quantitativos que corroboram a relevância deste segmento da população, são contrapostas abordagens populares e críticas acerca do tema, finalizando a seção com a decisão sobre a perspectiva teórica mais apropriada para esta pesquisa.

3.3.1.

Alguns números sobre os jovens

Sobre a população jovem, a Organização das Nações Unidas estimou recentemente que o grupo corresponde a 18% da população como um todo e a 15% da força de trabalho mundial (OIT, 2016). No Brasil, de acordo com o mais recente relatório da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), da população em idade de trabalhar, 21,7% são jovens – o que corresponde a aproximadamente 36 milhões de indivíduos (IBGE, 2017). E, como trabalhadores, os jovens são afetados diretamente com as oscilações da economia mundial contemporânea.

No último levantamento acerca do mercado mundial de trabalho dos jovens (OIT, 2016), a Organização Internacional do Trabalho aponta para um crescimento nos índices do desemprego dentre essa população. A estimativa era de que a taxa de desemprego jovem ultrapassasse os 13 pontos percentuais em 2016, bem próximo à taxa recorde mensurada do índice, registrada em 2013. A previsão – que se manteria até 2017 – seria de que cerca de 71 milhões de jovens estariam fora do

mercado de trabalho. No Brasil, essa tendência é repercutida. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) indicam que do total de desocupados – 13% da população em idade de trabalhar – mais de 40% são jovens.

O Suplemento de Educação da Pnad 2016 (IBGE, 2016) sinaliza um fenômeno interessante acerca da população jovem, no que se refere à sua ocupação, seja trabalhando e/ou estudando: os jovens nem-nem. O termo faz referência ao fato desse grupo de jovens “nem” trabalhar e “nem” estudar. No Brasil, o crescente percentual de jovens nem nem vem chamando atenção desde quando o desemprego geral não atingia níveis tão altos quanto os mais recentes (FILHO, CABANAS, KOMATSU, 2013).

Quadro 5 - Ocupação Jovem – Suplemento Educação – Pnad (2016)

Ocupação Jovem - Suplemento Educação – Pnad (2016)	
Ocupada e frequentando escola, ou curso pré-vestibular, de nível médio ou qualificação profissional	13,3%
Ocupada e não frequentando escola, nem curso pré-vestibular, de nível médio ou qualificação profissional	33,4%
Não ocupada e frequentando escola, ou curso pré-vestibular, de nível médio ou qualificação profissional	32,7%
Não ocupada e não frequentando escola, nem curso pré-vestibular, de nível médio ou qualificação profissional	20,5%

Fonte: IBGE (2016)

Filhos, Cabanas e Komatsu (2013) explicam que uma alta rotatividade no campo profissional é característica desse grupo, configurando que em comparação com as outras situações descritas, o status “nem-nem” é relativamente curto. A situação pode variar conforme o grau de instrução desses jovens, com uma taxa de inatividade significativamente maior entre aqueles com menor grau de instrução. O contexto educacional brasileiro aponta para um horizonte negativo nesse sentido, uma vez que a maioria da população total possui no máximo o ensino fundamental completo – 51%, segundo o Pnad Educação 2016 (IBGE, 2016).

Um outro dado relevante referente à população jovem brasileira tem a ver com a violência. De acordo com o levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no Atlas da Violência (CERQUEIRA et al. 2017), houve um aumento de 17,2% na taxa de homicídios de indivíduos entre 15 e 29 anos, totalizando mais de 318 mil mortes.

“É um filme que se repete há décadas e que escancara a nossa irracionalidade social. Não se investe adequadamente na educação infantil (a fase mais importante do desenvolvimento humano). Relega-se à criança e ao jovem em condição de vulnerabilidade social um processo de crescimento pessoal sem a devida supervisão e orientação e uma escola de má qualidade, que não diz respeito aos interesses e valores desses indivíduos. Quando o mesmo se rebela ou é expulso da escola (como um produto não conforme numa produção fabril), faltam motivos para uma aderência e concordância deste aos valores sociais vigentes e sobram incentivos em favor de uma trajetória de delinquência e crime” (CERQUEIRA et al. 2017)

3.3.2. O Y da questão

Hodiernamente, popularizou-se o termo “Geração Y”, a fim de fazer referência à população jovem. Nos estudos da área da Administração de Empresas, o verbete segue consagrado como um nome apropriado aqueles sujeitos que nasceram do final dos anos 70 e até meados dos anos 90 (SMOLA; SUTTON, 2002). Numa consulta à base de dados eletrônica Spell (Scientific Periodicals Electronic Library), que pesquisa a produção científica nacional, o termo retorna mais de 260 artigos, dedicados a investigar a percepção desse segmento etário nas mais diversas áreas deste campo de conhecimento. Todavia, uma busca feita em bases de dados internacionais, como o Science Direct, são quase 15 mil títulos. Fruto desse grande interesse dos pesquisadores por esse grupo demográfico, tem-se um perfil com características particulares desses jovens.

O fato da Geração Y ser considerada a primeira geração a estar, desde o nascimento, inserida num contexto tecnológico, principalmente no que se refere às telecomunicações, faz com que esses jovens sejam tidos como “dependentes” da tecnologia, como se estivessem conectados permanentemente (SMOLA; SUTTON, 2002). Ron Alsop (2008) caracteriza tais jovens como otimistas, convencidos,

politicamente engajados, em busca de equilíbrio da vida profissional com a vida pessoal, impacientes, multitarefas e com facilidade de trabalhar em grupo. No mercado de trabalho, especificamente, são tidos como ávidos por salários altos, preferem esquemas de trabalhos mais flexíveis e vantagens financeiras (SMOLA; SUTTON, 2002). Teixeira et al. (2014) afirmam que os jovens contemporâneos demonstram notória independência, grande necessidade de informação e flexibilidade, resiliência frente à mudança, são tecnicamente bem capacitados, inquietos, contestadores e atentos à noção de bem-estar social. Sidnei Oliveira (2010) vê na Geração Y o nascimento de uma “nova versão de líderes”. Sobre eles, são destacadas características comportamentais como impaciência, informalidade, a necessidade de reconhecimento, individualista e bastante intensa quanto aos relacionamentos.

Lipkin e Perrymore (2010) atribuem à Geração Y um fenômeno social inédito, referente à noção de “pais-helicóptero”:

“O termo “pais-helicóptero” (helicopter parentes) foi criado por Foster W. cline, doutor em medicina, e Jim Fay, no livro Parenting with Love and Logic (publicado pela primeira vez em 1990 e reeditado em 2006). Os autores discutem a diferença entre o que eles chamam de “pais-helicóptero” (que sobrevoam seus filhos) e “pais sargentos de instrução” (que ficam dando ordens). Cline e Fay afirmam que nenhum dos dois estilos de educação contribui para o crescimento positivo e que, nos dois casos, os conselhos dos pais não são ouvidos” (LIPKIN; PERRYMORE, 2010: 43).

A ideia de “sobrevoar o filho” tem a ver com a intenção de proteger, de se antecipar a situações problemáticas, ou de risco. Todavia, as autoras explicam que tal comportamento pode resultar em consequências negativas, uma vez que o desenvolvimento social/cognitivo do jovem estaria comprometido, pois ele não teria a oportunidade de aprender com os próprios erros. A esse fenômeno são relacionadas uma dificuldade entre os geração Y de lidar com dificuldades, frustrações e derrotas e uma grande dependência de uma figura de autoridade/proteção familiar. Cabe destacar que as autoras explicam que não são todos os jovens que tem pais helicóptero.

Quanto à educação, esta geração é tida como uma geração bem informada e sendo mais instruída, em relação às anteriores (VASCONCELOS ET AL. 2010). Inclusive, devido ao seu grau de instrução superior, eles se sentem confortáveis em apresentar altas e sofisticadas demandas aos seus empregadores, sentindo-se confortáveis de negociar acordos de trabalho que lhe sejam favoráveis (NG; SCHWEITZER; LYONS, 2010).

Numa pesquisa sobre as expectativas profissionais dos jovens geração Y, relacionadas a questões demográficas e desempenho acadêmico, Ng, Schweitzer e Lyons chegaram à conclusão que quanto melhor for a performance deste jovem na escola, maiores serão suas expectativas atinentes ao trabalho. Salários mais altos, indisposição de aceitar vagas que não sejam “ideais” aos seus anseios, possibilidade de se desenvolver e progredir, atividades desafiadoras e variadas são alguns dos atributos identificados como relevantes numa posição profissional dentre os jovens Y. Os autores encerram a apresentação dos resultados do estudo com a seguinte sugestão:

“Apesar do mercado de trabalho limitado e da abundância de trabalhadores jovens motivados e bem qualificados, os empregadores deveriam estar cientes de que devem continuar a oferecer salários competitivos, trabalho interessante e desafiador e oportunidades de crescimento se eles querem atrair os melhores e mais brilhantes talentos” (NG; SCHWEITZER; LYONS, 2010: 290).

Essa questão da expectativa baseada na percepção do bom desempenho pode tornar-se um ponto crítico na gestão dessa força de trabalho. Isso porque, outra de suas características é o constante reconhecimento – e na maioria das vezes, premiação – pelos seus feitos: sejam eles fracassos e/ou conquistas (TULGAN, 2009, ALSOP, 2008).

As estatísticas apresentadas anteriormente, por si só colocam em dúvida a adequação deste perfil da geração Y para caracterizar a população jovem brasileira. Uma notória vulnerabilidade – em variados aspectos (LOPES et al. 2008; AREND; REIS, 2009) – numa expressiva parcela dessa população no Brasil põem em cheque a coerência do conceito “geração Y” à realidade nacional. Apesar de um significativo alinhamento à essa definição conceitual na literatura científica brasileira (VASCONCELOS et al. 2010; PERRONE et al. 2012; RONCON et al. 2012), o debate teórico acerca do tema abre espaço para diferentes acepções.

3.3.3.

A(s) juventude(s) do Brasil

A desafiadora realidade das periferias brasileiras (GONÇALVES, 2005), acentuados índices de pobreza e violência, (KLIKSBERG, 2006; LOPES et al. 2008) e altos graus de precariedade nas relações profissionais (AREND; REIS, 2009) são realidades cotidianas de uma significativa parcela dos jovens do Brasil. Apesar de existir uma corrente teórica que preconiza uma padronização

comportamental redundante da economia globalizada contemporânea, existe uma linha de pesquisa que argumenta que a incorporação do conceito de geração Y não poderia ser apropriadamente alinhada à realidade brasileira, levando em consideração diversas características e marcos históricos influentes na construção da subjetividade dos jovens brasileiros (FRIGOTTO, 2008; ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012).

Para Rocha, Piccinini e Bitencourt (2012), tal como é assimilado, o conceito trataria de um “grupo atemporal e mundial”, tal como uma geração “planetária”. Tal abordagem, inclusive, já enfrenta resistência na literatura científica internacional. Endossando esse posicionamento, os autores contrapõem teorias das Ciências Sociais – “Geração” e “Juventude” – tais como ferramentas auxiliares na contemplação teórica e empírica dos jovens do Brasil na pesquisa científica.

Os postulados da teoria das gerações indicam que a segmentação cronológica da sociedade é apenas uma “demarcação potencial”, incapaz de encerrar em si toda a complexidade inerente à configuração subjetiva de um grupo humano. (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012). A exposição e experiência de eventos contemporâneos, o pertencimento à uma determinada classe, as relações familiares e todo o processo histórico atinente à experiência de vida dos jovens brasileiros são fatores negligenciados na “importação” do conceito de Geração Y. A sociologia da juventude, por sua vez, afirma que o jovem, tal como uma categoria teórica, é múltiplo, ainda mais em sociedades tais como a brasileira, profundamente marcada pela desigualdade social e bastante diversa culturalmente. Em resumo:

“O conceito de Geração ressalta que o aspecto cronológico é apenas um dos itens que deve ser considerado na delimitação de uma geração, sendo importante que se incorpore a ideia de classe, de contexto histórico, de vivências comuns e de relações familiares e intergeracionais. O conceito de juventude mostra que os indivíduos em um mesmo grupo etário quase nunca formam uma identidade única, sendo necessário que se trate de juventudes, e não se um grupo único e homogêneo”. (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012: 555).

A busca pela compreensão do fenômeno da dotação de sentido ao trabalho em diferentes estratos sociais faz com que essa percepção sociológica do conceito de juventude torne-se mais apropriada à esta tese. O entendimento de que este segmento etário, na realidade brasileira, torna-se múltiplo conforme a influência das mais diferentes variáveis, como gênero, orientação sexual, religião, etnia e,

principalmente, classes sociais, destaca-se como coerente não só com os objetivos de pesquisa, como com todo o referencial teórico destacado para este trabalho.

4 Metodologia

Nesse ponto, é preciso retornar ao objetivo principal desta tese: pretende-se compreender como se dá a dotação de sentido ao trabalho entre jovens de diferentes classes sociais. A fim de cumprir com esse intento, partindo de uma perspectiva teórico-metodológica interpretativista, esta tese empreendeu um estudo qualitativo de caráter exploratório. Através da análise de conteúdo dos relatos coletados através de entrevistas em profundidade junto a jovens trabalhadores da região do Centro da cidade do Rio de Janeiro, foi possível compreender um pouco mais o fenômeno, na intenção de contribuir teoricamente com a literatura científica relacionada ao tema. Neste capítulo, são apresentados de maneira detalhada as bases epistemológicas que sustentam a parte empírica desta pesquisa.

Levando em consideração a produção literária nacional acerca do sentido do trabalho, a abordagem teórico-metodológica adotada por esta tese é tida como a mais expressiva. Bendassolli et al. (2015) explicam que, em sua maioria, as pesquisas desse nicho temático são qualitativas e se utilizam de entrevistas em profundidade como método de coleta de dados. Do corpo teórico pesquisado para a revisão de literatura empreendida, os autores identificaram mais de 60% de trabalhos com essa mesma configuração – estudos empíricos, qualitativos, com entrevistas em profundidade – o que reforça a coerência da proposta metodológica empreendida por este trabalho.

De acordo com Saccol (2009) é de fundamental importância entender o paradigma de pesquisa sobre o qual a pesquisa se constrói, a fim de que fique se torne explícito todo o processo de observação e construção do conhecimento acerca do fenômeno a ser investigado. Nesse sentido, este capítulo inicia-se com uma explanação da postura epistemológica adotada – referente ao interpretativismo – delineando suas prerrogativas e seus índices de qualidade. A partir daí, o foco de atenção recai sobre a parte empírica. São apresentados os critérios estabelecidos para a seleção dos jovens, com suas respectivas justificativas. Na sequência, trata-se do processo de coleta e interpretação dos dados: entrevistas em profundidade,

analisadas à luz do método de análise de conteúdo, com a apresentação do roteiro de entrevista e do grupo de jovens contemplados. O capítulo se encerra com a descrição das limitações, tanto da estratégia teórica de investigação, quanto do processo de coleta e de análise dos dados.

4.1.

Considerações epistemológicas

A postura epistemológica desta tese é a do interpretativismo. Tal abordagem destaca a relevância de percepções subjetivas, assim como de aspectos sociais e políticos, ratificando a sua coerência à essa pesquisa. (SACCOL, 2009). Ao seguir essa linha de raciocínio teórico, busca-se uma compreensão acerca dos processos simbólicos envolvidos na significação – e ressignificação – da vida dos sujeitos.

É possível localizar o interpretativismo de maneira oposta à lógica positivista, uma vez que, sob a ótica do interpretativismo, para o pesquisador, a realidade a ser investigada é o produto da sobreposição de significados que ele próprio impõe ao fenômeno que investiga. Isso, ainda, configurado aos moldes de como ambas entidades – realidade e pesquisador – interagem, num campo de influência mais amplo, no qual ambos estão inseridos. Há de se estar atento também às suas posições relativas, levando em consideração o lugar e o período de tempo sob o qual a pesquisa acontece (SANTANA, SOBRINHO, 2007).

Tal como num processo indutivo, o paradigma interpretativista pressupõe que o pesquisador não vai a campo na intenção de impor qualquer tipo de conhecimento prévio sobre o fenômeno analisado – a construção de sentidos em relação ao trabalho, no caso. Saccol (2009) explica que “a compreensão dos processos sociais pressupõe um ‘mergulho’ no mundo no qual eles são gerados” (p. 262). De acordo com a autora, o pesquisador, sob tal paradigma, deve extrair o conhecimento da sua participação no campo, derivando-o do que é relatado como sendo mais relevante pelos sujeitos de interesse do estudo. Estes, por sua vez, têm liberdade para se expressarem de maneira livre, explorando ao máximo as suas experiências.

Considerando o caráter interpretativista da pesquisa empreendida nesta tese, que visa a compreender como se dá a dotação de sentido ao trabalho entre jovens de diferentes classes sociais, torna-se necessário estar ciente acerca de certos pressupostos referentes à abordagem em específico. São quatro os tipos de

pressupostos a serem destacados: axiológico, ontológico, epistemológico e metodológico. Em linhas gerais, tais pressupostos defendem a ideia de que a realidade, tal como um objeto de pesquisa científica, não pode ser considerada como algo tangível, identificável, a ser investigado de forma objetiva. A realidade trataria sim de uma construção dialética, redundante da observação do pesquisador e de sua relação com os sujeitos com os quais e/ou o meio no qual realiza a sua pesquisa.

Quanto aos pressupostos axiológicos, Hirschman e Holbrook (1986) argumentam que, de acordo com essa abordagem, os indivíduos são os construtores de realidades diversas. Nesse sentido, o olhar do pesquisador sobre determinado evento é carregado de conotações particulares próprias, que poderiam ser diferentes, caso um outro pesquisador investigasse o mesmo evento, resultando em diferentes interpretações. Conforme tal prerrogativa, relações de causa e efeito não fazem sentido. Os autores destacam que o conhecimento dos fatos acerca de determinado evento é construído, não identificado.

Ontologicamente, Ozzane e Hudson (1989) defendem que os fenômenos são mentais e sensoriais, uma vez que de diferentes percepções surgem diferentes fenômenos. Hirshman e Holbrook (1986), por sua vez, argumentam que uma realidade objetiva existe, mas que à natureza dos seres sociais, esse não seria o caso. Isso porque é posto que nesse contexto vigora uma forte relação de dependência entre todos os seus constituintes e a percepção que cada um deles tem da “realidade” em si.

Sobre os pressupostos epistemológicos, Thompson, Locander e Polio (1989) chamam atenção para a tentativa dos pesquisadores que seguem a abordagem interpretativista de identificarem padrões comportamentais. Tal fato também se opõe à ideia da possibilidade das relações de causa e efeito, vista a complexidade da realidade, tal como ela é: multidimensional e mutável. Consoante aos pressupostos ontológicos, a realidade trata de uma construção, intencional, por aqueles indivíduos que a experimentam (Weber, 2004).

Quanto aos pressupostos metodológicos, autores como Larsen e Wright (1997), argumentam que dentro da abordagem interpretativista, não existiria preocupação quanto ao encaixe dos dados com a interpretação feita pelo pesquisador, sobre como ele teria chegado à uma conclusão específica. Tornar-se-ia conveniente, nesse sentido, uma participação ativa do pesquisador no fenômeno

observado, garantindo um melhor entendimento da realidade do fenômeno pesquisado, com riqueza de detalhes sobre os objetos de pesquisa.

4.2.

Seleção dos sujeitos de pesquisa

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa: entender como jovens profissionais de diferentes estratos sociais atribuem sentido ao trabalho, buscou-se definir um perfil de interesse. Para tal, foram determinados alguns critérios atinentes à faixa etária, experiência profissional, situação de classe e localização geográfica dos sujeitos a serem pesquisados, com vistas a contemplar, minimamente, a diversidade do grupo populacional em foco. A seguir esses critérios são detalhados.

4.2.1.

Sobre a faixa etária

Cabe relembrar aqui o posicionamento teórico defendido nessa pesquisa, acerca do conceito de juventude como algo múltiplo, sobre o qual incidem diversos fatores que enviesam essa experiência socialmente (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012). Todavia, a fim de estabelecer um intervalo etário para a seleção dos sujeitos de interesse desta pesquisa, seguiu-se o critério estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que define como jovem aqueles indivíduos que têm entre 15 e 29 anos de idade.

A restrição à uma faixa etária específica se deu com o intuito de reduzir a interferência de vieses relacionáveis a percepção do trabalho em diferentes etapas da vida. Compreendendo o significado do trabalho como algo maleável (WRZESNIEWSKI, 2003) é possível argumentar que um jovem, por exemplo, iniciando sua vida profissional, confere sentido ao trabalho de maneira distinta à um adulto, com mais tempo de carreira, prestes a se aposentar.

4.2.2.

Sobre a experiência profissional

Outro critério estabelecido na seleção dos sujeitos de interesse teve a ver com o tempo de experiência profissional. Tal decisão foi atinente ao entendimento de que o conceito do sentido do trabalho é sensível ao tempo que os sujeitos já

exerceram algum tipo de atividade profissional. Dois jovens de uma mesma idade podem ter acumulados tempos de experiência profissional bem diferentes. A ciência de tal fato embasou a decisão de ter considerado alvos desta pesquisa, a princípio, aqueles jovens trabalhadores com no mínimo três e no máximo cinco anos de experiência profissional.

Todavia, no campo, identificou-se uma dificuldade ao cumprimento desse critério. Isso porque, dentre os jovens – principalmente (mas não somente) entre aqueles dos estratos sociais menos favorecidos – a entrada no mercado de trabalho se dava muito cedo, ainda no início da adolescência. Dessa maneira, esse critério precisou ser ajustado.

Para este ajuste, levou-se em consideração o tempo mínimo médio de contribuição com a seguridade social no Brasil, para estimar a “fase inicial” da vida profissional no país. A fim de aposentar-se por tempo de serviço, um trabalhador brasileiro precisa contribuir em média 32 anos com a Previdência Social. Dessa maneira, a fim de adequar os critérios previamente definidos à realidade do campo, os parâmetros referentes à experiência profissional dos jovens de interesse para essa pesquisa foram reajustados para no mínimo três e no máximo 10 anos de atividade no mercado de trabalho.

4.2.3. Sobre as classes sociais

Em Wray-Lake et al. (2011), ao empreenderem um estudo longitudinal sobre o sentido do trabalho para jovens norte-americanos, a escolaridade dos pais foi considerada a única referência do status socioeconômico familiar do jovem. No contexto norte-americano, tal questão foi contemplada de forma dualista, contrapondo pais com ensino médio versus pais com diplomação superior ao ensino médio (técnico, ou superior, por exemplo).

Esta tese repercutiu essa abordagem empírica, articulando o critério do grau de instrução dos pais, com o grau de instrução dos jovens, propondo também uma perspectiva dualista. Tal abordagem vai ao encontro da proposta de classe social que embasa a pesquisa empreendida nesta tese (BOURDIEU, 2015), articulando dois tipos de capital: cultural e econômico – este último, depreendido do grau de instrução. Além disso, essa decisão veio a ratificar a complexidade do fenômeno da

estratificação social – alinhada às premissas dessa tese – ao não classificar os sujeitos em classes, tendo como referência única o pertencimento à uma faixa de renda.

A fim de não incorrer em vieses na categorização dos sujeitos, buscou-se considerar apenas os jovens que tivessem um grau de instrução alinhado ao de seus pais, principalmente no que tange à categorização como classe “alta”. Nesse estrato social estão aqueles jovens com ensino superior, cujos pais também possuem esse mesmo grau de instrução. Os jovens da classe “baixa”, considerados nesse estudo, por sua vez, são aqueles que completaram no máximo o ensino médio, assim como seus pais.

Todavia, tangenciando a máxima de que “toda regra tem exceção”, no grupo de jovens considerados nessa pesquisa foi identificado um sujeito que não se adequou aos critérios estabelecidos sobre o seu pertencimento à uma classe social. A sua situação é apresentada mais a frente e interpretada no capítulo “Resultados”.

Vale destacar que tal divisão, em dois grupos, visa a cumprir um complexo objetivo de análise social. Dessa maneira, acabam sendo ocultadas inúmeras matizes existentes no amplo espectro social, tanto entre as classes mais abastadas, quanto entre as classes menos afluentes.

4.2.4. Sobre a delimitação geográfica

A seleção dos sujeitos de interesse obedeceu uma delimitação geográfica, permanecendo restrita à Região Central da cidade do Rio de Janeiro. Considerou-se o Centro de uma metrópole adequado para a pesquisa que essa tese empreende, uma vez que congrega diversos tipos de trabalhadores, de todas as partes da cidade e, principalmente, de variados estratos sociais.

4.2.5. Sobre a terminologia adotada

Esta tese chamou os jovens pertencentes à classe menos abastada de “jovem Zona Norte” e os jovens pertencentes à classe mais abastada de “jovem Zona Sul”. Tal decisão foi inspirada na configuração geográfica e social da cidade do Rio de Janeiro.

Com mais de 1200 km² de extensão, a cidade do Rio de Janeiro é composta por 160 bairros divididos em quatro regiões principais: a Zona Sul, a Zona Norte, a Zona Oeste, além da região Central. O Rio de Janeiro dos cartões postais, com as mais famosas praias, o Cristo Redentor e o Pão de Açúcar é na verdade a Zona Sul. Esta região, a segunda menor da cidade, concentra bairros sofisticados – como Lagoa, Ipanema e Leblon, por exemplo – e serve como uma referência terminológica de distinção na sociedade carioca.

Da mesma forma, mas num contraponto semântico, o termo “Zona Norte” também faz parte do vocabulário carioca. Nesta região – a segunda maior da cidade – estão sete das 10 favelas mais populosas do Rio de Janeiro (IBGE, 2010) – como o Complexo do Alemão, Jacarezinho e Acari, por exemplo.

Apesar dessa supostamente “clara” cisão na geografia carioca, há de se chamar atenção que a diferenciação terminológica adotada nesta tese, oculta uma notória complexidade da constituição geográfica e social da cidade do Rio de Janeiro. Existem bairros nobres na Zona Norte, da mesma forma que existem comunidades carentes na Zona Sul. É preciso destacar a nomenclatura se faz a grosso modo, de maneira estereotipada, propriamente, articulando significados de uso corriqueiro no imaginário coletivo carioca.

4.3. O processo empírico

O processo empírico desta tese envolveu a coleta e interpretação dos dados, através de entrevistas em profundidade e do método de análise de conteúdo, respectivamente. A seguir, tais etapas são explicadas em detalhe.

4.3.1. Entrevistas em profundidade

O objetivo principal de pesquisa dessa tese – de compreender a dotação de sentido ao trabalho entre jovens de diferentes classes sociais – teve nas entrevistas em profundidade uma ferramenta apropriada para de coleta de dados, vista sua significativa capacidade em registrar subjetividades relacionadas a um determinado tema.

Remenyi et al. (2002) caracterizam a entrevista como um método típico da pesquisa interpretativa. Trata-se de um meio eficiente de coletar grandes quantidades de informação. De acordo com os autores, são dois os tipos de entrevista: open ended –que não seguem um roteiro – e as semiestruturadas. Ao se aprofundarem na definição das entrevistas semiestruturadas – que demandam o uso de um questionário previamente estabelecido, a fim de funcionar tal como um guia, listando os pontos-chave que devem ser abordados na conversa – os autores chamam a atenção para alguns pontos que merecem ser observados com atenção ao utilizar esse instrumento.

A sistematização das entrevistas através de um padrão semiestruturado garante uma coleta de dados padronizada, que permitirá a comparação das informações obtidas. Os autores citam Howard e Sharp (1983) ao afirmar que, de modo contrário, os pesquisadores arriscam terminar com um grande volume de relatos que não podem ser agrupados e categorizados. Tais roteiros, de acordo com os pesquisadores, devem ser testados previamente com alguns sujeitos de interesse à pesquisa, ou até mesmo especialistas no tema estudado, a fim de que sejam ajustados de forma a otimizar a coleta de dados.

O método da entrevista em profundidade depende em boa parte da capacidade do pesquisador em conduzir conversas e da disposição do entrevistado. A demonstração de um real interesse naquilo que o entrevistado está relatando é apontado por Buchanan et al. (1988 apud Remenyi et al., 2002) como crucial no estabelecimento de uma relação de confiança entre o pesquisador e o participante.

O roteiro idealizado para essa pesquisa foi estruturado de forma a: a) identificar o jovem quanto a aspectos demográficos diversos, referentes aos critérios de seleção estabelecidos; b) relembra-lo do seu processo de socialização primária – relação familiar e vivência escolar; c) contextualizar, nessa época, a percepção do jovem atinente ao mundo do trabalho; d) compreender sua estrutura familiar; para aí então; e) questionar propriamente sobre os pontos referentes aos objetivos da tese. Segue, no quadro a seguir, o roteiro de perguntas que orientou as entrevistas em profundidade:

Quadro 6 - Roteiro da entrevista em profundidade

Roteiro da entrevista em profundidade	
1.	Qual o seu nome?
2.	Quantos anos você tem?

3. Qual sua profissão?
4. Há quanto tempo você trabalha?
5. Qual seu grau de instrução?
6. Você estuda?
7. Como foi sua vida escolar?
 - a. Onde você fez o Ensino Fundamental? E o médio?
 - b. Você gostava da escola? Por quê?
 - c. Você era bom aluno?
8. Como era a relação da sua família com a sua vida escolar?
 - a. Seus pais acompanhavam sua vida escolar?
 - b. Te ajudavam a estudar, você lembra se eles eram participativos?
9. Seus professores costumavam falar sobre trabalho? O que? Que tipo de orientação davam com relação à preparação para o trabalho?
 - a. Que mensagem eles passaram com relação ao trabalho? (bom, ruim, importante, necessário...)
10. E seus colegas de escola? Vocês conversavam e faziam planos sobre o trabalho que pretendiam ter?
11. O que você queria ser quando ainda era um estudante?
12. De onde acha que veio essa ideia?
13. Você faz hoje o que desejava fazer nessa época? (Se não, por quê? Ainda pretende seguir esse desejo, ou mudou de ideia?)
14. Que ideia você fazia do trabalho quando estudava?
15. O que você aprendeu na escola sobre o trabalho?
16. Você acha que a escola te preparou para o trabalho?
17. Como é a sua composição familiar?
18. Você mora/va com seus pais? E hoje?
19. Qual o grau de instrução dos seus pais?
20. Você tem irmãos?
21. Qual o grau de instrução dos seus irmãos?
22. Vocês todos moram/vam juntos?
23. Sua família pratica/va alguma religião? E você?
24. Pais, irmãos, tios... Parentes às vezes influenciam na nossa escolha do trabalho. Como o seu trabalho hoje em dia, você acha que a sua família teve alguma coisa a ver? Você consegue associar de alguma forma a sua dinâmica familiar com a sua vida profissional de hoje em dia? Alguém te incentivou/influenciou a fazer o que você faz hoje? Como? Por quê?
25. Sua família representa um fator de influência na sua vida profissional atualmente? De que forma?
26. Se você ganhasse uma fortuna na loteria, você deixaria de trabalhar?
 - a. Na mesma profissão de agora? No que?
 - b. Por que você não trabalha hoje em dia com isso?
27. O que o trabalho significa pra você?
28. De onde você acha que veio esse entendimento que você atribui ao trabalho?
29. Você consegue identificar a influência dos seus pais, ou da sua formação escolar no sentido que você atribui ao trabalho? Como? Por quê?
30. Você consegue identificar alguma outra fonte de influência no sentido que você atribui ao trabalho?
31. Qual o seu trabalho atual?
32. Você sempre quis ser isso?
 - a. Por que?
 - b. Qual seria?
33. Como você chegou até esse trabalho?
34. Como é a sua rotina de trabalho?
35. Quais são seus planos de trabalho futuros?

Fonte: elaborado pelo autor.

A saturação teórica acerca do fenômeno da dotação de sentido ao trabalho entre jovens de diferentes classes sociais no Centro do Rio de Janeiro foi alcançada ao fim de 18 entrevistas em profundidade – 12 junto a jovens zona norte e 6 junto

a jovens zona sul. Os jovens foram identificados com nomes fictícios, a fim de preservar o anonimato combinado no momento das entrevistas. A tabela abaixo apresenta esse grupo de jovens, com seus dados referentes à adequação a determinado grupo social, idade, tempo de experiência profissional (em anos), profissão, escolaridade e escolaridade dos pais.

Quadro 7 - Grupo de jovens entrevistados

ID.	Grupo	Idade	Exp. prof.	Profissão	Grau de instrução	Grau de instrução dos pais
André	ZN	29	10	Vendedor de rua	Médio	Médio
Ariana	ZN	19	2	Artesã	Médio	Fundamental
Antônio	ZN	26	8	Salgadeiro	Médio (cursando supletivo)	Fundamental (incompleto)
Camila	ZN	28	10	Comerciante	Fundamental	Médio
Eduarda	ZN	22	7	Autônoma	Médio	Fundamental (incompleto)
Flávio	ZN	25	8	Camelô	Médio	Fundamental (incompleto)
Iago	ZN	16	4	Engraxate	Fundamental (incompleto)	Fundamental (incompleto)
Juliana	ZN	19	2	Camelô	Médio	Médio
Joana	ZN	22	4	Camelô	Médio	Fundamental (incompleto)
Luís	ZN	29	10	Autônomo	Médio	Médio
Lucas	ZN	22	2	Jogador de futebol	Fundamental (incompleto)	Fundamental (incompleto)
Rodrigo	ZN	19	4	Camelô	Fundamental	Fundamental (incompleto)
Daniel	ZS	26	5	Analista de negócios	Pós-graduação (cursando)	Superior
Pedro	ZS	27	10	Jornalista	Superior	Médio
Gustavo	ZS	24	7	Engenheiro	Superior	Superior
Marcos	ZS	27	4	Advogado	Pós-graduação (cursando)	Superior
Julio	ZS	26	3	Engenheiro	Superior	Superior

Bruno	ZS	28	5	Internacionalista	Pós-graduação	Pós-graduação
-------	----	----	---	-------------------	---------------	---------------

Fonte: elaborado pelo autor

A observação atenta desse quadro revela algumas informações importantes. Em primeiro lugar, o sujeito Pedro se destaca, uma vez que o grau de instrução de seus pais não cumpre com os critérios estabelecidos para a sua categorização na classe social em que se encontra. A situação desse jovem em especial enriquece a análise do fenômeno observado e é retratada numa subseção específica do capítulo Resultados.

Outro fato relevante que pode ser observado no quadro tem a ver com o gênero dos jovens. Tal dado não foi discriminado, uma vez que observou-se como ausente a sua interferência na discussão empreendida por esta tese. Todavia, em alguns casos, tal informação torna-se perceptível, através da descrição das profissões dos jovens – onde estão reproduzidas literalmente as falas dos jovens acerca de suas posições profissionais.

Cabe explicar ainda que foram considerados neste quadro apenas graus de instrução completos, ou em curso. As graduações incompletas só foram mencionadas no caso do “Ensino Fundamental”, a fim de retratar uma condição mínima de escolaridade.

A abordagem e entrevista dos jovens, em sua maior parte, se deu em seus respectivos locais de trabalho. O pesquisador se valeu de sua própria rede de contatos pessoais para ter acesso aos jovens zona sul. Em alguns casos, foi possível agendar entrevistas em lugares e momentos diferentes dos do trabalho, como restaurantes, ou a própria residência do jovem.

Todavia, junto aos jovens zona norte, foi necessária uma estratégia diferente, que apesar de ter se mostrado frutífera na maioria das vezes, noutras vezes encontrava resistência. Abordados repentinamente em seus locais de trabalho, muitas vezes os jovens recusavam-se em conceder a entrevista. Dentre os motivos alegados para a recusa em conceder as entrevistas, figuraram desde a sensação de vergonha, até receio de retaliações de empregadores, “não saber” as respostas, falta de tempo, dentre outros.

Dentre negativas às propostas de entrevista, cancelamentos e ausências, a pesquisa de campo se desenrolou ao longo de aproximadamente 60 dias, no Centro do Rio, em pleno verão carioca. As conversas tiveram tempo de duração variável

entre 40 a 80 minutos. No caso dos jovens zona norte, esse tempo poderia se estender consideravelmente, conforme a necessidade de interrupções para a realização de seus trabalhos. Todavia, foi notória a disposição dos jovens – de todos os grupos – em contribuir com o relato de suas vivências e percepções do mercado de trabalho.

Dificuldades na comunicação com os jovens se davam mais por interferências externas – atendimento a clientes, questionamentos de superiores, por exemplo – do que propriamente por uma dificuldade dos jovens em se expressarem. Dentre os jovens zona norte, em alguns casos, certa limitação foi mais perceptível e demandou insistência por um aprofundamento em determinadas questões. Mas nada que justificasse a formulação de roteiros diferenciados para cada grupo de jovens. O rapport junto aos entrevistados e o dinamismo da linguagem oral garantiram uma coleta de dados satisfatória.

Todas as entrevistas foram gravadas eletronicamente e transcritas manualmente, a fim de serem categorizadas visando ao cumprimento dos objetivos da tese. A análise de conteúdo, nesse sentido, foi o método identificado como capaz de contemplar a multidimensionalidade das experiências sociais, oferecendo uma perspectiva panorâmica e ao mesmo tempo profunda (KOLBACHER, 2006). Tal método de análise é apresentado a seguir.

4.4. Análise do conteúdo das entrevistas

Creswell (2010) propõe a análise de conteúdo como um processo genérico de análise de dados em pesquisa qualitativa, que envolve a coleta, tratamento, categorização, relação e interpretação dos dados. Tal proposta assemelha-se ao que Dolan e Ayland (2001) chamam de “abordagem holística e interpretativa”. Ao contrário de outras técnicas, nesse tipo de processo é possível tratar um grande volume de dados qualitativos, levando em consideração significados alternativos dos fenômenos pesquisados, articulando diferentes conceitos que possam emergir das falas dos entrevistados. Apesar da sugestão de certo metodismo na descrição dessa abordagem, existe espaço para a criatividade, na identificação de temas e codificações.

Franco (2008) afirma que a técnica de análise de conteúdo lança mão de elementos do estudo da comunicação, levando em consideração além dos cinco elementos básicos do fenômeno – fonte, processo codificador, mensagem, receptor e processo decodificador – questões que intentam extrair sentido de variáveis externas, tais como as respostas acerca de: quem, disse o quê, como, com que efeito e por quê? Dessa forma, destaca-se assim a possibilidade de existirem divergências entre o que a autora chama de conteúdo manifesto – aquilo que é dito – e o conteúdo latente – aquilo que se tem a intenção de dizer. Todavia, tendo em vista a sistematização do processo de análise do conteúdo, Franco (2008) afirma que há de se refletir os objetivos da pesquisa, tomando mão das evidências manifestas e capturáveis, a partir das falas registradas.

A análise de conteúdo tem como objetivo principal fazer interpretações sobre aquilo que está sendo expresso pelo participante. Franco (2008), reverberando o trabalho seminal de Bardin (1977), estabelece o primeiro passo para uma análise de conteúdo como o momento em que é realizado um levantamento do material a ser analisado – no caso, as transcrições das entrevistas em profundidade coletadas junto aos jovens trabalhadores do Centro da cidade do Rio de Janeiro.

Num momento posterior à coleção do material de análise tem-se a categorização dos dados. Trata-se de um processo longo, difícil e desafiante, nas palavras da autora (FRANCO, 2008). São dois os tipos de categorias de dados possíveis: a priori e a posteriori. A primeira visa a responder algum tipo de questão específica e previamente determinada, em seus referenciais, pelo pesquisador. Já a segunda forma de categorização emerge dos dados, do relato dos entrevistados – que foi o caso da pesquisa empreendida nesta tese. As categorias são criadas a partir de um movimento constante, de ida e volta entre campo e teoria. À essa combinação sistemática entre a coleta de dados e a literatura, Dubois e Gadde (2002) dão o nome de abordagem abductiva.

Sobre a qualidade na criação de categorias, Franco (2008) lista quatro atributos pelos quais ela pode ser atestada. São eles: a) exclusão mútua: quando as categorias não se interpelam; b) pertinência: quando a categoria está de acordo ao quadro teórico proposto na pesquisa; c) objetividade e fidedignidade: sobre o trato de todo o material de análise a partir da mesma matriz categórica; e d) produtividade: sobre a capacidade de fornecer interpretações relevantes sobre os dados coletados. Tais atributos foram considerados na categorização dos dados da

análise de conteúdo empreendida nesta pesquisa. O quadro a seguir, organiza de forma resumida as categorias emergentes dos dados, conforme a resposta de cada um dos três objetivos dessa tese:

Quadro 8 - Categorização emergente dos dados

Categorização emergente dos dados		
	Jovem Zona Norte	Jovem Zona Sul
Sentido do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - necessidade - questão moral - prazer 	<ul style="list-style-type: none"> - necessidade - prazer e realização profissional - vocação - função social - rotina
Origens do sentido do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - família - rotina - religião 	<ul style="list-style-type: none"> - cotidiano do trabalho - família
Condicionantes sociais (BOURDIEU, 2015)	<ul style="list-style-type: none"> - experiência escolar frágil - suporte familiar limitado - juventude encurtada 	<ul style="list-style-type: none"> - educação: axioma existencial - amplo suporte familiar - juventude estendida

Fonte: elaborado pelo autor.

4.5. Limitações do método

Algumas limitações são inerentes às pesquisas do tipo qualitativo, interpretativas, que se utilizam de entrevistas em profundidade e da análise de conteúdo. Nesta seção são destacadas as principais limitações do método como um todo.

Quanto à pesquisa qualitativa, uma de suas principais características – que não deve ser entendida como uma limitação – trata da capacidade de estudos desse tipo serem generalizáveis. Não é essa a intenção da pesquisa qualitativa. O estudo se restringiu a um grupo de jovens trabalhadores de diferentes classes sociais

selecionados no Centro do Rio de Janeiro e suas percepções sobre os sentidos do trabalho. Creswell (2010) afirma que nesse tipo de investigação, o que vale é mais a particularidade do que a generalidade, chamando atenção para o foco principal da pesquisa qualitativa: o aprofundamento de um tema específico, dentro de seu espaço e contexto bem delimitados e restritos.

O mesmo pode ser argumentado quanto ao caráter interpretativo do método anteriormente apresentado. Por definição, o interpretativismo trata cada eventualidade como uma construção única. Marshal e Rossman (1995 apud Remenyi et al. 2002) afirmam que critérios de validade, confiabilidade e generalidade são inapropriados para esse tipo de abordagem.

Sobre o uso das entrevistas em profundidade, é preciso estar atento a uma série de fatores que podem comprometer a eficiência do método. Como um todo, o processo depende da capacidade de articulação e expressão dos sujeitos consultados – o que pode variar bastante. Gil (1999) lista algumas limitações relacionadas ao referido método de coleta de dados em pesquisas sociais. Quanto aos entrevistados, eles podem não compreender de fato as perguntas, dar respostas falsas, seja consciente, ou inconscientemente – respondendo o que acredita que seria “certo” dizer, por exemplo, ter dificuldades na expressão verbal de suas opiniões, ou ser influenciada pela figura do entrevistador. Quanto ao pesquisador, existe o risco dele contemplar as declarações coletadas através de seus próprios vieses, não conseguir rapport com os entrevistados, ser taxado como invasivo, influenciando a expressão dos entrevistados, por exemplo (CRESWELL, 2010).

É direcionada à figura do pesquisador também a principal limitação da técnica de análise de conteúdo, segundo Franco (2008). Como o cerne dessa técnica está na criação de categorias a partir das falas dos entrevistados, essa categorização pode deixar de fora aspectos relevantes dos relatos que, porventura, não tenham captado a atenção do pesquisador. O processo de categorização, mesmo partindo de construtos teóricos atinentes ao tema, é autoral: é tarefa do pesquisador destacar os conteúdos julgados relevantes para responder às indagações da pesquisa.

Uma última limitação referente aos aspectos teórico-metodológicos desta pesquisa tem a ver com o seu caráter interdisciplinar. Frigotto (2008) chama atenção para a importância de uma abordagem interdisciplinar – como esta empreendida na tese – para uma melhor compreensão de fenômenos sociais complexos, objetos de pesquisa das investigações científicas do campo das ciências sociais. O estudo do

fenômeno da dotação de sentidos ao trabalho, articulado a aspectos sociais e econômicos, através da teoria bourdieusiana de condicionantes sociais de classes converge temas tanto da Administração de Empresas, quanto da Sociologia. Dessa forma, conforme também adverte Frigotto (2008), tem-se uma dimensão “problemática” da estratégia interdisciplinar de pesquisa – até então compreendida como uma “necessidade” para um melhor entendimento de determinadas discussões teóricas.

Nesta tese, parte das referências teóricas consideradas sobre o sentido do trabalho entram numa “disputa epistemológica” com a perspectiva analítica bourdieusiana, uma vez que acabam sendo concatenadas abordagens funcionalistas e interpretativas de investigações científicas. O autor deste trabalho reconhece esse relativo “conflito”, todavia, considerando essa discussão teórico-epistemológica fora do escopo principal de investigação desta tese, pretende firmar-se nos benefícios proporcionados pela abordagem interdisciplinar (FRIGOTTO, 2008), na intenção de oferecer um ganho qualitativo no entendimento da dotação de sentidos ao trabalho, conforme o pertencimento do indivíduo em diferentes estratos sociais.

5

Apresentação e Análise dos Resultados

A organização deste capítulo foi pensada no sentido de apresentar, de forma clara, os resultados atinentes ao cumprimento dos objetivos aos quais esta tese se propôs. Estes objetivos tratam de: a) compreender a dotação de sentido ao trabalho entre jovens de diferentes classes sociais; b) investigar as origens dos sentidos atribuídos ao trabalho comuns aos jovens de cada classe social e c) investigar os condicionantes sociais referentes ao campo profissional típicos de cada classe social, através das declarações dos jovens consultados. Nesse sentido, estruturou-se o capítulo de análise em três seções. As duas primeiras são referentes aos dois estratos sociais considerados, para efeitos de análise, denominados Jovem Zona Norte e Jovem Zona Sul. Conforme explicitado no capítulo anterior, essas duas grandes categorias buscaram reunir os sentidos do trabalho atribuídos pelos jovens pertencentes à classe menos abastada (“Jovem Zona Norte”) e aqueles atribuídos pelos jovens pertencentes à classe mais abastada (Jovem Zona Sul). Respectivamente, cada uma dessas seções possui três subseções, cada uma concernente a um dos objetivos supracitados.

A observação dos jovens categorizados em classes proporcionou uma perspectiva ampla, sobre a qual foi possível identificar as diversas categorias referentes ao cumprimento dos objetivos da tese. Todavia, estes grupos não se constituem de forma sólida, monolítica, mas como que um espectro, onde podem ser verificadas diferentes intensidades de um determinado fenômeno. Tendo como base o aproveitamento das prerrogativas da postura epistemológica desta tese – a do interpretativismo – acredita-se enriquecer a discussão dos resultados deste capítulo com uma apresentação em detalhe tanto de casos considerados “padrão”, quanto de casos que se destacaram dentre as diversas nuances dos espectros, concernentes aos grupos de jovens zona sul e jovens zona norte.

A terceira seção deste capítulo contrapõe os principais achados do campo, relacionando as informações dos jovens zona norte com as dos jovens zona sul, a fim de observar os resultados de um ponto de vista panorâmico.

5.1. Jovem Zona Norte

“Eu nunca fui muito pra essa história do “quero ser”. Eu sempre fui mais assim: eu quero e vou trabalhar, vou colher os meus frutos do meu trabalho e não sei... O futuro vai vir. Vai vir tudo no seu tempo, de acordo com a minha vida mesmo, trabalho que vai acontecendo... Vão acontecer”. – Eduarda

Como foi anteriormente definido, os integrantes deste grupo são os jovens cujos pais, têm no máximo, o Ensino Médio completo e que trabalham em funções que demandam, no máximo, esse mesmo grau de instrução.

Em linhas gerais, foi possível depreender, da fala de boa parte dos componentes deste grupo, uma noção de trabalho carregada de forte carga moral. Além disso, foi bastante expressiva a ideia do trabalho como um meio de subsistência. Sobre a origem dessa acepção, emergiram referências atinentes ao exemplo que estes jovens vivenciam em suas relações familiares, à dinâmica do cotidiano profissional e até à religião. Socialmente, o campo profissional destes jovens estaria condicionado por uma experiência escolar relativamente frágil, associada à uma estrutura familiar bastante fluida, quanto ao desempenho de papéis e também limitada, no que se refere ao sentido de provisão material.

5.1.1. Os sentidos do trabalho

A atividade profissional foi identificada como central na constituição identitária dos jovens zona norte. Foi recorrente na fala destes jovens uma questão moral fortemente atrelada ao desempenho de suas profissões. A percepção de que, através do trabalho, eles se tornam cidadãos dignos, indivíduos independentes, que seguem um “bom caminho”, paralelo às vicissitudes que uma condição de classe mais vulnerável poderia oferecer.

Além disso, a noção do trabalho como um meio de subsistência se destacou. Em muitos relatos percebe-se um tipo de mudança de papel familiar e social na vida desse jovem que o lança ao mercado de trabalho. Nesse sentido, o jovem zona norte torna-se completamente responsável pelo seu próprio sustento, tendo que arcar com as todas as suas despesas, desde as mais básicas, e, muitas vezes, as de sua família, seja esta composta por seus pais e irmãos, ou mesmo por seus filhos e cônjuges.

Cabe destacar que não é incomum, nesse grupo, a maternidade e paternidade precoces.

5.1.1.1. Necessidade

“Trabalho é pra você se manter, né? Necessidade, tem que trabalhar pra sobreviver. (...) Tem gente que rala demais e ganha pouco. Tem gente que rala nada e ganha demais. Tem gente que trabalha 12 horas e ganha menos que um salário mínimo, sem benefício nenhum. É que nem os outros falam: a escravidão não acabou, ela só está sendo paga – e mal paga mesmo”. – Antônio

O sentido do trabalho como fonte de renda se destaca entre os jovens zona norte. A importância que se dá à atividade profissional, pelo fato dela ser percebida como o único meio para a obtenção de recursos para custear a própria vida sobressai no discurso de diversos deles, que afirmam ser bastante comprometidos com esse propósito. E, nesse sentido, tratam-se de necessidades essenciais, tais como moradia e alimentação. Dessa maneira, o trabalho consolida-se como algo inexorável à sobrevivência e fundamental à experiência de vida desses jovens.

A esse tipo de noção concernente ao trabalho, destaca-se uma mudança de papéis – tanto no ambiente familiar, como numa esfera social mais ampla – que caracteriza a inserção profissional dos jovens dessa classe. A construção subjetiva do jovem, tal como um sujeito em formação, de certa forma dependente de alguma figura responsável – que muitas vezes é atribuída aos pais – é posta em cheque com esses novos papéis, que acabam lançando-os ao mercado de trabalho.

Ao atribuir o sentido de fonte de renda ao trabalho, os jovens zona norte referem-se, de fato, à própria sobrevivência. Em suas declarações percebe-se a tomada da responsabilidade sobre todos os aspectos de sua vida, principalmente aqueles referentes ao pagamento de contas. Tais contas não se referem aos gastos referentes à lazer, ou qualquer tipo de consumo supérfluo. Os jovens zona norte referem-se ao trabalho como uma fonte de recursos para o custeio da própria moradia, alimentação e, em algumas vezes, até mesmo o sustento de filhos, ou parentes diversos.

“Mas aí mudou tudo pelo fato de eu ter perdido os meus pais: perdi muito novo. Minha mãe eu tinha 8 anos, meu pai eu tinha 13... E eu fiquei vulnerável. Tenho tios e tal, mas cada um com sua família. Aí eu fui morar só. Eu pago aluguel desde os 13 anos de idade, então é bem difícil. (...) Eu fui morar em Caxias, com meu tio. Morei seis meses lá. Aí eu comecei a trabalhar aqui e daí o primeiro dinheiro que eu peguei, eu aluguei uma casa... Fui atrás da minha independência”. – Luís

“Trabalho é o meio de sobrevivência pra mim. Se não tiver trabalho, não dá pra sobreviver. Porque quando eu fiz 18 anos eu não trabalhava, eu não tinha o que fazer. Meu pai não queria pagar uma faculdade. Eu queria fazer uma faculdade e meu pai não pagava. Se eu não trabalhasse eu não fazia nada”. – Eduarda

É comum nos relatos dos jovens zona norte uma mudança de papéis que marca a sua entrada no mundo do trabalho. Seja aquele jovem que não recebe mais qualquer tipo de provisão financeira dos pais, por já ser considerado “velho” o suficiente para arcar com as suas próprias despesas, ou aquela jovem que engravidou de forma não planejada, por exemplo. As consequências sociais de transformações desse tipo lançam os jovens zona norte no mercado profissional, em busca do retorno financeiro necessário à sua existência.

“Já terminei os estudos (ensino médio). Eu engravidei. Eu engravidei aos meus 18 anos, continuei estudando grávida, aí ganhei, aos 19 e fui trabalhar, porque eu fui mãe e pai. O pai do meu filho abandonou a gente, morei com a minha mãe, aí eu tive que trabalhar”. – Joana

A categoria “Necessidade”, que trata da questão do sustento do jovem, associada à uma mudança de papel social que mostrou-se característica nesse estrato social alinhou-se às observações descritas por Ruiz, Llaguno e Vázquez (2008) e Wray-Lake et al. (2011), quando destacam que o retorno financeiro da atividade profissional é bastante relevante dentre a força de trabalho jovem. Tal alinhamento se deu apesar desses estudos não terem considerado em suas análises a perspectiva de classe social como um vetor de influência. Essa limitação, todavia, é saldada por Rizzo e Chamon (2011), que ainda complementam a observação dos resultados dessa tese, quanto à questão das mudanças de papéis dos jovens. As autoras investigam o sentido do trabalho para jovens de camadas menos favorecidas – assistidos por ONG – no Brasil e ratificam o destaque à dimensão financeira do trabalho na construção de significado relacionado. Além disso, Rizzo e Chamon (2011) também caracterizam a entrada no mercado de trabalho para esse jovem como uma mudança de status, marcando a passagem da juventude para a vida adulta – de uma condição de dependência, para a plena autonomia sobre a própria vida. Nesse sentido, o reconhecimento social do jovem nesses novos papéis que eles assumem, segundo Honneth (FUHRMANN, 2013) percebeu-se como fundamental na fala desses jovens.

5.1.1.2. Questão moral

“Trabalho é dignidade, né? Você se sustentar com seu próprio dinheiro, não tirar nada de ninguém, seguir sempre sua vida de cabeça erguida. Lutar pra você ter suas coisas... Ter o essencial pra viver, entendeu?” – Camila

Questões morais também permeiam o sentido atribuído ao trabalho por jovens zona norte. Um dos temas recorrentes nas declarações desse grupo teve a ver com o senso de dignidade redundante do exercício da atividade profissional. Além disso, destacaram-se, no relato dos jovens zona norte a noção de que o trabalho viabiliza a independência e autonomia necessários ao convívio social. Linhas auxiliares de significação foram ainda foram percebidas. Dentre os jovens desse grupo, a ocupação profissional representa uma forma de manter-se afastado do “mau caminho”, garantido um caminho “digno”.

Para o jovem zona norte, a máxima “o trabalho enobrece o nome” se faz bastante coerente. Nesse grupo manifestou-se de forma expressiva um discurso referente à associação do trabalho a um sentimento de dignidade. Tal fato, por sua vez, tem consequências tanto sociais, quanto individuais, propriamente reflexivas. Percebe-se na fala desses jovens que o trabalho não só dignifica, mas também promove orgulho.

“Trabalho é tudo, né? Porque se você trabalhar, se você não correr atrás do seu, como é que você vai ter o seu, amanhã e depois? (...) O trabalho é muito mais que só dinheiro, com certeza. Tem a ver com dignidade”. – Joana

Dentre os aspectos morais atinentes à dotação de sentido ao trabalho por jovens zona norte, a conquista da independência e a percepção de autonomia perante a sociedade também se destacaram nas entrevistas. Seja de forma voluntária, ou pela mudança de papéis que vivenciam ao longo de sua trajetória de inserção no mercado de trabalho, a assunção de total responsabilidade pela própria vida é relacionada à experiência profissional, conferindo-lhe sentido.

“Primeiro é independência. Pra mim independência é primordial. (...) Não tem nada melhor do que: eu quero isso aqui, eu compro com o meu dinheiro, ninguém vai intervir, vai botar porém... Tem nada melhor que a sua independência”. – André

A vulnerabilidade social vivenciada pelos jovens zona norte os deixam expostos a diversas mazelas. Dentre elas, a possibilidade de associação ao tráfico de drogas e a diversos outros tipos de atividade criminosa. Dentre esse grupo, o trabalho também foi referenciado como um meio de evitar de trilhar esse “mau

caminho”. A ocupação profissional – seja ela propriamente regularizada, ou precária – despontou como a representação de uma alternativa menos “fácil”, porém mais digna de ganhar a vida para o jovem zona norte.

“Trabalho pra mim é ganhar o meu dinheirinho honestamente, conseguir ganhar sem ter que ficar pedindo aos outros, que é uma humilhação ficar pedindo aos outros e eu não gosto disso. Ganhar meu dinheirinho, ajudar minha família, quando eu consigo alguma coisa... Aí eu fico mais tranquilo. Mas trabalho pra mim mesmo é o que eu faço, eu trabalho honestamente”. – Iago

As questões morais apresentadas na segunda categoria emergente dos dados, concernente à dotação de sentido ao trabalho entre jovens zona norte também encontraram suporte teórico. A observação da valoração social do jovem através do trabalho em Ferrari et al. (2009) torna-se um ponto de identificação – apesar do estudo desconsiderar a perspectiva de classe como um fator de interferência nesse fenômeno. Os achados dessa pesquisa também encontram eco nas considerações de Rizzo e Chamon (2011) ao descreverem, em seu estudo, a busca pela independência do jovem através do trabalho, assim como a intenção de fuga de uma situação desfavorável – o mau caminho – pela ocupação profissional.

4.1.1.3 - Prazer

“Trabalho pra mim é você fazer o que você gosta, você se dedicar... É isso. É você fazer uma coisa... Não pelo dinheiro em si, mas porque aquilo te traz satisfação. Eu acho que não vale a pena você morrer de trabalhar e ganhar milhões de dinheiros, se você não estiver feliz. Eu acho que o interessante é você trabalhar, mesmo que você ganhe pouco, mas que você faça algo que você realmente goste, que você consiga dar o melhor de si, você consegue ser feliz com você mesmo”. – Ariana

Houve também quem afirmasse que o trabalho significava algo que proporcionava prazer. Apesar de condições relativamente adversas ao exercício profissional, algumas próprias da atividade autônoma – como a incerteza quanto aos rendimentos – e outras muito específicas às situações precárias de emprego – como a informalidade de um comércio ambulante, por exemplo – alguns jovens zona norte significam seus trabalhos como uma fonte de prazer.

“Bom, aqui na Gabi tá sendo uma coisa que... é trabalhar, é uma responsabilidade, é meu ganha pão, mas aqui tá sendo uma coisa muito boa pra mim, porque aqui tá sendo tipo um anti-estresse. Eu gosto de trabalhar aqui. (...) Aqui eu gosto de trabalhar, eu me sinto relaxada aqui... sei lá!” – Joana

Tal percepção do trabalho, registrada nas falas do jovem zona norte, acabam que alinham-se às teorias da geração Y, que destacam o caráter hedonista conferido pelos jovens às suas experiências profissionais (ALSOP, 2008). Todavia, se dá em menor expressividade, comparativamente às outras categorias emergentes das falas no grupo.

5.1.2. As origens do sentido do trabalho

Quanto à investigação da origem dos sentidos atribuídos ao trabalho, os dados coletados em campo junto aos jovens zona norte apontam para fontes de sentido relacionadas à socialização e a aspectos do contexto de trabalho (ROSSO, DEKAS, WRZESNIEWSKI, 2010). Dentre as origens dos sentidos atribuídos ao trabalho pelos jovens zona norte, destacam-se principalmente aspectos externos como fontes de sentido. Em primeiro lugar, a família – tanto pela ascendência, quanto pela descendência. A experiência cotidiana representada pela rotina de trabalho também contribui para a construção de sentidos à atividade profissional, assim como a perspectiva religiosa, em alguns casos.

5.1.2.1. Família

“Acho que era mais na família mesmo. Meu pai que falava: tem que trabalhar pra pagar as coisas. Falava pra mim, pra eu estudar: “Ah, estuda pela sua família, que você vai precisar, pra sustentar ela, pra dar uma boa coisa pra ela...”. Mas aí já era tarde! Veio falar alguma coisa pra mim depois que eu comecei a trabalhar fora...” – Flávio

A associação da convivência familiar como uma fonte do fenômeno da dotação de sentido ao trabalho foi ao encontro dos postulados de Brief e Nord (1990). Na nomenclatura de Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010), é uma das dimensões da categoria “Outros”, dentre as origens do sentido do trabalho. Seja pela questão do exemplo e das orientações dos pais dos jovens zona norte em relação ao trabalho, ou pelo fato deles próprios já terem que se preocupar com um tipo de legado que deveriam deixar para seus filhos, a família, tal como uma instituição, se impõe como uma referência ao desempenho profissional dos jovens dessa classe social. Essa situação se dá de forma muito clara e é categoricamente

expressa nas falas dos jovens. Ao considerar a família como uma origem dos sentidos atribuídos ao trabalho, nos relatos dos jovens zona norte perceberam-se duas linhas de raciocínio. A primeira, mais expressiva, tem a ver com a ascendência do jovem. A percepção da relação dos pais com o trabalho serve como inspiração na atribuição de sentido à atividade profissional por esse jovem.

“Da minha mãe, com certeza. Ela pra mim, em relação a trabalho, ela era tudo. Ela era microempreendedora, ela era dona de casa... Além de dona de casa, ela sempre vendeu roupas, ao mesmo tempo que ela vendia roupas, no começo, ela trabalhava de empregada doméstica... (...) Tudo isso pra gente ter uma condição boa. E ela sempre falou: se você quer alguma coisa, luta, luta por aquilo”. – Ariana

O conceito de habitus de Bourdieu (2015) também serve para discutir esse resultado da pesquisa. Entendido como uma estrutura, estruturada e estruturante, as percepções acerca do trabalho – como uma parte do habitus – carregariam em si um caráter “hereditário”, sendo reproduzidas ao longo das gerações. Complementar a isso, é possível destacar ainda quando Jessé (2010) explica o seu conceito de “capital familiar”, que trata justamente dessa transmissão de valores na socialização doméstica, através do exemplo.

A partir de um outro ponto, houve também a noção de que o sentido que o trabalho tem vem de uma função de grande relevância que ele deveria cumprir: o sustento dos descendentes dos jovens zona norte. Dentre aqueles que já assumem socialmente os papéis de mãe e/ou pai, o sentido que o trabalho tem origina-se e é enviesado pela provisão dos recursos necessários ao sustento de seus filhos.

“Atualmente minha filha é um combustível pra mim. A minha filha, ela me inspira a cada dia a evoluir, a me desenvolver cada vez melhor o meu trabalho. Já pensando no futuro dela, que é o que mais me preocupa”. – Luís

5.1.2.2. Rotina

“Vou te falar a verdade, vem do dia que a gente vai vivendo. Tem um dia que é uma vitória, tem uns que é uma derrota...” – Antônio

Outra categoria que se destaca dos dados obtidos fez referência à rotina de trabalho dos jovens zona norte, que na nomenclatura de Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) teria a ver com o “Contexto do Trabalho”. A experiência do cotidiano do trabalho também se destacou na fala dos jovens como uma fonte do sentido que é atribuído à atividade profissional. A vivência do dia a dia apresenta

ao jovem zona norte determinados eventos que contribui para a construção de sentidos acerca do trabalho.

Nesse sentido, a teoria do processamento social da informação (SALANCIK; PFEFFER, 1978) embasa teoricamente esse tipo de percepção, concernente à uma construção social de sentido da atividade profissional. Através da socialização com os mais diversos agentes do ambiente de trabalho dos jovens zona norte – clientes, colegas, chefes, fornecedores, dentre outros - ponderações seriam feitas, fazendo com que variados sentidos emergissem da atividade profissional.

“Acho que dos dias mesmo, da rotina, do passar do tempo. Acho que eu tive sorte, eu gosto de aprender com as coisas que acontecem... Então, acho que foi isso. Acho que tem também minha mãe. Eu poderia juntar os dois: minha experiência e o que eu aprendia com a minha mãe, né? De tudo que eu vi, que eu vejo – que eu vejo muito. E aí acontece a experiência, né?!” – Eduarda

5.1.2.3. Religião

“Lá na igreja é uma família, então, quando eu entrei lá, antes de eu entrar, minha mente já era focada, mas depois que eu entrei, eu amadureci em várias áreas e nessa área trabalhística (sic) também”. – Rodrigo

A religião também foi mencionada no grupo de jovens zona norte entrevistado, como uma origem dos sentidos atribuído ao trabalho. Pelas declarações dos jovens zona norte, todavia, o pertencimento a uma comunidade religiosa foi referenciado como uma fonte de sentido ao trabalho, que serviria mais como uma referência moral, do que como um ponto de conflito por atenção do jovem trabalhador. Trata-se de uma categoria reflexiva – referente ao “Self”, na tipologia de Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) – que é contemplada cientificamente pelas pesquisas acerca da centralidade relativa da atividade profissional na vida do sujeito (MOW, 1987).

Houve também aqueles jovens zona norte que afirmaram que a vivência religiosa influenciou profundamente a construção de sentidos concernentes ao trabalho. Principalmente dentre praticantes de religiões da matriz protestante – neopentecostais – a socialização nas igrejas e com líderes religiosos foi relatada como um marco determinante dos sentidos atribuídos ao trabalho.

“Depois que eu entrei na igreja, tipo, no passado eu não, vamos supor, eu ganhava 400, eu pegava os 400, comprava o que eu queria e depois ia esperar, ia trabalhar. Hoje em dia, o que que eu faço? Meu dinheiro é todo projetado. Cada centavo tem um destino. Já me organizo mais, administro mais”. – Rodrigo

5.1.3.

Os condicionantes sociais do campo profissional

Ao se analisarem os relatos dos jovens zona norte entrevistados foi possível identificar os condicionantes sociais concernentes ao campo profissional. Através das percepções vivenciadas na socialização primária desses jovens – na escola e em ambiente familiar – foram questionados variados aspectos referentes ao trabalho, possibilitando uma investigação dos condicionantes sociais que de certa forma determinaram a vivência profissional desse grupo.

Em linhas gerais, foi possível perceber, nas falas dos jovens zona norte, como a vida escolar nessa classe social é marcada por uma notória fragilidade. A evasão escolar pôde ser percebida como um fenômeno comum e o ensino superior, por vezes é referenciado como um conceito quase que abstrato. Por mais que tenha sido relatada a ocorrência de um discurso que exaltava a relevância da educação para a ascensão social, ele não se adere pragmaticamente na realidade destes jovens e, por vezes, a escola foi relatada como um ambiente para o desenvolvimento de competências técnicas que poderiam ser exploradas profissionalmente.

Já sobre a experiência familiar, as declarações dos jovens zona norte evidenciaram um suporte familiar limitado, no sentido da provisão de recursos. Tal limitação é o que propicia a movimentação referente aos papéis que o jovem desta classe desempenha, tanto na sua família, quanto na sociedade como um todo. Nesse ambiente, as referências atinentes ao trabalho acontecem por meio do exemplo, seja de forma positiva, ou negativa.

5.1.3.1.

Socialização primária no ambiente escolar

“Gente, acho que aprendi muita coisa sobre trabalho na escola não. Só mesmo a parte do estudo. Era mais uma das tarefas do dia: vou na escola, aprender, vai ter o intervalo, vou voltar, vou aprender e depois vou embora. Era tipo trabalho. Eu sei que eu tenho que estar lá, que eu tenho que ir, tenho que fazer... Era só mais ou menos isso”. – Eduarda

Sobre a vivência escolar, foi possível perceber dos relatos coletados que os jovens zona norte vivenciam essa etapa do desenvolvimento social de maneira relativamente frágil. Questionados sobre a influência escolar em sua vida profissional, foi possível perceber uma vacância da figura da escola nesse sentido. Isso porque ela, na maioria das vezes, não desponta como uma instituição de

influência nas decisões profissionais do jovem. Não que não haja uma referência à importância da educação na conquista de uma posição de trabalho mais vantajosa, ou da valorização social individual através de um trabalho de carreiras que demandam o ensino superior. Todavia, a contraposição com a socialização desse jovem, tanto dentro, quanto fora dos muros escolares, torna esse discurso pouco aderente dentre os jovens zona norte consultados.

“Não acho que a escola tenha me preparado pro trabalho. Porque primeiro, na minha escola não tinha falação... nada falava de trabalho. Acho que foram muitas poucas vezes que eles falavam de trabalho, então acho que não. E nem todo mundo quis continuar a estudar. Acho que da minha turma, 40% da sala ia fazer Enem, o restante eu nem sei o que queria da vida”. – Ariana

“Escola pra mim era bagunça. Pra mim era diversão. (...). Assim, eu não sabia ler (...). Eu repeti a segunda, repeti a terceira e só fui pra quinta porque eles não me aguentaram mais não. Eles me tiravam. (...) Assim, eu desrespeitei um montão de professoras (...). Aí fizeram uma reunião lá... (...) Vou te falar a verdade: até hoje eu tenho uma dificuldade enorme. (...) Tenho dificuldade, mas vou levando a vida aí, mano, tranquilo, graças a Deus...” – Antônio

O fenômeno da evasão escolar foi referenciado como sendo bastante comum. A isso, pôde ser associada a questão da mudança de papéis que ocorre na vida dos jovens dessa classe, que acabam tendo que preterir o avanço acadêmico frente a outras necessidades que se impõem – o próprio sustento, o sustento de filhos, a necessidade de contribuir com o orçamento familiar, dentre outros. Ao longo do tempo, os jovens foram abrindo mão de seus lugares nas salas de aula, para dedicarem-se a algum tipo de trabalho.

“Não reforçavam essa ideia... Falaram quando tava próximo. “E aí, vamos fazer o Enem? Tá, vamos” – não tinha muito reforço. Eu lembro que tinham alguns alunos, assim, da minha época, que eram muito inteligentes, esforçados mesmo, até demais, acho que umas duas, umas três delas parou também. Casou, teve filho... A outra também... As que eu tenho contato, as que eu não tenho, não sei. A maioria deles – das meninas, pelo menos – casaram, ou estão trabalhando... Mas dos meninos, então, acho que... alguns continuaram, outros também... não. Resumindo: a grande maioria eu acho que acabou ali mesmo”. – Eduarda

“Tem algumas amigas minhas... foram pouquíssimas (que ingressaram no Ensino Superior). Pessoal começou mesmo a trabalhar. Eu tinha um amigo meu que era superinteligente trabalhando no Bob's: eu fiquei de cara, porque ele era muito inteligente, achei que ele ia, sei lá, usar a nota dele do Enem pra alguma coisa da vida dele, mas foi trabalhar no Bobs”. – Juliana

A convivência com essa realidade faz com que os estudos – ensino fundamental e médio – sejam realizados dentro de uma noção de possibilidade, que podem ou não ser concluídos, dependendo das demandas que surgirem no cotidiano

desses jovens. Tal fato contrasta com Nuñez e Sansone (2016). Num sentido oposto ao que foi apreendido da fala dos jovens zona norte, as autoras perceberam que através do trabalho, os jovens teriam a sua experiência acadêmica potencializada. Tal como um fator motivacional, incentivado, inclusive, pelos pais. As especificidades do grupo consultado pelas autoras (NUÑEZ; SANSONE, 2016) podem justificar a diferença em comparação com que foi constatado por essa pesquisa, uma vez que o fenômeno da evasão escolar, dentre os jovens zona norte, acaba sendo naturalizado. Até porque, inclusive, os pais dos jovens zona norte, da mesma maneira, interromperam seus estudos, a fim de cumprir com determinadas demandas referentes à própria subsistência, o que torna perceptível o padrão de reprodução social no campo educacional (PEUGNY, 2014; BOURDIEU, 2015).

“Meus pais eu não sei, mas na época deles eu acho que o estudo era mais difícil... Meu pai, se ele fez o primeiro ano foi muito. Minha mãe fez até o quinto”. – Eduarda

Nesse sentido, o acesso ao ensino superior constrói-se quase como que de forma abstrata. Em linha com Duffy e Autin (2013), o baixo poder de controle sobre o desenvolvimento da própria vida profissional, lança-os ao mercado de trabalho em busca de posições que lhe estejam acessíveis, descaracterizando qualquer noção de exercício de uma vocação que pudesse ser vinculado à atividade profissional.

“Na verdade eu nunca quis ser comerciante. Mas assim, é uma renda boa que eu consigo aqui. Tem lugares que tipo assim, se eu trabalhar de carteira assinada ganhando um salário mínimo, eu ganho bem menos do que eu ganho aqui. Então aqui, pra mim, é uma boa. Tenho nada contra meu trabalho não. Eu só pensava mesmo era com a coisa da educação física. Mas depois eu engravidei, como eu não tinha terminado meus estudos, com os meus pais aqui, eu achei que era a melhor maneira de sustentar minha filha” – Camila

O discurso acerca da relevância da educação até faz surgirem alguns tipos de aspiração às carreiras do ensino superior. Todavia, tais ideias, em sua maioria, são construídas de maneira basilar – por exemplo, o jovem demonstra interesse num determinado curso, mas não consegue citar um exemplo de universidade que ofereça aquele curso – e nas poucas vezes que foram executadas, também se deram dentro da mesma noção vaga de possibilidade, perdendo relevância frente a diversas necessidades emergentes da vivência dos jovens zona norte consultados – por exemplo, o jovem, apesar da base educacional deficiente, consegue ingressar numa determinada faculdade, mas não consegue acompanhar o curso devido à base educacional deficiente, daí acaba tendo que interrompê-lo. Dentre os jovens zona norte, tais fatos acabam limitando as possibilidades do desenvolvimento da tal

“renda diferencial” (SOUZA,2009) através da educação, ao qual tem-se relacionada a noção do mérito na sociedade brasileira.

“Queria ser juiz. Ah, sei lá (por que não seguiu isso?). É muito complicado... Veio do nada. Pô, juiz eu acho uma coisa maneira, uma coisa bacana... Não lembro. Só lembro que eu tinha a maior vontade de ser juiz, eu achava uma profissão boa. Já tinha uma noção... Tipo, juiz você, no caso dava a sentença as pessoas... E é isso. Mas tem vários tipos de juiz. Eu tinha que estudar, no caso terminar os estudos, mais pra frente fazer um curso, fazer uma faculdade de Direito, mas... Mas não tinha como”. – Rodrigo

“Eu comecei a trabalhar pra pagar a faculdade, mas acabou que eu não paguei a faculdade (...) Acabou que eu nunca mais saia do biscoito, da rua, entendeu? Meu pai ficava falando que eu tinha que trabalhar, que ele não ia ficar pagando minhas coisas pra sempre... Aí eu tive que fazer alguma coisa da vida”. – Flávio

Nesse grupo também foi possível observar que para alguns jovens, a escola serviu como um local para o desenvolvimento de competências técnicas que puderam ser exploradas profissionalmente.

“Sim, a gente tinha um professor, ele dava aula pra gente, mas ele sempre falava muito sobre trabalho. Tanto que a gente saia pra poder fazer reciclagem. Ele falava que a reciclagem que a gente fazia a gente utilizava muitas coisas pra revender na feira de ciências... Já tinha essa coisa de estimular pro comércio... Sempre teve. Tinha até uma professora de Artes, o nome dela era Gisele, ela ensinou a gente a fazer miçanga, chinelo, bolsa, essas coisas pra gente poder vender” – Joana

5.1.3.2.

Socialização primária no ambiente familiar

“Porque minha família ninguém é alto de dinheiro... Todo mundo é normal, que nem eu, meus irmãos, meu pai... Eu nunca tive uma visão assim, igual meu pai e minha mãe... É porque eu sempre via a simplicidade da minha família, entendeu? Eu vejo as coisas assim e por isso eu levo a vida assim também, porque se eu visse meu pai como advogado, coisa grande, acho que eu almejaria coisa maior também”. – Flávio

Pelas falas analisadas, a questão da socialização familiar articulada à vida profissional do jovem zona norte mostrou-se determinante. Tal fato, nessa classe social, se deve à diversos fatores.

O primeiro deles tem a ver com o papel dos pais desses jovens como provedores dos recursos necessários à sua sobrevivência – tal como um “capital familiar” (SOUZA, 2009). Em determinado momento da vida desses jovens – muitas vezes antes até da conclusão do ensino fundamental – os pais, tais como mantenedores – tornam-se insuficientes nesses papéis, o que força os jovens a se lançarem no mercado de trabalho. Em linha com Rizzo e Chamon (2011), para os

jovens de camadas menos favorecidas, o trabalho acaba assumindo um papel central em suas identidades, através do qual seus status são “elevados” a uma posição na qual a relevância do estudo acaba comprometida.

“Eu estudava na parte da noite. Não, gostava, mas o que me atrapalhou foi justamente o trabalho. Eu ou trabalhava, ou estudava, porque eu sempre gostei de trabalhar, aí era uma coisa meio complicada. Onde eu trabalhava era longe, era em Ilha de Guaratiba, então eu pegava às 7 e saía do trabalho às 17h. Chegava em casa era 21h, as vezes 22h, então as vezes não tinha corpo físico pra ir pra aula”. – Rodrigo

Esse ganho de importância do trabalho frente à uma situação de restrição financeira concorda também com Kost (1996), em sua pesquisa que destaca o ganho em importância da atividade profissional entre jovens de camadas sociais menos favorecidas. As razões relacionadas a esse tipo de limitação variaram. Foram relatadas significativas restrições econômicas familiares, gravidezes não planejadas, casamentos dos jovens e até a morte dos pais.

“Eu fiz a burrice de engravidar cedo, aí no caso eu fui ter uma filha muito nova, tive que começar a trabalhar, essas coisas... Mas agora minha filha já está grande, a outra também, sempre trabalhei aqui e meio que relaxei um pouco. A maior decepção deles (dos pais) foi que eu engravidei com 15 anos e eu estava começando no Liceu, lá em Niterói” – Camila

“Mas aí mudou tudo pelo fato de eu ter perdido os meus pais: perdi muito novo. Minha mãe eu tinha 8 anos, meu pai eu tinha 13... E eu fiquei vulnerável. Tenho tios e tal, mas cada um com sua família. Aí eu fui morar só. Eu pago aluguel desde os 13 anos de idade, então é bem difícil” – Luís

A necessidade de cumprir com o pronto atendimento de demandas básicas de sobrevivência mostraram-se limitantes para alguns jovens zona norte, no que se refere ao desenvolvimento de um comportamento prospectivo, em linha com o que Souza (2010) afirma sobre as classes menos favorecidas no Brasil.

“Cara, eu não consigo pensar no futuro. Eu só penso no presente. Eu penso no hoje. O amanhã pertence a Deus, então eu não posso imaginar o meu futuro. Assim, porque tudo o que eu tenho hoje em dia, eu conquistei trabalhando aqui. Minha casa, minhas coisas... (...) E tudo trabalhando aqui, então eu não tenho esse pensamento pro futuro não. Sou mais o agora”. – Joana

“Às vezes não tem como eu ir embora, eu tenho que tirar um cochilo num ponto de ônibus... Aí eu fico por aí. Mas no futuro mesmo, o que eu esperava pra mim, eu não tenho mais. Eu não tenho mais o futuro que eu queria pra mim. Meu futuro já foi embora, porque eu já tô numa idade que não dá mais” – Iago

Como um agente de influência, a família despontou como a principal fonte de valores referentes ao trabalho. Tal influência foi observada de forma positiva e

negativa. No primeiro caso, os jovens se diziam inspirados a reproduzir as vivências profissionais de seus pais, por julgarem-nas bastante positivas e bem-sucedidas.

“Eu vejo muito a luta da minha mãe. Ela teve que trabalhar muito pra conseguir criar quatro filhos sozinha. Minha mãe foi pai e mãe, então eu me espelho muito nela. Minha mãe foi pai e mãe, minha avó foi pai e mãe, minha tia é pai e mãe. Agora eu: pai e mãe. Então eu valorizo muito o meu trabalho”. – Joana

Da forma negativa, os jovens percebiam no desempenho profissional dos pais um mau exemplo, a ser rechaçado, numa busca por bem-estar profissional.

“A minha mãe era mais de alimento e roupa limpa. (...) Minha mãe tá fazendo parte da minha vida de oito anos pra cá. (...) Ela era diarista... Mas minha mãe é preguiçosa, né?! Mas ela assim, quando fizemos 18 anos, que ela passou a ter mais acesso a nossa vida” – Antônio

Num sentido geral, percebeu-se claramente a tendência à reprodução dos padrões de vida dos próprios pais, uma vez que as aspirações se dão mais no sentido de uma manutenção da posição social, do que propriamente de ascensão. Essa percepção alinha-se ao que Bourdieu (2015) preconiza em sua teoria acerca de condicionantes sociais e tangencia também a questão do habitus clivado, referenciada por Friedman (2016). Dentre os jovens consultados nessa pesquisa, o habitus referente às suas origens não foi “quebrado” em função, seja do discurso de valorização do ensino na escola – existente, apesar de fraco – nem mesmo da passagem por uma experiência de ensino superior.

O suporte familiar limitado, associado à experiência escolar fragilizada agem de forma determinante no habitus profissional do jovem zona norte. A experiência da juventude, entendida da perspectiva sociológica, não como um conceito restrito a parâmetros objetivos, como a idade, mas como algo subjetivo e múltiplo (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012), no caso do jovem zona norte, parece ser encurtada. Isso porque percebeu-se ser comum dentre os jovens desse estrato social uma inserção no mercado de trabalho relativamente “abrupta”.

Nesse sentido, a percepção de agência/escolha, sobre a vida escolar e a vida profissional, torna-se questionável, uma vez que acontecem com a finalidade do atendimento a necessidades básicas – oriundas do suporte familiar limitado, bastante recorrente nesse grupo (RIZZO; CHAMON, 2011; DUFFY; AUTIN, 2013). Tendo isso em vista, a tônica meritocrática, destacada por Souza (2009; 2010), pode ser posta em dúvida na sociedade brasileira como um todo, visto que

para esses jovens, o acesso à uma experiência escolar de qualidade e a estabilidade/manutenção de um volume significativo de capital familiar – no sentido de provisão de recursos financeiros – não lhes são garantidos.

5.1.4.

O espectro do jovem zona norte

Com ciência das categorias emergentes dos dados coletados em campo junto aos jovens zona norte, tornou-se possível identificar os sujeitos Flávio e Iago como um caso “padrão” – por convergir em seu relato diversas das categorias relacionadas ao grupo dos jovens zona norte - e um caso “em destaque – por relatar uma vivência de certa forma diferenciada dentre os outros jovens no grupo ao qual foi associado, respectivamente. Acredita-se enriquecer a discussão dos resultados da pesquisa de campo com uma observação em detalhe das vivências desses jovens, no que se refere aos sentidos que eles atribuem ao trabalho e suas origens, assim como suas experiências familiares e escolares.

4.1.4.1 - Flávio: um caso padrão

Flávio não foi um dos jovens com quem a entrevista fora previamente agendada. Sua abordagem se deu, inclusive, devido à ausência de um outro jovem zona norte, que apesar de ter confirmado a sua disponibilidade em conceder uma entrevista, não compareceu no lugar e hora marcados: de manhã, cedo, no Centro. A outra entrevista “confirmada” do dia seria só à noite, então o retorno do pesquisador à sua cidade mostrou-se como uma opção viável. Enquanto caminhava na Praça XV, rumo à estação das barcas, resolveu arriscar uma abordagem a um jovem vendedor de salgados. Mal sabia que estava ali um caso padrão de jovem zona norte.

“Eu saio de casa 3:50 – eu sempre acordei três e pouco, pra vender biscoito também – lá em Magé, perto do Vale das Pedrinhas. Chego aqui cinco e pouca... O salgado é da fábrica. Antes eu vendia queijo, trabalhava no biscoito de manhã e no queijo a tarde. Aí o cara foi e inventou de ter recesso ano passado e parou de trabalhar. Como eu tinha família, tinha que arranjar alguma coisa pra fazer”. – Flávio

Perto da hora do almoço, com o sol a pino, Flávio já se preparava para encerrar mais um dia de trabalho. Aos 25 anos, já acumula oito anos de experiência

profissional. O interesse pela vida escolar nunca foi dos maiores. Ao ponderar sobre isso, o jovem associa diversos fatores que pesaram na sua vivência escolar:

“Eu estudei na Visconde de Sepetiba. Foi bom, porque eu não gostava de estudar mesmo, não tinha professor e foi aí mesmo que eu não aprendi nada, entendeu? Aí tinham que me passar, porque não tinha professor... E foi ruim porque eu não aprendi nada de matemática, física, essas coisas assim. (...) Cheguei até a fazer pré-vestibular pra militar, mas não vingou muito, porque eu não tinha base das matérias... Ainda mais com família, então, é complicado...” – Flávio

O casamento veio só aos 22 anos e já rendeu um fruto: uma filha. Mas desde os 17 ele começou a sentir a falta do suporte dos pais quanto a provisão de recursos financeiros. Sua mãe não trabalha. Seu pai, apesar da baixa escolaridade, conseguiu uma posição como servidor público federal – o que acabou confundindo Flávio quanto à relevância do estudo como uma ferramenta de acesso a posições profissionais mais privilegiadas:

“Meu pai é funcionário público federal, mas ele entrou quando não precisava nenhum estudo nem nada. Ele falou que fez qualquer prova, não tinha nada e entrou. Hoje, pra você entrar numa federal você tem que se matar de estudar. Aí eu achava que era fácil como meu pai trabalhava. Meu pai era funcionário federal e nunca estudou nem nada... Meu pai tem nem estudo, cara. Tem quinta série só. Eu achava que a vida era fácil igual a dele assim. Por isso nunca me preocupei muito” – Flávio

É relatado por Flávio um certo estímulo por parte do pai, no sentido de dar prosseguimento aos estudos, no ensino superior. Todavia, é perceptível a precariedade desse discurso de valorização da educação – até pelo exemplo que ele tinha em casa, com o pai.

“Eu decidi engenharia por causa de dinheiro. Falavam que dava dinheiro, eu achei que era fácil... Foi meu pai que ficava falando. Falando, falando pra eu fazer uma faculdade. Eu tava fazendo o pré-vestibular, aí na conversa, conversa vai, conversa vem e eu mudei. Eu ia fazer informática, era minha área já. Só que de última hora lá eu mudei pra engenharia. (...) E eu trabalhava em Alcântara, vendendo biscoito e eu trabalhava de tarde, dando aula de informática... E a única faculdade que tinha (aula à noite) era engenharia, aí eu fui e meti a cara em engenharia mesmo” – Flávio

A precariedade da sua base educacional nos ensinos fundamental e médio fez com que o jovem abandonasse os estudos logo no segundo período – com muitas matérias pendentes do primeiro período.

Todos esses pontos, referentes às suas vivências familiares e escolares acabam convergindo em sua explanação sobre os sentidos que atribui ao trabalho:

“Trabalho é o meio de sobrevivência pra mim. Se não tiver trabalho, não dá pra sobreviver. Porque quando eu fiz 18 anos eu não trabalhava, eu não tinha o que fazer. Meu pai não queria pagar uma faculdade. Eu queria fazer uma faculdade e meu pai não pagava. Se eu não trabalhasse eu não fazia nada. Eu comecei a trabalhar pra pagar a faculdade, mas acabou que eu não paguei a faculdade

(...)Acabou que eu nunca mais saia do biscoito, da rua, entendeu? (...) Se ele tivesse pago alguma faculdade pra mim, talvez um ano depois, com algum estágio, eu poderia pagar a minha faculdade. (...) Daí eu podia levar minha vida depois já. Mas aí se ninguém também nunca ensinou nada a ele...” – Flávio

Os tempos da Engenharia passaram. A ideia de um curso superior, de certa forma, ainda sobrevive. Mas quando fala agora sobre voltar para as salas de aula, Flávio tem em mente mais uma prática religiosa:

“Pretendo... Eu não sei se tem alguma coisa a ver, mas eu sou cristão, da Presbiteriana do Brasil, aí eu quero fazer seminário. Até comecei no início do ano passado, só que não deu... Agora eu quero me dedicar mais a igreja, à obra... E eu quero fazer faculdade de filosofia. Eu te falei, eu gosto de ler, eu gosto de história, aí pra mim faz um pouco de sentido também”. – Flávio

Flávio sintetiza em si diversos aspectos relacionáveis ao grupo dos jovens zona norte identificados nessa pesquisa. A começar pelo suporte (ou capital) familiar escasso, impondo-se como um fator limitante ao desenvolvimento de uma renda diferencial, capaz de alça-lo às boas posições profissionais (SOUZA, 2009; 2010). Associado a isso, uma experiência educacional extremamente frágil, que ainda procurou uma “sobrevida” numa tentativa de ingresso no ensino superior.

Nesse ponto, de certa forma, Flávio destoa do grupo dos jovens zona norte nesse sentido da trajetória escolar. Isso se dá pela diferenciação do status profissional do pai – funcionário público federal – que finda por ensaiar uma clivagem de habitus (FRIEDMAN, 2016), incentivando o filho a ingressar no ensino superior. Todavia, o habitus de classe pesa (BOURDIEU, 2015), tornando o discurso de valorização da educação pouco aderente.

Típica dentre os jovens zona norte, a necessidade de se sustentar se faz presente e Flávio é lançado no mercado de trabalho numa posição que lhe estava acessível – a venda de biscoitos. Essa decisão profissional não se deu pelo alinhamento a algum tipo de vocação que o jovem acreditava ter, visava apenas à satisfação de necessidades básicas, obedecendo de forma no mínimo “questionável” uma racionalização econômica.

O desdobramento da vida de Flávio reforça as mudanças de papéis sociais, tornando-o chefe de família. Emerge então uma nova fonte de sentido do trabalho: o sustento da própria família (ROSSO, DEKAS WRZESNIEWSKI, 2010).

O trabalho firma-se como um meio de subsistência para Flávio e a religião desponta como uma fonte secundária de sentido do trabalho – ambos característicos do grupo de jovens zona norte.

5.1.4.1.

Iago: um caso em destaque

O sujeito Iago possui características que o colocam em destaque dentre o grupo de jovens zona norte consultados nessa pesquisa, pela visível precariedade de sua trajetória. Seus relatos acerca de suas experiências familiares e escolares tornam-se interessantes, como uma perspectiva diferenciada, que visa a agregar conceitualmente a contemplação de uma noção de *habitus* do campo profissional dos jovens zona norte. Nesse sentido, de partida, é relevante explicar de que forma Iago se diferenciou estrato social ao qual foi associado. A começar pela sua profissão: engraxate.

Pelo Centro do Rio, a sensação é que eles estão em todo lugar. Ora sozinhos, ora em grupos, os jovens engraxates, carregando suas caixas de madeira, munidas de graxa, escovas e flanelas, andam pelas ruas da região, oferecendo seus serviços sem cobrar um valor propriamente estabelecido: em troca de gorjetas. A carência de recursos desse grupo de trabalhadores torna-se evidente, não só por toda a precariedade do seu modo de trabalhar, mas também pela própria aparência. Roupas simples, de um encardido que não se justifica pelo manuseio de graxas e o contato com calçados... Toda essa configuração faz com que muitas vezes, esses jovens trabalhadores sejam confundidos com jovens infratores. Tal confusão, pelas palavras de Iago, tem fundamento:

“A maioria dos menor que vem trabalhar, eles não vêm trabalhar não. Eles vêm pra roubar, pra pedir pra pagar coisa, fralda, aí fica fazendo isso pra vender na comunidade...” – Iago

As características desse grupo profissional destacavam-se no Centro como muito interessantes para a investigação a qual essa tese se propõe. Tratava-se de uma posição profissional limite, entre a mendicância/criminalidade e o emprego, propriamente. Todavia, apesar de bastante atraente para os propósitos da pesquisa, abordagem a algum engraxate era uma tarefa complicada, levando em consideração o clima de insegurança da região central da cidade do Rio e a condição de pesquisador: sempre sozinho, mochila nas costas, munido de aparelhos de gravação de voz e questionário na mão, abordando estranhos para entrevistas.

A oportunidade se fez quando Iago, sentado na porta de uma loja, pediu um almoço. A negociação se deu rapidamente e enquanto lanchava – nenhum lugar

mais servia almoço depois das 16h – Iago concedeu a entrevista. O quanto antes, apesar de sua abordagem, Iago esclareceu que era trabalhador. Aos 16 anos, já conta aproximadamente quatro anos de experiência profissional – anteriormente, fazia malabarismos em sinais de trânsito de sua cidade natal: Duque de Caxias. A precariedade é característica tanto de sua estrutura familiar, quanto de sua vida escolar.

“E eu também fui expulso de quatro colégios, porque eu era pequeno e eu era revoltado da vida. É porque eu não fui criado com a minha mãe. Eu cresci dois anos e meio num abrigo, aí minha mãe me pegou de volta. Mas aí eu não ficava mais com ela. Aí eu fui pra casa da minha tia, da minha tia me passaram pra casa de outro... Aí eu raspava o cabelo, tirava a sobancelha... Eu era meio atentado, levado”. – Iago

Pai desconhecido, mãe dependente química e com uma quantidade de irmãos que ele não consegue precisar exatamente quantos são. As inconstâncias das idas e vindas de abrigos e casas de parentes influenciaram o seu desempenho escolar de Iago:

“A maioria (dos professores) nem ligava pra mim. Eu chegava no colégio, abaixava a cabeça, ia dormir... Ou se não eu ficava olhando pra cara da professora... Eu sou, como se diz, canhoto, então eu escrevo lento. Aí as professoras não tinha paciência comigo. Aí quando eu chegava no meio da matéria, elas apagavam. Eu falava que eu tava copiando, mas apagava. Aí eu parava de tentar acompanhar eles. Aprendi a abaixar a cabeça e ficar quieto, só olhar. Aí eu parei de estudar.” – Iago

A “entrada no mundo do trabalho” se deu através do irmão – também dependente químico. Todavia, Iago disse sentir-se isolado entre seus pares:

“Eu comecei a trabalhar como engraxate com o meu irmão que ficou maluco, que usava loló. (...) Aí ele começou a querer saber de ficar fumando, usar droga... Eu fumo cigarro, mas aí eu não uso droga. (...) Aí eu evito de andar com eles, ando mais sozinho”. – Iago

Apesar de muito jovem, suas vivências, marcadas por privações de toda ordem: material, afetiva, limitaram suas idealizações profissionais. Este jovem de 16 anos não consegue mais vislumbrar um futuro profissional diferente da atual condição, marcada por forte precariedade. Não há horizontes futuros, nem tampouco esperança de “mudar de vida”. O futuro vislumbrado é apenas repetição do presente precário:

“Eu queria ser bombeiro. Eu parei de estudar, daí não deu. Agora eu não tenho mais essa coisa não, porque como eu sei que eu tô atrasado... Eu sei que eu não tenho mais o grau de estudo preciso pra ir pra lá, aí eu desisti. Eu só acordo de manhã, venho engraxar, depois eu vou pra casa”. – Iago

Apesar disso tudo, o trabalho é relatado por Iago como algo central em sua vida. Através da ocupação profissional, Iago sente-se digno e orgulhoso, por não ter optado pelo “mau caminho” – como já foi referenciado anteriormente, na apresentação dos aspectos morais referentes ao trabalho para o jovem zona norte. Todavia, sua resposta à questão da loteria (MORSE; WEISS, 1955) dá uma dimensão dos efeitos da precariedade do seu processo de socialização primária:

“Continuaria trabalhando. Voltaria a estudar, porque não ia precisar continuar trabalhando na cidade... Mas aí ia estudar a noite e trabalhar de dia, ajudando minha mãe. Ia estudar pra seguir meu sonho. A vida não é fácil na rua. Eu não gosto de ficar pedindo aos outros. (...) Eu peço porque eu não tenho escolha, uma melhora de vida, eu não tenho direito a isso”. – Iago

Em Iago percebe-se claramente toda a situação de reprodução social, através da ação de diversos condicionantes referentes às suas experiências escolar e familiar (BOURDIEU, 2015). Em linhas gerais, ele poderia ser considerado um caso “típico” do jovem zona norte. Todavia, o que coloca este jovem em destaque dentre o grupo consultado nesta tese é a situação extrema de sua precariedade, caracterizando-o como uma representante do que Souza (2009) chama de “ralé”.

Desde a sua origem, esse jovem é “marcado” por uma vulnerabilidade notória. A figura da mãe totalmente problemática, o pai ausente. As idas e vindas às “instituições” e às casas de parentes. O “saldo” do capital familiar (SOUZA, 2009) desse jovem é francamente negativo. O que repercute em sua experiência escolar – que além da fragilidade típica do grupo, ainda acontece de forma isenta quanto à supervisão familiar – por mais superficial que fosse – e carente de uma atenção especial em ambiente escolar, necessária frente à toda carência familiar.

Sua entrada no mercado de trabalho não poderia ser diferente. Seu reconhecimento social – tal como em Honneth (FUHRMAN, 2013) – é permanentemente desafiado, uma vez que ele ocupa uma posição profissional que pouco é diferenciada da mendicância, ou da criminalidade. Seu entorno – representado pelos colegas de profissão – inclusive, pende para esse lado negativo.

A fala desse jovem carrega um tom de desesperança com o porvir. Não se considera como “merecedor” de uma situação melhor. Já se percebe como sendo “velho demais” para redirecionar o rumo de sua vida. A reprodução de seu habitus, nesse sentido, pesa como uma condenação, que lhe foi determinada desde a sua origem, como um filho da “ralé” (SOUZA, 2009).

5.2. Jovem Zona Sul

“Poucos colegas chegaram ao terceiro ano com essa questão profissional definida. Posso contar umas três pessoas, amigos meus próximos, que chegaram sabendo o que queriam fazer. Eu, por exemplo, cheguei sem saber. Alguns dos que sabiam, trocaram depois... Acho que até o terceiro ano não tinha essa preocupação. Acho que nessa época começou a falar disso por causa da obrigação mesmo, de escolher”. – Daniel

Nesse grupo estão os jovens que têm, no mínimo, o ensino superior completo, da mesma forma que seus pais. Esses jovens, que serão chamados de jovem zona sul, estão empregados em cargos que demandam esse grau de instrução.

Num panorama que contemple os objetivos aos quais essa tese se propõe, percebeu-se, através dos relatos desses jovens, que o trabalho é uma fonte de prazer, está associado ao exercício de uma vocação, dotado de uma função social relevante, além de ser fonte de subsistência. Tais sentidos, segundo esses jovens trabalhadores, vêm da vivência do cotidiano de seus empregos e, de certa forma, de referências familiares – que se destacam como promotoras do desenvolvimento individual do jovem. O condicionamento social atinente à vida profissional nessa classe pôde ser caracterizado por uma experiência escolar axiomática, na qual discursos “ausentes” marcam o avanço desses jovens, tanto academicamente, quanto profissionalmente. Ao mesmo tempo, um suporte familiar amplo – que, ao mesmo tempo que liberta, de certa forma aprisiona – impacta diretamente a formação e a inserção no mercado de trabalho desse grupo de jovens empregados.

5.2.1. Os sentidos do trabalho

O trabalho também foi considerado central na constituição subjetiva individual para o jovem zona sul. Percebeu-se através das entrevistas que o trabalho representava mais do que (ainda que também) uma fonte de subsistência. Tal função, inclusive, adquire características específicas para essa classe – comumente relacionada ao consumo supérfluo e não somente à questão da sobrevivência material. Nos relatos dos jovens zona sul depreendesse um sentido hedonista, atribuído ao trabalho. Associado a isso, tem-se também a ideia do trabalho como um exercício vocacional, que objetiva ao cumprimento de uma função social útil e relevante, tanto para si, quanto para a sociedade em que ele convive. Destacou-se

também um sentido estrutural, normativo do trabalho na experiência de vida do jovem desse grupo, atinente ao estabelecimento de uma rotina – sem a qual, a vivência social, como um todo, perderia o sentido.

5.2.1.1. Necessidade

“O que eu acho de trabalho em geral é como sendo um meio de subsistência. Agora, se você dá a sorte de fazer a coisa que você gosta, aí vai ser uma fonte de subsistência com algo interessante” – Gustavo

Dos relatos dos jovens zona sul, a função de subsistência desponta como um dos sentidos atribuídos à atividade profissional, alinhando-se ao que fora constatado em Ruiz, Llaguno e Vázquez (2008) e Ferrari et al. (2009). Todavia, o conceito de subsistência em si pode ser questionado semanticamente, a partir das falas desses jovens. Isso porque, muitas vezes, a “necessidade” do jovem zona sul, nessa fase inicial de vivência no mercado de trabalho, tem menos a ver propriamente com a assunção de responsabilidades econômicas referentes à uma vida financeiramente emancipada e mais com o consumo com vistas ao lazer.

“Eu ainda moro com meus pais, então esses gastos de casa, luz, condomínio, essas coisas, eu não tenho. Mas as minhas contas eu pago. Meu pai não gasta quase nada comigo. Academia, quando eu saio, pra comer, transporte, essas coisas, sou eu que pago. Eu pretendo começar daqui a pouco a pagar meu telefone, porque ele é de uma conta conjunta lá de casa, mas as vezes eu saio, se minha mãe pedir pra comprar alguma coisa, eu compro”. – Daniel

Dentre os jovens consultados, em maior ou menor grau, a dependência econômica familiar ainda se fazia sensível. Todavia, o jovem zona sul, através do trabalho, orgulha-se por exercer uma profissão que lhe garante a renda necessária para o seu sustento, mesmo que ele se dê não de forma integral, mas simbólica – com a responsabilização do pagamento de algumas despesas pessoais, referentes a lazer, por exemplo. Esse tipo de valoração social através do trabalho pode ser associada à observação empírica de Ruiz, Llaguno e Vázquez (2008), que afirmam que para o jovem, o trabalho está associado à uma noção de prestígio social e também, de certa forma, à teoria do reconhecimento de Honneth (FUHRMANN, 2013), uma vez que tangencia dimensões subjetivas da representação do jovem perante a sua família. O esforço do jovem no mercado de trabalho, ao ser reconhecido positivamente pelos seus pais, contribui para essa percepção de valoração social. Além disso, através do seu trabalho, os jovens zona sul

considerados nessa pesquisa, apesar de ainda se beneficiarem da estabilidade financeira oriunda de seus pais, garantem os recursos necessários para manterem-se em movimento rumo à plena emancipação.

“E é claro, o trabalho também me dá o dinheiro que eu preciso pra fazer minhas coisas. Às vezes eu compro comida aqui pra casa, internet, tv a cabo... As contas básicas aqui de casa eu não pago não. Eu pagava meu plano de saúde, mas agora é o escritório que paga. Minha pós... Meu cartão... Eu tenho me controlado um pouco, porque eu tô pensando em sair de casa. Eu fico pensando que eu poderia economizar, gastar menos Uber, eu como muito fora... Tem muita saída, bar...” – Marcos

5.2.1.2.

Prazer e realização profissional

“Quando alguém tem algum problema e me procura, sinto um prazer enorme de fazer um trabalho. As minhas melhores petições são as que eu faço para a minha família, meus amigos... Tenho muito cuidado com tudo, porque eu tenho muito prazer nisso”. – Marcos

O trabalho também é dotado de um sentido hedonista na fala dos jovens zona sul. Para estes jovens, a atividade profissional não deve se resumir à obtenção dos recursos financeiros necessários ao custeio das despesas cotidianas. Há de se ter prazer naquilo que se faz profissionalmente. De outro modo, o exercício de uma atividade profissional vazia em prazer, seria a condenação à uma existência sem sentido, repetitiva e infeliz. Nesse sentido, os jovens dessa classe relataram que o trabalho há de ter um aspecto hedonista em si, sem o qual ele não se justificaria. Nesse ponto, os resultados da pesquisa desafiam a discussão referente ao sentido do trabalho entre jovens de Ruiz, Llaguno e Vázquez (2008), uma vez que as autoras identificaram como menos importante essas recompensas intrínsecas – referentes ao prazer e a realização profissional – quando comparadas ao fator da subsistência material. À noção essa noção hedonista do trabalho, associa-se também uma questão referente à realização profissional – que fica condicionada à realização de um trabalho prazeroso.

“É algo interessante. Eu tenho interesse pelo que eu faço. Eu fico além do tempo que eu precisaria ficar, por estar gostando do que eu estou fazendo. (...) Estou achando muito interessante. É uma atividade interessante que dá sentido na minha existência e retorno financeiro” – Gustavo

5.2.1.3. Vocação

“Eu sempre tive essa coisa com comunicação, sempre pendí pra área de comunicação. E eu sabia que pra área de comunicação eu teria que estudar. Eu queria ser repórter de TV. E o que eu precisava pra ser repórter de TV? Precisava estudar, fazer comunicação. Foi o sonho de ser jornalista. (...) Desde pequeno eu assistia muito jornal e pensava que queria estar ali”. – Pedro

Os jovens zona sul significaram o trabalho também como o exercício de uma vocação. Tal noção pôde ser associada à uma estrutura familiar provedora dos recursos dos mais diversos tipos – não só o financeiro, mas também o subjetivo e emocional que lhes propiciou um ambiente favorável à exploração de vocações. Estimulados a se desenvolverem sob diversos aspectos, inclusive o profissional, é possível extrair do discurso do jovem zona sul a ideia de construção de uma carreira em torno de algo que o próprio jovem teria se descoberto como nato.

Essa percepção do mostrou-se consoante às conclusões de Duffy et al. (2012) e Duffy e Autin (2013). Articulam-se nas declarações dos jovens uma percepção de controle sobre as decisões profissionais, viabilizada pelo aproveitamento de um significativo volume de capital familiar (SOUZA, 2009; LIPKIN; PERRYMORE, 2010) – representado pelo suporte emocional e financeiro dos pais quanto ao que se refere ao desenvolvimento educacional e profissional, à noção do exercício de algo ao qual ele teria “nascido” pra fazer.

As referências que podem ser consideradas tais como peças nessa construção inconsciente são oriundas tanto da vivência familiar – num sentido amplo, além da relação com os próprios pais – e também da vivência escolar – pela socialização com professores e colegas de classe. Todavia, muitas vezes, essa última instância passa despercebida, como inclusive já foi teoricamente defendido (FERRARI et al. 2009):

“Essas discussões (na escola) não me influenciaram necessariamente. Particularmente, eu sempre quis fazer Comunicação, sempre foi muito claro pra mim” – Pedro

5.2.1.4. Função social

“Acho que tem a ver com estar fazendo alguma coisa útil pra alguém, pra alguma coisa, ou pra mim mesmo. Acho que a gente quer conquistar coisas e a gente conquista essas coisas através do que faz. Acho que fazer algo útil pra vida, pro mundo, pra sociedade, pras pessoas...” – Pedro

Em oposição aos sentidos egocêntricos citados até então, um sentido altruísta se destaca na fala de alguns jovens zona sul. Para eles, o trabalho há de ser executado com o objetivo de cumprir com uma função social cujos benefícios resultantes extrapolem a satisfação de necessidades individuais. Nesse sentido, podem ser articuladas tanto a teoria do reconhecimento de Honneth (FUHRMANN, 2013), quanto à noção de valoração social identificada por Ferrari et al. (2009) como um dos sentidos do trabalho sinalizados por jovens. Os jovens zona sul relataram a importância do comprometimento com um trabalho que impacte de forma relevante, positiva e útil a sociedade na qual se insere, incorporando a si sentidos sociais positivos resultantes da sua atividade profissional.

“Gosto da função do advogado, da função social, o que ele representa... É muito relevante. Eu tinha muito da ideia de ser defensor público, ele é um advogado que atua pras pessoas que não podem pagar. Achava isso muito digno. Além de ganhar dinheiro” – Marcos

Foi possível perceber nas entrevistas com os jovens das classes mais abastadas que a consideração à essa dimensão social na significação do trabalho acaba agindo de modo a reforçar o aspecto hedonista do trabalho. O prazer inerente ao trabalho, isento dessa função social, na fala de alguns jovens, estaria incompleto.

“Engenharia ambiental porque no IFES estava tendo uma feira de seminários com tema de sustentabilidade e eu fui assistir à uma palestra de uma engenheira ambiental da Samarco. E eu achei incrível, muito legal o que ela fazia, como ela fazia... O que ela fazia era muito interessante, tipo, ela pegava aquela água podre da Samarco e tratava, antes de jogar no rio. Eu achei muito interessante e descobri o que eu queria fazer. E foi assim. Eu ia trabalhar com meio ambiente, que é o que eu gosto, e ao mesmo tempo ganhar dinheiro também” – Gustavo

5.2.1.5. Rotina

“Eu fiz o Ciências Sem Fronteiras, teve uma época que acabou e eu fiquei lá. (...) Tem uma hora que cansa. Tá, é maneiro viajar, conhecer tudo... Ao mesmo tempo, não ter uma rotina é muito chato. (...) Você fica meio vago... (...) O trabalho te cobra, tem um nível de cobrança... (...) você se sente como se servisse para alguma coisa, eu acho”. – Gustavo

Outro sentido importante atribuído ao trabalho foi enunciado pelos jovens zona sul: aquele que se refere à rotina que o trabalho representa, organizando e normatizando a própria existência do jovem, num sentido amplo. De acordo com os trabalhadores dessa classe, o oposto do trabalho seria o ócio, a ausência de rotina. Tal fato esvaziaria a vida, nesse sentido, o trabalho cumpre uma função fundamental. Tal percepção reverbera postulados clássicos da Sociologia, no que

diz respeito à noção weberiana da racionalização econômica da experiência individual (WEBER, 1982; TAYLOR, 1997; GORZ, 2003). A percepção de uma “existência significativa”, dependente do comprometimento com uma atividade profissional, ratifica a internalização da lógica de mercado capitalista e de sua internalização na prática cotidiana desses jovens. A “simples” existência, paralela ao exercício de uma atividade profissional se esvaziaria de sentido.

O trabalho, nesse caso, significa algo com o qual estes jovens poderiam se comprometer, fiar o seu cotidiano, a fim de atender a demandas diversas, tanto individuais, quanto organizacionais e sociais – objetivas e subjetivas. Tal como uma atividade normativa, o trabalho representaria um fator de regularização da experiência de vida desses sujeitos.

“Então eu nunca tive rotina. (...) Trabalho você tem, trabalho é uma rotina. Você não pode dizer que não vai ao trabalho... Faz parte da existência, de ter uma motivação, de acordar e fazer alguma coisa. Tem uma função importante na minha existência. Se eu existisse sem trabalhar, seria um desperdício, faltaria uma motivação”. – Julio

5.2.2.

As origens do sentido do trabalho

Questionados sobre a origem dos sentidos que atribuem ao trabalho, uma perceptível compreensão de que eles se dão a partir de construções reflexivas, ponderadas por si próprios, pôde ser extraída das declarações dos jovens zona sul. É como se a percepção das experiências externas fosse travestida de elucubrações pessoais. Numa linha de entendimento, destacam-se as percepções do cotidiano profissional desses trabalhadores. As sucessivas vivências da rotina de trabalho moldariam no consciente do sujeito os sentidos referentes à atividade profissional de diversas formas. Numa outra linha de compreensão das origens dos sentidos do trabalho, destaca-se a figura da família, como promotora da base necessária para as construções subjetivas pessoais dos jovens.

5.2.2.1.

Cotidiano de trabalho

“Acho que esse entendimento vem da prática, da vivência... Da criação que a gente tem, do meio que a gente vive... A gente vai moldando e mudando a nossa ideia. Ao longo desses anos, se eu pegar os últimos cinco, meu entendimento sobre trabalho mudou muito e muito pelo que eu vivi. As experiências boas e as experiências ruins de trabalho”. – Pedro

Os jovens zona sul afirmaram reconhecer na vivência do cotidiano profissional a origem dos sentidos que atribuem ao trabalho. Tal como uma relação dialética, na qual eles articulam suas expectativas quanto ao trabalho, com as experiências reais daquilo que acontece no dia a dia. A partir da síntese dessas duas instâncias é que os sentidos do trabalho emergiriam, tal como num misto entre “self”, “outros” e “contexto”, conforme a terminologia de Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010). A partir dos relatos coletados junto aos jovens zona sul, a construção do sentido através da prática se dá de duas formas: através do reconhecimento e da autenticidade.

“Foi mais na prática. Então, eu até ouvia casos sobre a função social do trabalho do advogado, mas não me chamava atenção, porque eu não via na prática. (...) Eu não via antes... Foi no dia a dia, quando eu recebia o feedback positivo de alguém. Aí comecei a ver que era importante o meu trabalho na vida das pessoas”. – Marcos

Por reconhecimento, tem-se a valorização do desempenho do jovem naquilo que ele se propõe a realizar no seu trabalho. Seja oriundo de superiores, de pares, ou qualquer tipo de interface externa – clientes, por exemplo. A percepção de terceiros de que sua atuação profissional gerou um impacto positivo influencia a dotação de sentidos ao trabalho dos jovens zona sul, o que reverbera os postulados referentes ao conceito de geração Y, que destacam a relevância que os jovens contemporâneos dão ao reconhecimento/valorização de seus feitos (SMOLA; SUTTON, 2002; ALSOP, 2008; TULGAN, 2009).

“Agora, engenharia, eu escolhi mais por mim mesmo. Não foi porque eu conheci alguém que era engenheiro, ou aspirava ser alguém parecido... Eu achava que combinava comigo, tinha disciplinas que eu gostaria de fazer e eu ia me dar bem... E eu acho que foi isso”. – Julio

Por sua vez, a autenticidade faz referência à noção que o jovem zona sul tem, de que trabalha com algo que “tem a ver” com ele, ratificando o argumento de Hackman e Lawler III (1971). A percepção de concordância entre as características do trabalho e a personalidade do jovem resultam em satisfação com a atividade profissional. Esse alinhamento entre a sua percepção sobre si mesmo com a ideia que ele tem sobre aquilo com o que ele trabalha também faz parte da construção dos sentidos atribuídos ao trabalho.

Nesse sentido, notou-se que os relatos dos jovens zona sul acerca das origens dos sentidos que atribuem ao trabalho é oriunda da interação de fatores externos – interação com pares e superiores – com percepções subjetivas construídas sob

influência dos valores, motivações e crenças relacionadas ao trabalho do jovem trabalhador (ROSSO; DEKAS; WRZESNIEWSKI, 2010).

5.2.2.2. Família

“Acho que já da bagagem que eu trouxe de família, porque a gente sempre conversou bastante sobre isso e dessas experiências que eu tive. Tô falando da parte de fazer o que você gosta, não escolher seu trabalho só por causa do dinheiro... Ele é importante, mas também não adianta você fazer uma coisa que você ganha muito dinheiro, mas também detesta, né?!” – Daniel

A categoria “família”, atinente às origens do sentido do trabalho, trata da capacidade da família em promover o desenvolvimento individual do jovem zona sul. A partir daí, torna-se viável a percepção do jovem sobre si mesmo como um “autor” solo dos sentidos que atribui à atividade profissional. Através das falas dos jovens profissionais desse grupo, percebeu-se a interferência meio que “silenciosa” da família nesse sentido, tal como uma influência externa, travestida de um processamento subjetivo e pessoal do jovem através de diversas frentes.

“Ela (mãe) influencia porque me banca ainda. Desde criança minha mãe diz pra eu ser alguém na vida. E ser alguém na vida pra ela é estudar. Mas tipo, ela nunca me sugeriu nada de curso. Era só pra estudar. Até porque minha mãe não é materialista. Ela nunca focou nessa coisa de ter dinheiro, era eu que queria mesmo. O que ela sempre falava é que isso era o que nunca ninguém tiraria de mim. Essas coisas bem clichê...” – Gustavo

Emergem dos relatos dos jovens zona sul diversos exemplos da influência da família dos jovens zona sul na construção de sentidos do trabalho. Os pais estimulam o desenvolvimento dos potenciais dos seus filhos – investindo em cursos e orientações profissionais relacionadas ao trabalho, por exemplo, em linha com a teoria weberiana de classe, sobre a “posse de bens” que redundam em oportunidades na vida (WEBER, 1982). São os pais que propiciam as condições materiais e emocionais que os fazem “naturalizar” que a escolha da profissão foi uma decisão autônoma, baseada nos desejos e aspirações individuais – numa manifestação clara da relevância do capital familiar (SOUZA, 2009) dentre as classes sociais mais abastadas. Identificar as vocações e buscar trabalhos com os quais se realizam é uma marca distintiva desse grupo e essa possibilidade está fortemente associada à sua origem social privilegiada, em linha com Duffy et al. (2012) e Duffy e Autin (2013).

A motivação à busca por uma profissão que o realize subjetivamente, que o faça feliz, também pôde ser destacada, dentre as entrevistas. Num sentido mais amplo, diversos familiares podem gerar algum tipo de influência, tecendo comentários sobre as decisões profissionais desse jovem.

“Eu tinha uma tia, irmã do meu pai, que era uma segunda mãe, que ela teve uma influência importante nesse sentido (...) E eu tive uma conversa com ela (...). Ela me chamou, daí ela abriu um jornal, ela olhou, me mostrou e falou assim: ‘eu quero que você estude muito, porque é muito triste uma pessoa que abre o jornal e não compreende aquilo que ela lê, ou não se interessa...’ Ela me motivou, né?! (...) Eu já tinha a ideia de que queria ir pra Comunicação, foi até interessante essa coisa da conversa, de ela abrir um jornal... Então isso me influenciou”. – Pedro

Dentre os jovens zona sul consultados nessa pesquisa, a interferência da família como uma origem de sentido do trabalho parece se dar de forma subliminar, pelas falas dos jovens, que findam identificando em si mesmos como construtores dos sentidos que atribuem à atividade profissional.

5.2.3.

Os condicionantes sociais do campo profissional

Através das declarações dos jovens zona sul sobre a questão profissional articulada às suas vivências familiares e escolares foi possível identificar os condicionantes sociais referentes ao campo profissional dos sujeitos consultados desse grupo específico. Diversos fatores puderam ser depreendidos das falas desses jovens, oferecendo indícios de como essa socialização primária, experimentada junto à família e na escola, poderiam ter enviesado as construções objetivas e subjetivas atinentes ao trabalho.

Dentre os jovens zona sul, a escola figurou como o único caminho a se trilhar: desde a mais tenra infância e por mais de décadas. Nesse ambiente escolar, um discurso latente, socializado de forma tácita – tanto entre professores, quanto entre colegas de turma – conduzem as orientações profissionais desses jovens. O preparo para a seleção e entrada no ensino superior desponta como um marco de transição distintiva nesse estrato social, cujos integrantes se veem orientados a atender determinadas demandas, relacionadas às escolhas de cursos e carreiras específicos.

Já sobre a família do jovem zona sul, foi possível extrair das entrevistas a percepção de que ela ofereceria um amplo suporte – tanto no sentido da provisão de recursos financeiros, quanto numa abordagem subjetiva e emocional. No ambiente familiar seria fomentada uma sensação de liberdade, de onde emergiriam

“infinitas” possibilidades atinente às escolhas profissionais do jovem. Tudo dependeria das suas motivações pessoais, em busca da sua realização pessoal. Todavia, essa “liberdade” ocorre de forma circunscrita a determinados critérios, a fim de que seja garantido a manutenção e/ou incremento do status social.

5.2.3.1.

Socialização primária no ambiente escolar

“Então eu não fiz muita atenção, não inquiri muito os meus professores sobre isso, até porque eu não sabia muito bem com o que eu queria trabalhar, pra mim ainda tava muito distante, ainda via muito obstáculos de estudo no meio do caminho – obstáculos no bom sentido. Ainda teria que transpor muita coisa... Então a questão do trabalho pra mim ainda era muito distante” – Bruno

Não existe outro caminho que não o da escola, segundo as declarações dos jovens zona sul acerca das suas vivências do ambiente escolar. Tal como um axioma existencial: sem um caminho alternativo. Todos esses jovens ingressaram nessa instituição ainda na mais tenra idade e continuaram seus estudos até a conclusão do ensino superior e/ou cursos de pós-graduação. Essa experiência escolar estável e longa acaba ficando de acordo com as populares teorias relacionadas ao conceito da geração Y, que associam o jovem contemporâneo à noção de um sujeito bem educado – bem mais que as gerações anteriores, inclusive (SMOLA; SUTTON, 2002; ALSOP, 2008; NG; SCHWEITZER; LYONS, 2010).

O fenômeno da evasão escolar não é relatado dentre os jovens dessa classe. Da mesma forma que a família, a percepção da escola, como um agente de influência sobre as inclinações e decisões concernentes à vida profissional do jovem, passa despercebida, corroborando Ferrari et al. (2009) que não identificou a escola como um agente de influência na atribuição de sentidos ao trabalho entre jovens. Todavia, depreende-se do relato do jovem zona sul a existência de um discurso – por vezes ocultos, por vezes exposto – mas que torna-se conspícuo através da socialização no ambiente escolar.

Da fala dos jovens zona sul depreende-se um grande volume de capital familiar, conforme define Souza (2009), referente à estabilidade – financeira e emocional – oferecida pela estrutura familiar. Tal estabilidade garante o acesso do jovem ao sistema de educação, onde de forma “subliminar”, todo o habitus profissional começa a ser moldado e internalizado (BOURDIEU, 2015). Neste

habitus, não são consideradas carreiras que fujam ao ensino superior e nesse sentido, as “vocações” acabam sendo de certa forma moldadas.

“Eu pensei em ser jornalista, porque eu tinha, desde o ensino fundamental, os professores diziam que eu escrevia muito bem, eu tirava nota máxima, ou quase máxima, e eu era sempre elogiado por conta disso. Eu achava que isso tinha a ver comigo, por escrever bem eu seria um bom jornalista. Foi bem gradual a ida pro Direito. (...) Daí teve toda aquela questão de não precisar de diploma pra exercer... Acabou que isso foi um fator...” – Marcos

Os professores, por exemplo, destacam-se como motivadores. Através de uma narrativa quase subliminar, eles posicionam-se incisivamente, determinando os referenciais de sucesso e de fracasso relacionados aos aspectos profissionais da vida dos jovens zona sul. As universidades a serem escolhidas e aquelas a serem evitadas. Os cursos “que dão dinheiro” e aqueles que “todo mundo passa”. O discurso propagado por esse tipo de socialização é registrado subjetivamente pelos jovens zona sul e foi possível evidenciá-lo em suas entrevistas.

“No Ensino Médio, os professores querem resultado, que passem no vestibular... Aí tinha uma cobrança, falavam zoando: ‘tem problema não, depois você faz uma particular’”. – Gustavo

“Aprendi que você tem que trabalhar, ou você vai ter uma... Vai ser escolarizado, vai ter um nível médio, você vai se ferrar. Se tiver um nível técnico, você pode se dar bem. Se você tiver um superior, você provavelmente vai se dar bem. Era basicamente isso que meus professores falavam”. – Gustavo

“Era sempre vendo a questão de aliar a sua aptidão ao que o mercado quer. Tinha sempre o papo de ‘ah, o que está em alta?’, ‘o que está concorrido pra passar?’, ‘o que dá dinheiro?’. Mas eu, a princípio, não ligava pra essas coisas assim, eu achava que eu tinha que ligar mais para o que era a minha aptidão. Depois que eu fui pensar um pouco mais no lado financeiro, se realmente ia me dar um bom salário, enfim...” – Marcos

De forma semelhante, a socialização com os colegas da escola também imprime no inconsciente do jovem zona sul narrativas competitivas. Bastante fundamentadas nos discursos “socializados” pelos professores, é perceptível nos relatos dos jovens zona sul uma noção de disputa, referente à ideia do sucesso de ter escolhido uma “boa” carreira, numa universidade de qualidade, etc.

“Quando a gente estava mais pra ensino médio existia esse assunto, pela questão do vestibular. (...)Tinha sempre o papo de ‘ah, o que está em alta?’, ‘o que está concorrido pra passar?’, ‘o que dá dinheiro?’, mas eu, a princípio, não ligava pra essas coisas assim, eu achava que eu tinha que ligar mais para o que era a minha aptidão. Depois que eu fui pensar um pouco mais no lado financeiro, se realmente ia me dar um bom salário, enfim...” – Marcos

Esse enviesamento economicamente racionalizado é consoante com os postulados da teoria weberiana (WEBER, 1982), reverberada por Taylor (1997) e Gorz (2003), que destacam como o capitalismo é internalizado nas práticas sociais, convertendo-as em atos análogos à dinâmica de mercado, como essa adequação vocacional ao que “está em alta”. Para os jovens zona sul entrevistados nesta pesquisa, recompensas econômicas vantajosas mostraram-se determinantes na escolha ou recusa por uma determinada carreira.

“Na escola, como eu estudei na escola técnica, todos os professores eram engenheiros. Mecânico, metalúrgico, eletricitista... Todos eles eram engenheiros, talvez isso me influenciou. O salário deles, eu acho... A gente sabia, por serem funcionários públicos. E ainda eram engenheiros, ou seja: davam aula duas vezes na semana e ainda é engenheiro na empresa tal, é fodão na empresa, isso com certeza me influenciou a escolher Engenharia”. – Gustavo

Dessa maneira, apesar de não ser percebida/mencionada claramente pelo jovem zona sul como uma agente de influência no campo profissional – em linha com Ferrari et al. (2009) – a escola se faz presente na definição da trajetória profissional dessa classe social.

“Era uma dúvida sobre um possível insucesso caso eu fizesse uma faculdade particular... Tinha um lobbyzinho em torno disso, sobre a escola pública – uma vez que eles se vendiam sobre a quantidade de aprovação nas universidades públicas. Porque é a faculdade pública que vai te alçar, a faculdade pública que vai te botar num trabalho melhor, a faculdade pública que pesa no currículo e você vai ser contratado...” – Pedro

A percepção do avanço na educação formal, entendida como um tipo de bem, através do qual se alcançariam os melhores postos de trabalho é consoante com a noção weberiana de classe (WEBER, 1982) – que entenderia a posse desses altos graus de instrução como fontes de oportunidades de vida futuras - e com o conceito de capital cultural de Bourdieu (2015). Sustentada pelo capital familiar (SOUZA, 2009), o percurso do jovem até os mais altos graus de formação garante a ele o desenvolvimento e acúmulo da renda diferencial (SOUZA, 2010), determinante do sucesso na sociedade “neoliberal” brasileira.

5.2.3.2.

Socialização primária no ambiente familiar

“Talvez essa que foi a influência da minha mãe, que por não ser uma pessoa materialista, não me influenciou a olhar o dinheiro. Porque teoricamente, pra mim seria muito mais rápido e muito mais fácil... (...) estar trabalhando como técnico

naval (...) Mas na minha cabeça, eu continuaria sendo técnico e eu não queria". – Gustavo

A família do jovem zona sul, por sua vez, é retratada nas entrevistas como provedora de amplo suporte em diversas frentes, tanto financeira, quanto emocionalmente – endossando a noção de desenvolvimento e acúmulo de um significativo volume de capital familiar, a fim de viabilizar o desenvolvimento de uma renda diferencial no mercado de trabalho (SOUZA, 2009; 2010). Sem um prazo estabelecido, ela consolida-se como um porto seguro na experiência de vida destes jovens – tal como é argumentado em Lipkin e Perrymore (2010), com o conceito dos pais-helicóptero, que se movimentam proativamente na proteção/remediação do jovem, frente a qualquer situação de risco.

A influência familiar no campo profissional acontece de forma ambígua. Isso se dá pelo fato de que a família, ao mesmo tempo em que fomenta uma suposta liberdade na busca pela realização pessoal do jovem – cuja dimensão profissional é apenas um dos múltiplos aspectos relacionados – ela também delimita uma área de possibilidades disponíveis ao jovem zona sul. Nesse sentido, tornar-se-ia viável ao jovem dessa classe a “realização” – desde que circunscrita aos padrões familiares do que “realização” seria.

A família do jovem zona sul não se furta de investir no desenvolvimento dos potenciais de seus filhos. Os mais diversos cursos, os mais variados tipos de orientação profissional: percebe-se na fala dos jovens dessa classe social que os gastos com a formação/desenvolvimento deles era um item importante no orçamento familiar – semelhante à noção weberiana, sobre a posse de bens que poderiam resultar em oportunidades de vida diferenciadas.

“Tipo, meus pais viram que no ano anterior eu não tinha condição alguma de ter passado, então eles “ah, você quer fazer medicina mesmo?”, aí eles foram lá e me colocaram em coisas pra eu me preparar. Eu entrei no pré-vestibular e a tarde tinha várias aulas de reforço. Aí eu fiz as que eu era mais fraco no ano anterior: matemática, física, química, biologia e redação” – Daniel

Todavia, ao mesmo tempo, essa família provedora e investidora, de certa maneira “cobra seus dividendos”, ao se impor ao jovem com um repertório de carreiras possíveis.

“Minha mãe talvez tenha tido alguma influência, não pra ser advogado, mas estar na área de direito. Ela, apesar de tentar não transparecer, ela tinha essa ideia do concurso, ela achava que meu potencial seria melhor utilizado na área do concurso. Meus pais são concursados. Tinha um pouco de sentido nisso. (...) Mas eu acho que a minha escolha foi

mais ou menos independente. (...) Por ela ser concursada, ela tinha essa ideia que a profissão que eu fosse escolher tinha que ter estabilidade”. – Marcos

Foi possível perceber nas entrevistas que apesar da ideia de liberdade, muito enfatizada discursivamente, na prática, a família mostra-se bem eficaz na determinação do jovem zona sul em suas escolhas profissionais. As carreiras “certas” podem variar conforme o padrão comportamental da família – se mais tradicional, ou se mais alternativa – mas é evidente a sua capacidade de influência, através dos relatos dos jovens.

“Porque desde novo eu tomo minhas próprias decisões. Apesar de ter tido essa influência, se eu realmente quisesse ter feito artes, eu teria feito. No final das contas fui eu quem decidiu fazer engenharia, não foi porque eles disseram alguma coisa... Meus pais são muito assim, de boa”. – Julio

Tal determinação se dá na intenção de garantir ao jovem, no mínimo, a manutenção de sua posição social, tal como Weber (1982) preconizava, ao sinalizar os esforços individuais para o permanecimento num determinado estamento social. Nesse sentido, a racionalização econômica (WEBER, 1982; TAYLOR, 1997; GORZ, 2003) do pensamento referente às orientações profissionais aos jovens zona sul se faz sensível. Em sua maior parte, os pais dos jovens zona sul partiriam da ideia de que a realização pessoal passaria pela manutenção ou melhoria da condição financeira e social do jovem. Nesse sentido, a partir das próprias vivências sobre quais seriam as carreiras “boas” e “ruins”, essas famílias conseguem relativamente orientar as decisões profissionais desses jovens – garantindo a perpetuação do habitus (BOURDIEU, 2015).

“Eu nunca tive essa visão, de escolher uma coisa só porque dá dinheiro, sem eu gostar. Tem que equilibrar os dois. Nem fazer uma coisa que você gosta muito, mas que não dê renda. Só se você for uma pessoa que não ligar muito... Mas hoje em dia, sei lá, acho meio difícil. Só se for uma pessoa mega hippie... Desprendida de bens materiais. Eu não sou e nem na minha família eu vi algo parecido”. – Daniel

5.2.4. O espectro do jovem zona sul

Há de se reforçar que o grupo categorizado como jovens zona sul também não se constitui de forma sólida, monolítica. Dentre os seus representantes, foram identificadas diferentes gradações, desde os mais caricatos, até casos bem peculiares. A fim de tangibilizar os achados desta pesquisa, dentre o grupo de

jovens zona sul consultados, também foram considerados em detalhe um “caso padrão” e um “caso em destaque”.

5.2.4.1.

Daniel: um caso padrão

Levando em consideração as categorias emergentes dos dados coletados em campo, o sujeito Daniel é o que pode ser considerado um exemplo de jovem zona sul padrão. A observação em detalhe desse jovem em específico, com suas diversas particularidades referentes às suas vivências escolares, familiares e profissionais possibilitaram a ratificação do “padrão” identificado por essa pesquisa – tanto no que se refere ao fenômeno de dotação de sentido ao trabalho e do condicionamento social do campo profissional atinentes ao grupo ao qual ele foi associado.

Daniel é um dos jovens cujo acesso foi realizado através da rede de contatos pessoais do pesquisador e por isso, foi possível realizar a entrevista durante num final de semana. Essa foi a solução encontrada a fim de contornar uma limitação referente à rotina do jovem. Daniel não mora na cidade do Rio e os trajetos de ida e vinda do trabalho já tomam três horas de seu dia. Some-se a isso as nove horas de trabalho. Além disso, três vezes na semana, Daniel se dedica a um curso de pós-graduação em outra região da cidade, que não o Centro. Cada uma das aulas deste curso dura três horas. Encaixar uma entrevista em profundidade nessa rotina dos dias úteis era inviável. A oportunidade se fez com um convite pra uma pizza, num bar perto de sua casa.

Coincidentemente, Daniel havia sido contratado recentemente para um cargo numa empresa que o pesquisador já havia ocupado. Mas esse não era o primeiro emprego do jovem. Aos 27 anos, morando com os pais, ele já acumulava cinco anos de experiência profissional, através dos diversos estágios pelos quais passou, durante a sua graduação no curso de Engenharia Civil numa universidade federal.

“Então, eu estou há um mês só lá, mas eu acho que esse um mês já mostrou como é. De todos os trabalhos que eu tive, esse é o que eu tenho menos tempo à toa. Fico praticamente todo o tempo fazendo alguma coisa. E eu acho isso bom, porque muitas vezes você tem trabalho que você fica sem ter o que fazer e acaba ficando mais chato, a hora demora a passar... E lá eu acho que a hora passa muito rápido”. – Daniel.

Essa animação se contrasta com a dificuldade que Daniel encontrou para reposicionar-se no mercado de trabalho, não mais como estagiário, mas como

engenheiro. Depois da formatura, as vagas para engenheiros não estavam disponíveis e a permanência no mercado de trabalho se manteve, só que na condição de “à procura de uma posição”.

Passado algum tempo ocioso depois da formatura, Daniel ponderou que se expandisse de forma diversificada as suas competências acadêmicas, seria possível desenvolver habilidades profissionais variadas, tornando-se elegível à uma maior quantidade de posições profissionais. Nesse sentido, o jovem decidiu investir seu tempo num curso de pós-graduação, só que na área de Administração de Empresas. O investimento financeiro relacionado, todavia, ficou por conta de seus pais.

De certa forma, a ciência sobre esse sentido utilitário da educação, visando ao desenvolvimento profissional era recente. Dos tempos de escola (até a conclusão do ensino médio), as lembranças são mais referentes a um bom ambiente para a socialização, do que propriamente a um lugar de formação para o mercado do trabalho.

“Gostava (da escola), cara, minha escola era muito grande, tinha muita abertura pra fazer atividades variadas, não era aquela escola que era pequena, que você só ia pra estudar mesmo. Então era uma escola que incluía muito, tinha muitos amigos, eram várias turmas, de várias séries... Então o convívio social era muito bom”. – Daniel

“Mas lá (na escola), na época que eu estudei, não era muito presente esse debate sobre trabalho... Tinha uma aula, um tempo na semana, que era um tempo tipo, do serviço social, assim, de aconselhamento e tal, mas era muito rápido e era uma coisa que a gente não ligava muito... Daí chegou o terceiro ano e o pessoal ficou assim, né, meio desorientado...” – Daniel

A desorientação tinha a ver com uma “escolha” que, apesar de não percebida por Daniel, colocava-se de maneira axiomática no ambiente escolar do jovem: seu ingresso no ensino superior.

“Eu lembro que teve vezes que a gente fez teste vocacional. Teve outras atividades que eu não lembro muito bem, mas assim... Pelo que eu lembre não me ajudou muito, não foi nada muito marcante, porque eu só me lembro desse teste vocacional que eu fiz uma vez e também fiz sem muito afinco. Eles não deixavam muito clara a importância daquilo. Você chega no terceiro ano meio avoado”. – Daniel

Enquanto ainda planava sem um destino certo, arriscou um vestibular em Medicina. Não foi aprovado. E como trazia da escola: o ensino superior era o único caminho. Nesse momento, o apoio dos pais – emocional e econômico – foi essencial.

“Aí, eles (os pais) foram lá e me colocaram em coisas pra eu me preparar. (...) Aí, eu comecei a achar biologia muito chato, que foi a aula que eles me botaram, que

eu comecei a fazer, era muito aprofundada e eu comecei a achar um saco e eu comecei a gostar de outras coisas. De tipo, física e matemática, que eu odiava, eu comecei a gostar, porque comecei a entender. Então isso meio que também ajudou”.
– Daniel

A oportunidade de intensificar os estudos foi bem aproveitada. Além de se encontrar profissionalmente, numa carreira que verdadeiramente se identificava, Daniel conseguiu aprovar-se numa universidade de prestígio e pública. Seu pai é engenheiro, inclusive. Mas o jovem afirma que isso não foi um fator determinante na sua escolha:

“Não... Meu pai sempre deixou aberto, pra eu escolher o que eu quisesse, nunca forçava nada. O resto da família também, eu lembro que na época que eu falei que ia fazer Medicina, sofri uma pressão de algumas familiares minhas, querendo fazer cirurgia de graça depois... Mas na brincadeira, não foi nada sério”. – Daniel

O curso transcorreu tranquilo. O quanto antes, Daniel candidatou-se a estágios – o que lhe garantiu a já considerável experiência profissional. Ponderando sobre o sentido do trabalho, ele se posiciona alinhado à uma discussão científica que lhe fora apresentada na pós:

“Tive até aula sobre isso há pouco tempo. Eu acho que assim, pelo menos 50%, acho que a maior parte das pessoas, o benefício financeiro é tipo 50% da importância, mais ou menos. E os outros 50% são outras coisas, tipo realização, você ter uma missão na sua vida, você trabalhar com alguma coisa, alguma causa que seja, que vá beneficiar alguém, algum grupo de pessoas...” – Daniel

Todavia, sua resposta à questão da loteria, pareceu ter deixado escapar uma vocação em potencial:

“Talvez eu fizesse alguma coisa que eu achasse super legal. (...) Desde criança, eu tenho vontade de, se eu tivesse dinheiro, chegasse num nível que eu pudesse abrir uma coisa minha, eu tinha vontade de ter uma empresa, tipo assim, de festa de criança. Não faço agora porque não tenho dinheiro. Acho que é uma coisa condicionada a ter dinheiro... (...) Acho que desde criança eu gostava de fazer festa. Nossa mãe sempre fez nossas festas e tal. Ai eu comecei a gostar, ajudava também”. – Daniel

Depreende-se do relato de Daniel um perfil quase que ideal de jovem zona sul. Todo o seu processo de socialização primária – com o suporte ilimitado de sua família, associado aos discursos implícitos (porém incisivos) do ambiente escolar – viabilizou o desenvolvimento de uma renda diferencial que se coloca como determinante em sua trajetória profissional, a fim de reproduzir seu habitus de jovem zona sul (SOUZA, 2009; BOURDIEU, 2015). Tal realidade alinha-se ao estereótipo proposto pelas teorias de geração Y (SMOLA; SUTTON, 2002;

ALSOP, 2008; LIPKIN; PERRYMORE, 2010; NG; SCHWEITZER; LYONS, 2010).

Nesse sentido, a manutenção de sua posição social através do trabalho se dá através de uma racionalização econômica de suas escolhas profissionais (WEBER, 1982; TAYLOR, 1997; GORZ, 2003), fortemente enviesado pela figura da família. A partir dessa perspectiva, a percepção sobre as próprias habilidades vai sendo moldada, fomentando o desenvolvimento de uma “vocação” – que não só pode, mas deve ser posta em prática através de uma atividade profissional, a fim de realizá-la não somente como uma obrigação, necessária ao sustento material, mas como um forma de se ter prazer (DUFFY et al, 2012; DUFFY; AUTIN, 2013). O conceito de vocação depreendido do relato de Daniel parece mais o resultado de uma construção subjetiva, do que propriamente a identificação e afinidade do sujeito com um ofício específico.

No caso deste jovem em especial, o exercício de sua “legítima vocação” estaria condicionado à segurança econômica. De certa forma, isso põe em destaque a relevância do sentido econômico do trabalho para este grupo de jovens zona sul. Toda a estabilidade e segurança usufruída desde a tenra idade, sob diversos aspectos, vem com uma obrigação tácita: de ser mantida e perpetuada – ou, idealmente, incrementada – para as próximas gerações.

Adicionalmente, essa condição privilegiada de sua origem, subjetivamente cobra do jovem zona sul uma espécie de “retorno” para a sociedade, expressa pela função social atinente às suas decisões profissionais. Numa situação ideal, através de suas profissões, os jovens trabalhadores desse grupo devem garantir uma renda suficiente para manter o relativamente alto padrão que vivem, ter prazer nisso e contribuir positivamente à dinâmica social ao qual estão inseridos.

5.2.4.2.

Pedro: um caso em destaque

Em princípio, o caso Pedro não deveria ter sido considerado como um sujeito de interesse à pesquisa. Aos 27 anos, egresso de uma faculdade particular, sócio de uma agência de comunicação corporativa e com uma equipe de funcionários qualificados sob sua responsabilidade, ele havia sido identificado dentre os contatos pessoais do pesquisador como um jovem zona sul. Todavia percebeu-se que esse

não era o caso, conforme os critérios estabelecidos para a categorização dos indivíduos neste estudo, durante a entrevista.

Pedro é uma exceção do grupo de jovens zona sul selecionados para as entrevistas dessa tese, levando em consideração o grau de instrução de seus pais – apenas seu pai completou o ensino médio. Nesse sentido, diversos aspectos concernentes ao seu processo de socialização primária – no ambiente familiar e escolar – o diferenciam da maioria dos sujeitos identificados por essa pesquisa como sendo dessa classe social e merecem atenção, a fim de enriquecer conceitualmente a discussão da interpretação dos dados coletados em campo.

Todo o ensino fundamental de Pedro jovem foi realizado em escolas públicas, o que só veio a mudar com a passagem para o ensino médio. Crente de que tinha uma vocação para a Comunicação Social, Pedro inteirou-se do que seria necessário para o exercício da carreira com a qual tinha se identificado. Com esse objetivo em mente, percebeu como deficiente o sistema público de ensino, na viabilização do seu acesso ao ensino superior. Tal limitação, de sua perspectiva, poderia ser superada através do ingresso numa escola privada. Todavia, as vivências escolares de seus pais impuseram-se como um fator de influência da experiência escolar de Pedro. Seu pai chegou a concluir o ensino médio, sua mãe, todavia, não chegou a terminar o ensino fundamental.

“Não houve influência, houve nem cobrança (no que se refere à vida escolar). Talvez porque meus pais tinham uma visão mais limitada, como eles não tiveram isso. Eles me estimularam muito pouco. Nunca houve... Veio de mim, uma vontade minha. Na mudança pra escola particular, eu fiz muito esforço pra conseguir. Na verdade, eles não queriam me colocar, eu que briguei pra que eles me colocassem, porque eu queria me preparar, porque eu queria fazer faculdade. Eu sempre tive essa vontade: terminei meu fundamental querendo muito ir para essa escola, que era pré-vestibular, porque eu queria me preparar porque eu queria ir pra faculdade”. – Pedro

O ingresso na instituição de ensino privada e toda a socialização atinente a esse novo espaço são destacadas positivamente na trajetória educacional de Pedro.

“Meu Ensino Médio foram os três melhores anos da minha vida. Foi um mundo novo que se abriu. Mudei de escola, conheci outras pessoas, adolescente, nossa escola era muito liberal (...) era uma galera com uma sintonia muito boa, os professores eram muito bons, muito engajados... Muito diferente da experiência que eu tive na escola pública no ensino fundamental. No sentido de perfil de pessoas (...) de se sentir pertencente num grupo. Eu não tinha essa sensação na escola que eu estudei no Ensino Fundamental”. – Pedro

“(No ensino médio) Eu tive grandes professores, bons professores, devo muitas coisas a eles. O papel deles na minha vida como educadores extrapolava o que eles

estavam ali pra ensinar, a matéria, saca? O professor de História, ele não tava ali só pra ensinar História... Ele era um cara que se preocupava em como as pessoas, eu, meus amigos, em como a gente estava se sentindo, como estava a nossa vida... Eles davam lições de cidadania, sabe?! A relação de amizade, companheirismo... Uma relação horizontal, de respeito mútuo”. – Pedro

De seus pais, Pedro vivenciou o exemplo do trabalho árduo. Todavia, veio da família no seu sentido mais amplo, uma referência motivacional para o desenvolvimento educacional e profissional do jovem.

“Eu tinha uma tia, irmã do meu pai, que era uma segunda mãe (...) Na época ela era gerente da Caixa Econômica (...), ela era uma pessoa referência pras outras pessoas, pra família, ela era bem sucedida, inteligente, ela tinha um porte, ela tinha participação, ela tinha... ela era meio que um eixo da família, todo mundo se espelhava muito nela. Então, obviamente que isso contribuiu pra minha percepção de que ‘cara, eu também quero ter isso”. – Pedro

Pedro chega a descrever uma situação marcante com essa tia, que coincidentemente utilizou um jornal para motivar o sobrinho a se dedicar e valorizar os estudos:

“E eu tive uma conversa com ela (...) acho que foi a última vez que eu tive uma conversa com ela. Ela me chamou, daí ela abriu um jornal, ela olhou, me mostrou e falou assim: ‘eu quero que você estude muito, porque é muito triste uma pessoa que abre o jornal e não compreende aquilo que ela lê, ou não se interessa... (...) Eu quero que você seja alguém”. – Pedro

Pouco tempo depois dessa conversa, a tia veio a falecer, mas o legado da sua relação com Pedro se faz presente até hoje. Acumulando já uma década de experiência profissional – não somente na área de comunicação, pois Pedro faz “bicos” desde os 17 anos – depreende-se dos relatos do jovem um sentimento de realização plena na carreira que escolheu seguir. Essa segurança lhe permitiu, inclusive, preterir uma relativa segurança oriunda da contratação por uma grande empresa de comunicação, para lançar-se aos desafios do empreendedorismo, com todos os riscos e recompensas.

“Eu estava trabalhando numa empresa grande (...) e eu fui convidado por uma amiga que tinha uma agência de comunicação pra ser sócio dela. Na época eu avaliei o que seria melhor pra mim, se seria continuar com carteira assinada (...) dentro daquela ‘visão romântica de trabalho’, ou se eu seria prático e migraria pra outro ramo da comunicação, visando um ganho financeiro melhor, crescimento, ter outras experiências, ampliar minha formação... Porque hoje em dia não é só comunicação que eu faço, é financeiro, contabilidade, gestão de pessoas (...) É uma rotina pesada, mas gratificante. É dinâmico (...) trabalho bastante, mas é bem prazeroso”. – Pedro

O interessante a ser destacado do sujeito Pedro é o fenômeno do habitus clivado, conforme ele é explicado por Friedman (2016). A sua movimentação de

social assemelha-se de certa forma ao que Souza (2009; 2010) caracteriza como “batalhador” – pela intenção de ascensão social através do trabalho.

A origem humilde de sua socialização primária (BOURDIEU, 2015), tanto na família – num sentido mais próximo, referente aos pais – quanto na escola, durante o ensino fundamental no sistema público, contrapõem-se à sua condição atual, ocupante de uma posição associável a estratos sociais superiores. Seguro de sua vocação, fomentado por uma referência familiar destoante de suas origens, o jovem acrescenta à sua “estrutura” (BOURDIEU, 2015) um novo modo de ação social. Em seu discurso, percebe-se uma construção híbrida, convergindo junto aos aspectos típicos dos jovens zona sul, dimensões referentes aos jovens zona norte, por exemplo, no que diz respeito aos sentidos morais do trabalho.

Em linha com Friedman (2016), Pedro relata a necessidade de um esforço para garantir uma “extensão” do suporte familiar, atinente à viabilização de seu acesso ao ensino superior. Num movimento de resistência à perpetuação de seu habitus de origem (BOURDIEU, 2015), o jovem percebe na socialização junto aos “jovens zona sul” das instituições de ensino privadas uma maior identificação. Neste novo ambiente, o acompanhamento do “fluxo” se dá de maneira quase que “orgânica”, alçando o jovem a posições profissionais de prestígio, situando-o num estrato social mais afluente.

5.3.

As (des) igualdades no Centro da Cidade Partida

A observação dos resultados da pesquisa permitiu uma contraposição entre as descobertas referentes aos jovens zona norte e jovens zona sul. Nesta seção, as informações depreendidas do campo serão contrapostas, tanto no que se refere aos sentidos atribuídos ao trabalho, quanto às suas origens e ao condicionamento social referente ao campo profissional correspondentes a cada um dos grupos pesquisados.

5.3.1.

Sobre os sentidos do trabalho

A centralidade (MOW, 1987) da atividade profissional se mostrou comum aos dois grupos. Tal constatação põe-se em linha com toda uma corrente de autores que defendem que para o jovem contemporâneo, o trabalho se mantém como uma

forte referência na construção identitária desse sujeito (KOST, 1996; RUIZ; LLAGUNO; VAZQUEZ, 2008; FERRARI et al. 2009; OLIVEIRA; PICCININI; SILVEIRA, 2010; RIZZO; CHAMON, 2011; NUÑEZ; SANSONE, 2016).

Num outro ponto de convergência, a percepção do trabalho como uma forma de subsistência também pôde ser observada. Todavia, há de se diferenciar a subsistência à qual cada um desses grupos se refere. Dentre os jovens zona norte consultados, a questão da responsabilização sobre o próprio sustento, na maioria das vezes, esteve associada à uma mudança de papel social vivenciada pelo jovem. Foram relatados casos de morte dos pais, gravidezes, casamentos, dentre outros eventos, que anularam o suporte familiar – no sentido de provisão material – forçando o jovem a entrar no mercado de trabalho, a fim de se manter.

Dentre os jovens zona sul, por outro lado, a questão da subsistência acontece de forma “simbólica”. Tais sujeitos reconhecem o trabalho como a atividade através da qual eles garantem os recursos necessários para o próprio sustento. Todavia, ainda contam com o suporte familiar no custeio de suas despesas mais essenciais, como moradia e alimentação, por exemplo. A renda obtida através de seus trabalhos, quando entra no orçamento familiar, se dá de forma complementar. Dentre os jovens entrevistados nessa pesquisa, até então, o trabalho servia para um tipo de “emancipação simbólica”, através da qual eles poderiam custear seus próprios gastos com atividades de lazer, ou investimentos neles próprios – como o pagamento de cursos de pós-graduação, por exemplo.

A percepção do trabalho como uma fonte de prazer também se destaca na fala dos dois grupos de jovens consultados nesta tese. Da mesma forma, há de se olhar com atenção, a fim de perceber as diferenças nas maneiras pelas quais o trabalho se constrói como uma atividade hedonista, em cada um desses estratos sociais.

Dentre os jovens zona norte, a ideia de prazer está associada à execução de uma atividade agradável, que não lhe cause sofrimento, na qual eles poderiam empenhar-se plenamente. Esse caráter hedonista passa também pela questão do sustento. O sucesso em cumprir com essa demanda fundamental do cotidiano dos jovens de estratos sociais menos favorecidos se destaca como uma fonte de prazer relacionada à prática profissional.

Para o jovem zona sul, por outro lado, o prazer em trabalhar vem não só da identificação com o ofício que executam. Tal percepção tangencia aspectos referentes à prática de uma vocação, através da qual o jovem contribuiria

positivamente para a sociedade na qual ele está inserido, através de seu trabalho. Trata de um senso de realização profissional, num sentido amplo. A experiência de trabalhar com aquilo que o sujeito “nasceu” pra fazer, como defendem Duffy et al. (2012) e Duffy e Autin (2013), agrega positiva e subjetivamente à vivência profissional. Esse fenômeno foi observado no grupo de jovens zona sul consultados.

A questão vocacional, inclusive, colocou-se de forma diferente entre os dois grupos, mostrando-se como um privilégio de classe. Duffy e Autin (2013) já discutiram o assunto sob a perspectiva analítica da consideração das classes sociais e aferiu que a percepção de exercer uma vocação através do trabalho é mais recorrente entre os estratos sociais mais abastados. Tal fato foi corroborado por esta pesquisa. Percebeu-se na trajetória de vida dos jovens zona sul um longo processo de consciência, formação e aperfeiçoamento das vocações, custeadas – emocionalmente e financeiramente – pelas famílias desses jovens, visando ao mercado de trabalho. Tanto na socialização escolar, quanto na familiar, os jovens são estimulados a descobrirem e desenvolverem essas suas “habilidades natas”, a fim de se aproveitarem delas profissionalmente. Num contraponto à essa realidade do jovem zona sul, o jovem zona norte, com sua experiência escolar frágil e o suporte familiar limitado, não percebeu-se provido com os mesmos recursos – objetivos e subjetivos – que viabilizassem a construção de sua vida profissional com base na identificação, desenvolvimento e na prática vocacional.

Esse utilitarismo da vocação, com vistas à sua aplicação no mercado de trabalho, reflete também uma forte racionalização econômica da experiência de vida do jovem zona sul (WEBER, 1982; TAYLOR, 1997; GORZ, 2003). Tal modo de raciocínio também é percebido na fala dos jovens zona norte, todavia, aparece de forma mais consciente dentre os sujeitos das classes sociais mais abastadas. O sentido do trabalho, como uma atividade normativa, que define uma rotina da vida desses trabalhadores, é outra evidência disso.

As questões morais atinentes ao trabalho também foram relatadas de maneiras diferentes pelos dois grupos e é possível destacar um enviesamento classista dessa questão. Percebe-se na fala dos jovens zona norte uma ratificação do valor próprio perante a sociedade através do trabalho. Pelos relatos dos sujeitos entrevistados nessa pesquisa, é o trabalho que dignifica socialmente – não o simples de sua existência. Associado a isso entra também a questão da independência e emancipação plena, viabilizados através do trabalho. Nesse sentido, o ócio, ou a

dedicação a atividades que não sejam profissionais são avaliados negativamente – ratificando a centralidade do trabalho (MOW, 1987) na constituição identitária dentre jovens de classes sociais menos abastadas, em linha com Kost (1996) e Rizzo e Chamon (2011).

De um outro lado, a moralidade do campo profissional para os jovens zona sul está na necessidade de realizar um trabalho que tenha um impacto social positivo e relevante. Depreende-se da fala dos trabalhadores desse grupo um significativo anseio em contribuir socialmente, desvalorizando as posições profissionais que não possibilitassem esse intento. Essa constatação sobre o jovem zona sul entra de acordo com diversas teorias da geração Y, que destacam o desejo por uma posição profissional socialmente relevante e impactante como característico dos jovens contemporâneos (SMOLA; SUTTON, 2002; ALSOP, 2008; NG; SCHWEITZER; LYONS, 2010).

5.3.2. Sobre as origens dos sentidos do trabalho

A vivência do cotidiano profissional e a figura da família despontaram como as principais fontes de sentidos ao trabalho entre os jovens consultados nessa pesquisa. De acordo com a tipologia de Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010), tratariam-se de “outros” e “contexto do trabalho”, ou seja: como se fatores externos fossem determinantes no fenômeno da dotação de sentidos ao trabalho entre os sujeitos pesquisados, tanto os jovens zona sul, quanto os jovens zona norte. No entanto, a fala dos trabalhadores do primeiro grupo é como se fosse travestida de aspectos referentes ao “self” (ROSSO; DEKAS; WRZESNIEWSKI, 2010).

É possível problematizar tal fato, levando em consideração o amplo suporte familiar que os jovens zona sul desfrutam, em comparação com os jovens zona norte. Esse suporte, expresso em ações que visam ao desenvolvimento pessoal do jovem, podem estar associados à essa percepção de que o sentido teria sido construído tal como num processo dialético, onde incidem significativamente as suas próprias perspectivas, no processamento das experiências sociais no ambiente de trabalho. O jovem zona norte, por sua vez, teria mais consciência dessa interferência externa – de forma manifestada, ou latente – da construção de sentidos acerca da própria atividade profissional.

5.3.3.

Sobre os condicionantes sociais do campo profissional

Os processos de socialização primária dos jovens zona norte e dos jovens zona sul ocorrem de maneiras profundamente distintas, condicionando profundamente as diferenças atinentes à construção de um habitus profissional. Tanto no ambiente escolar, quanto no ambiente familiar, a estabilidade e abonação relatada pelos trabalhadores dos estratos sociais mais abastados, contrastam com a precariedade e as limitações daqueles de estratos sociais inferiores. Nesse sentido, a teoria de reprodução social bourdieusiana (BOURDIEU, 2015) mostra-se coerente com a realidade contemporânea brasileira, conforme os relatos dos jovens consultados nessa pesquisa, em linha com Souza (2009; 2010).

A educação, por exemplo, para o jovem zona sul, é um axioma de sua experiência de vida. Tão certa quanto a conclusão do ensino médio, é a sua entrada – e conclusão – no ensino superior. Foi possível depreender da fala desses jovens, a trajetória até altos graus de educação, como se fosse um caminho único, através do qual todos os seus semelhantes deveriam percorrer, rumo às carreiras condizentes com a sua posição social. Em linha com a perspectiva weberiana das classes (WEBER, 1982), com as considerações sobre a racionalização econômica da experiência de vida no capitalismo (WEBER, 1982, TAYLOR, 1997; GORZ, 2003) e com a inspiração econômica da definição de capital cultural de Bourdieu (2015), a família do jovem zona sul investe o quanto pode no desenvolvimento individual – social – de seus filhos. Nas salas de aula deste grupo, o discurso – ora tácito, ora expresso – fundamenta e perpetua esse padrão, tornando a evasão escolar um fenômeno raro nesses estratos sociais.

O contrário acontece dentre os jovens zona norte. A limitação de recursos de seus pais, associada a um sistema público de ensino deficiente, junto da assunção de novos papéis sociais ao longo de suas vidas tornam a experiência educacional extremamente frágil. A evasão escolar é o padrão. Poucos são os que conseguem completar o ensino médio e, nesse contexto, o ensino superior foi relatado como uma ideia distante, de certa forma utópica, longe do alcance desses jovens – assim como as posições profissionais menos precárias. Ao alcance dos jovens zona norte, todavia, estão determinadas profissões. Aquelas que não exigem grandes qualificações, quase sempre introduzidas por algum amigo, ou parente próximo,

que servem de parâmetro na experiência e reprodução desta estrutura (estruturada e estruturante) de inserção e vivência do mercado de trabalho (BOURDIEU, 2015).

Numa outra ponta, os jovens zona sul aparentam ter à disposição uma possibilidade de escolha, dentre as infinitas possibilidades sugeridas por todo o seu processo de desenvolvimento social. Todavia, essa suposta liberdade, emergente de um longo processo de formação acadêmica e extra-curricular, tal como numa condição de permanente “preocupação”, conforme a tipificação de Oliveira (2011), e de um grande investimento de capital familiar (SOUZA, 2009) é quase que um simulacro. Todo o investimento feito no capital cultural (BOURDIEU, 2015) do jovem zona sul precisa gerar os dividendos necessários, ao menos para a manutenção de sua posição social – tanto no sentido econômico, quanto no social. Dessa forma, o leque de possibilidades profissionais vai se tornando menos diversos. As “infinitas possibilidades” prometidas nas salas de aula precisam se adequar à satisfação de demandas socialmente impostas. O desejo pela ascensão social torna-se mais evidente e a racionalização econômica da própria existência (WEBER, 1982, TAYLOR, 1997; GORZ, 2003), um imperativo. Tanto quanto os jovens zona norte, ingressam e vivem o mercado de trabalho, de forma a reproduzir toda a estrutura (estruturada e estruturante) em que se encontram.

6

Conclusões e Considerações Finais

Este capítulo que encerra a tese é composto por três seções. De partida, tem-se propriamente uma resposta às questões relacionadas ao cumprimento dos objetivos delimitados nesta pesquisa, com algumas considerações conclusivas referentes à articulação dos resultados obtidos. A terceira seção destaca as contribuições teóricas e práticas redundantes deste estudo, para aí sim encerrar este capítulo, com a descrição de algumas limitações e sugestões para pesquisas futuras.

6.1.

Quanto ao cumprimento dos objetivos de pesquisa

Neste ponto, vale relembrar os objetivos aos quais essa tese se propôs a cumprir. O objetivo principal foi compreender como se dá a dotação de sentidos ao trabalho entre jovens de diferentes classes sociais. Os objetivos secundários foram dois: remontar as origens do sentido do trabalho comuns a cada classe social entre os jovens e identificar os condicionantes sociais do sentido do trabalho campo profissional referentes à cada classe social.

O condicionamento, não só do fenômeno da dotação de sentidos ao trabalho, mas da experiência profissional como um todo, conforme as origens econômicas e sociais dos jovens consultados, tornou-se notável. Categorizados em grupos, foi possível identificar padrões relacionados às socializações primárias desses trabalhadores, que se mostraram determinantes em suas vivências no mercado laboral.

Em resposta às questões referentes aos objetivos de pesquisa, foi possível constatar que, dentre os jovens zona norte consultados nesta tese, em linhas gerais, foi possível depreender uma percepção do trabalho carregada de uma forte carga moral, associada à uma incisiva ideia do trabalho como um meio de subsistência. Sobre a origem dessas acepções acerca da atividade profissional, emergiram referências atinentes ao exemplo que estes jovens vivenciam em suas relações familiares, à dinâmica do cotidiano profissional e até da religião. Socialmente, o

campo profissional destes jovens estaria condicionado por uma experiência escolar relativamente frágil, associada à uma estrutura familiar bastante fluida - quanto ao desempenho de papéis – e limitada, no que se refere ao sentido de provisão material.

Quanto aos jovens zona sul, percebeu-se que o trabalho representaria uma atividade prazerosa, associada ao exercício de uma vocação, dotada de uma função social relevante, além de ser fonte de subsistência. Tais sentidos, segundo esses jovens trabalhadores, vêm da vivência do cotidiano de seus empregos e de referências familiares. Todavia, muitas vezes o jovem finda por perceber o sentido como tendo sido construído de forma reflexiva, conforme seus próprios valores e crenças contrapostos à interferência externa. O condicionamento social atinente à vida profissional caracterizou-se por uma experiência escolar axiomática, na qual discursos “ausentes” marcam o avanço profissional e acadêmico desses jovens, que gozam de um suporte familiar amplo que impacta diretamente a inserção no mercado de trabalho desse grupo de jovens empregados.

Levando em consideração a compreensão sociológica da juventude, tal como um conceito múltiplo, conforme é argumentado por Rocha-de-Oliveira, Piccinini e Bitencourt (2012), percebe-se que marcos temporais referentes à idade cronológica são insuficientes para delimitar a experiência da juventude entre os diferentes grupos de jovens dessa pesquisa. Isso porque a juventude, entendida como uma época de formação, de preparo para a entrada na vida adulta, torna-se uma experiência mais curta dentre os jovens zona norte – pela limitação do suporte familiar, associada à assunção de responsabilidades essenciais, tal como o próprio sustento – e sem um prazo estabelecido para terminar dentre os jovens zona sul – que usufruem indefinidamente do suporte emocional e financeiro da figura familiar.

Todavia, há de se chamar atenção de que tais conclusões não devem ser consideradas como fatos isolados, a fim de não recalcar o pensamento sobre lugares comuns. Seja numa estereotipação pejorativa de jovens de um grupo, seja numa idealização dos jovens de outro grupo. Como qualquer análise social, a consideração de grupos de jovens categorizados em estratos sociais conforme seus próprios graus de instrução, os de seus pais, articulados ao tipo de trabalho que executam - conforme foi feito nesta pesquisa - encerra em si realidades profundamente complexas. Se de forma grupal, esse ajuntamento não se dá de forma monolítica, uma observação individual, caso a caso, aprofunda essa complexidade a níveis abissais. Apesar das origens distintas – e de tudo que isso

representa – esta pesquisa buscou observar esses jovens através de um ponto de equivalência: são todos trabalhadores, submetidos a uma rotina diária de troca de força de trabalho por recursos financeiros.

Num raciocínio conclusivo, a impressão que ficou do campo, com seus diversos sujeitos de interesse, é a de que em suas experiências de juventude(s) – desde as mais efêmeras, cortadas por alterações abruptas de papéis sociais a serem desempenhados, até as mais duradouras, presas num processo de formação que aparenta nunca ser suficiente, nem ter fim – esses jovens trabalhadores mantêm em si uma motivação positiva acerca do porvir. Ao contrário do que poderia sugerir um senso comum, essa motivação não se dá de forma resignada, nem prepotente. Dentre os sujeitos entrevistados em campo nesta pesquisa, a manifestação de um senso de esperança, presente ao longo de todo o espectro, tanto do jovem zona sul, quanto do jovem zona norte, seja outro ponto de convergência subjetiva deste grande grupo: o dos jovens trabalhadores do Centro do Rio.

6.2. Contribuições da pesquisa

A ida ao campo realizada nessa pesquisa, além de corroborar algumas teorias concernentes ao objeto de pesquisa deste trabalho, possibilitou agregar contribuições teóricas e práticas sobre o fenômeno da dotação de sentidos ao trabalho entre jovens.

A relevância da pesquisa empreendida por esta tese foi defendida com base em três argumentos: dois de caráter teórico e um de caráter prático. Os dois primeiros são relacionados às oportunidades de pesquisa identificadas no campo teórico do sentido do trabalho como um todo e o outro, mais especificamente, trata da consideração dos jovens como recorte de pesquisa. Esse grupo demográfico, inclusive, com suas próprias peculiaridades, relaciona-se ao argumento pragmático que endossa a justificativa da realização deste estudo.

6.2.1. Sobre as contribuições teóricas

Acredita-se ter contribuído com o campo científico das pesquisas sobre sentido do trabalho, através da realização de um estudo qualitativo que à sua maneira, contribuiu para o preenchimento de uma lacuna teórica referente à

consideração de aspectos sociais e econômicos no processo de dotação de sentidos ao trabalho. A análise sociológica empreendida aqui junto a jovens trabalhadores, através de uma perspectiva teórica de classes, numa abordagem bourdieusiana, articula propriamente esses dois tipos de aspectos, viabilizando uma observação do fenômeno fora dos limites organizacionais e contribuindo para a sua maior compreensão. Nesse sentido, percebeu-se ainda que as teorias que preconizam os processos de reprodução de desigualdades sociais, como Bourdieu (2015), Souza (2009; 2010), Peugny (2014) e Friedman (2016) ratificam-se como relevantes às dinâmicas sociais contemporâneas do recorte de pesquisa contemplado – o dos jovens trabalhadores do Centro do Rio de Janeiro.

As limitações referentes à pesquisa com jovens numa sociedade profundamente marcada por desigualdades sociais, como é o caso da sociedade brasileira, conforme é destacado por Rocha-de-Oliveira, Piccinini e Bitencourt (2012), também foram consideradas por essa tese e reforçam a contagem de suas contribuições teóricas. Por ter empreendido uma análise sob a perspectiva teórica das classes, contemplando jovens de diferentes origens sociais, foi possível endossar e se aproveitar da abordagem sociológica do conceito da(s) juventude (s), oferecendo uma abordagem diferenciada – e necessária – quanto a consideração do tema. Foi possível identificar nessa pesquisa diferentes acepções de juventude, que não se restringem à adequação à uma faixa etária específica e convergem em si uma complexa cadeia de características que destoam de populares teorias geracionais (SMOLA; SUTTON, 2002; ALSOP, 2008; NG; SCHWEITZER; LYONS, 2010).

Uma outra contribuição teórica não mencionada na relação dos argumentos da defesa da relevância desta tese tem a ver com a consideração de trabalhos seminais do conceito do sentido do trabalho. Nesse sentido, foi possível colaborar com o desenvolvimento de um corpo teórico menos disperso, atinente à pesquisa do conceito do sentido do trabalho. A carência de estruturas mais generalistas e integradoras é destacada como uma das limitações desse campo científico (ROSSO; DEKAS; WRZESNIEWSKI, 2010).

6.2.2. Sobre as contribuições práticas

Tendo como referência a proposta teórica acerca da definição das diretrizes do trabalho com significado de Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) é possível tecer algumas considerações práticas resultantes dos resultados aos quais esta pesquisa chegou. Tais considerações podem ser úteis, tanto a gestores de recursos humanos, quanto a jovens em busca de um trabalho “com sentido”.

Relembrando brevemente a argumentação dos autores, existiriam quatro perfis de trabalhadores, caracterizados conforme as suas orientações subjetivas atinentes à própria motivação – contrapostas como “agência” e “comunhão” e ao direcionamento de suas ações – opostas entre “self” e “outros”. Tais perfis profissionais seriam: Individualização (agência e self), Contribuição (agência e outros), Auto Conexão (comunhão e self) e Unificação (comunhão e outros).

Desconsiderando toda a complexidade observada na contemplação dos diferentes grupos de jovens trabalhadores dessa pesquisa, é possível caricaturar de formas opostas o jovem zona sul como um grupo de sujeitos com as dimensões “agência” e “self” mais proeminentes e o jovem zona norte, com “comunhão” e “outros” em destaque, numa outra ponta. A partir dessa simplificação, poderiam ser sugeridos, segundo os autores, alguns mecanismos de dotação de sentidos ao trabalho que poderiam contribuir para o desenvolvimento de uma percepção positiva da atividade profissional.

Sobre o jovem zona norte, simplificado no perfil “Unificação” poderiam ser relacionados os mecanismos de propósito – quanto aos sistemas de valores – e pertencimento – quanto à identificação social e a conectividade interpessoal (ROSSO; DEKAS; WRZESNIEWSKI, 2010). Neste caso, a relevância subjetiva, para este jovem, estaria na busca pela harmonia com outras partes – sejam elas propriamente outras pessoas, ou ideários organizacionais e/ou sociais.

Ao jovem zona sul, estereotipado no perfil “Individualização” o trabalho seria positivamente vivenciado através dos mecanismos da auto eficácia – seja pela autonomia ou pela competência – e da autoestima (ROSSO; DEKAS; WRZESNIEWSKI, 2010). Tal posicionamento refletiria a importância que este jovem atribuiu às próprias ações, como elementos que o definiriam como sendo alguém de grande importância, de destaque.

Todavia, há de se ratificar o caráter reducionista da categorização desses grupos de jovens nesses dois perfis, além de mencionar que os próprios autores dessas diretrizes destacam que, apesar da diferenciação dessas quatro configurações, elas não se dão de maneira mutuamente excludentes. Dessa forma, ressalta-se o caráter contingencial na identificação desses perfis e seus respectivos mecanismos de dotação de sentidos ao trabalho.

6.3.

Limitações da pesquisa e sugestões de pesquisas futuras

Neste capítulo de encerramento da tese, é possível destacar algumas limitações que se tornaram perceptíveis a partir das experiências da fase empírica desse estudo.

O Centro do Rio de Janeiro mostrou-se como um ambiente bastante diverso, no qual foi possível identificar os jovens trabalhadores de diferentes classes sociais, necessários ao cumprimento dos objetivos de pesquisa definidos para esse estudo. Todavia, anteriormente pensado como um microcosmos da sociedade brasileira, emergiu a dúvida de que talvez, a dinâmica profissional e social vivenciada no centro comercial e financeiro de uma grande metrópole não seja representativo da “realidade” brasileira como um todo. Apesar de convergir em seu espaço agentes profissionais das mais variadas origens – tanto geográficas, quanto sociais – pelo Centro do Rio de Janeiro transitam comumente personagens urbanos. Dessa forma, uma variedade de perfis profissionais escapou à análise empreendida neste estudo. Nesse sentido, destaca-se a oportunidade de pesquisas futuras que contemplem regiões interioranas brasileiras, a fim de contribuir com uma compreensão da dinâmica subjetiva relacionada ao trabalho numa perspectiva nacional mais ampla.

Além disso, ratificada a tendência à reprodução social (BOURDIEU, 2015, SOUZA, 2009; 2010; PEUGNY, 2014), poderiam ser interessantes pesquisas intergeracionais, numa mesma família, referentes ao processo da dotação de sentidos ao trabalho. Abordagens metodológicas qualitativas, como o método história de vida, por exemplo, poderiam ser interessantes na compreensão dos fenômenos de maneira associada.

Num contraponto, a observação de um evento de habitus clivado (FRIEDMAN, 2016) chamou atenção para as especificidades referentes às

experiências de vida de sujeitos que desenvolvem as competências necessárias para de certa forma subverter as estruturas (estruturadas e estruturantes) nas quais se encontram. Nesse sentido, estudos que intentem identificar esses sujeitos “subversivos”, seja numa movimentação social ascendente, ou descendente e considera-los quanto às suas particularidades profissionais subjetivas, também contribuiriam para um melhor entendimento das dinâmicas sociais contemporâneas do mundo do trabalho.

Abdalla, M. (2009) **Representações sociais dos professores formadores: O sentido do trabalho docente e a profissionalização.** Nuances: estudos sobre Educação. Presidente Prudente, SP, ano XV, v. 16, n. 17, p. 35-52, jan./dez.

Abramova, I. (2011) **Making Meaning of Work: Uncovering the Complexity of Immigrant Experience in a Multicultural Landscape.** Multicultural Perspectives, 13(4), 209–214.

Albornoz, S. (2011) **As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth.** *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 14(1), 127-143.

Allan B., Autin, K., Duffy, R. (2014) **Examining Social Class and Work Meaning Within the Psychology of Working Framework.** Journal of Career Assessment 2014, Vol. 22(4) 543-561.

Almudever B., Michaelis, N., Aeschlimann, M. e Cazals-Ferré, M. (2012) **Agency put to the proof of suffering at work: emotions, search and construction of meaning.** Psychologie du Travail et des Organisations - Volume 18, Issue 1.

Alsop, R. (2008) **The trophy kids grow up: How the millennial generation is shaking up the workplace.** San Francisco, CA, US: Jossey-Bass

Antunes R (2014). **Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil.** *Estudos Avançados*; 28(81):39-53.

Araújo, M., Dutra, R., & Jesus, S. (2018) **Neoliberalismo e flexibilização da legislação trabalhista no Brasil e na França.** *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, 0(242), 558-581

Araujo, M., Montenegro, L., Alves, M. Brito, M. (2013) **O significado do trabalho para os profissionais de um serviço substitutivo de saúde mental.** Rev Esc Enferm USP; 47(3).

Ardichvili, A., Kuchinke, P. (2009) **International Perspectives on the Meanings of Work and Working: Current Research and Theory.** Advances in Developing Human Resources Vol. 11, No. 2 April.

Arend, S; Reis, A. (2009) **Juventude e restaurantes *fastfood*: a dura face do trabalho flexível.** *Revista katálisis*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 142-151, dez.

Arnaud-Nicolas, C., Sovet, L., Lhotellier, L., A. Bernaud, J. (2017) **Development and validation of the meaning of work inventory among French workers.** Int J Educ Vocat Guidance, 17:165–185

Arnaud-Nicolas, C., Sovet, L., Lhotellier, L., Di Fabio, A. Bernaud, J. (2016) **Perceived Work Conditions and Turnover Intentions: The Mediating Role of Meaning of Work.** Frontiers in Psychology, May 2016 | Volume 7 | Article 704

- Arvey, R.D., Harpaz, I., & Liao H. (2004) **Work centrality and post-award work behavior of lottery winners**. *The Journal of Psychology*, 138, 404-420
- Ashforth, B. E., & Mael, F. (1989). **Social identity theory and the organization**. *Academy of Management Review*, 14(1), 20.
- Bardin, Laurence. (1977) **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70
- Bastos A., Pinho, A., Costa, C. (1995). **Significado do trabalho**. *Revista de Administração de Empresas*, 35 (6), 20-29.
- Bastos, P. (2012) **A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810
- Beigi, K., Shahbolaghi, F., Rassafiani, M., Haghgoo, H., Taherkhani, H. (2015) **The meaning of work in people with severe mental illness (SMI)** *Iran Med J Islam Repub Iran*, Vol. 29:179
- Bendassolli, P., Borges-Andrade, J. (2011). **Significado do trabalho nas indústrias criativas**. *Rev. adm. empres.* [online]. 2011, vol.51, n.2, pp.143-159
- Bendassolli, P., Coelho-Lima, F., Pinheiro, R., Gê, P (2016) **The Meaning of Work during Short-term Unemployment**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* Jan-Mar 2016, Vol. 32 n. 1
- Bendassolli, P., Coelho-Lima, F., Pinheiro, R., Gê, P. (2015) **A produção científica brasileira sobre sentidos e significados do trabalho: uma revisão dos usos terminológicos e das classificações temáticas existentes**. *Avances en Psicología Latinoamericana / Bogotá (Colombia) / Vol. 33(2) / pp. 203-221*.
- Bendassolli, P., Gondim, S. (2014) **Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: Discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos**. *Avances en Psicología Latinoamericana*. Vol. 32(1) pp. 131-147
- Beukes, I., Botha, E. (2013) **Organisational commitment, work engagement and meaning of work of nursing staff in hospitals**. *SA Journal of Industrial Psychology*, 39(2).
- Bitencourt, B., Gallon, S., Batista, M., Piccinini, V. (2011) **Para Além do Tempo de Emprego: o sentido do trabalho no processo de aposentadoria**. *Revista de Ciências da Administração*, 13(31), 30-57.
- Bono, J. E., & Judge, T. A. (2003). **Self-concordance at work: Toward understanding the motivational effects of transformational leaders**. *Academy of Management Journal*, 46(5), 554–571.
- Bourdieu, P. (2015) **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre, Editora Zouk.
- Brief, A. P., & Nord, W. R. (1990). **Meanings of occupational work**. Lexington: Lexington Books.
- Brief, A. P., Brett, J. F., Futter, D., & Stein, E. (1997). **Feeling economically dependent on one's job: Its origins and functions with regard to worker well-being**. *Journal of Applied Social Psychology*, 27, 1303–1307.

Bustos, C., Cornejo, R. (2014) **Sentidos del trabajo en docentes de aulas hospitalarias: Las emociones y el presente como pilares del proceso de trabajo.** Psicoperspectivas – Individuo y necesidad - VOL. 14, N° 2.

Camps, E. (2008) **Meaning of work and relations work life – out of work life among three categories teleworkers and traditional workers.** Psychologie du Travail et des Organisations ,V 14, Issue 1.

Cardoso, S., Carvalho, R. (2009) **Sobre o sentido do trabalho e a competitividade em modos de produção contemporâneos.** RECADM | v. 8 | n. 2 | p. 224-240

Castel, D., Lemoine, C., Durand-Delvigne, A. (2011) **Working in a cooperative and social economics: Effects on job satisfaction and the meaning of work.** Perspectives interdisciplinaires sur le travail et la santé, 13-2.

Cavalheiro, G. (2010) **Sentidos atribuídos ao trabalho por profissionais afastados do ambiente laboral em decorrência de depressão.** Dissertação apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

Cavazotte, F., Lemos, A., Viana, M. (2012) **Novas gerações no mercado de trabalho: expectativas renovadas ou antigos ideais?** Cad. EBAPE.BR, v. 10, nº 1, artigo 9.

Cerqueira, D. et al. (2017) **Atlas da violência - 2017.** Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: FBSP, 2017. 68 p

Chadi, A. Jeworrek, S., Mertins, V. (2017) **When the Meaning of Work Has Disappeared: Experimental Evidence on Employees' Performance and Emotions.** MNGMNT Science - Vol. 63, No. 6.

Cimbalista (2007). **Sufrimento: O sentido adverso das condições de trabalho sob o sistema de produção flexível.** Univ. Psychol. Bogotá (Colombia) 6 (1): 69-78.

Cleavenger, D., Munyon, T. (2013) **It's how you frame it: Transformational leadership and the meaning of work.** Business Horizons, 56, 351—360

Closs, L., Oliveira, S. (2015). **História de Vida e Trajetórias Profissionais: Estudo com Executivos Brasileiros.** RAC, v. 19, n. 4, art. 6, pp. 525-543

Creswell, J. (2010) **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto.** 3ed. Porto Alegre, Artmed.

D'Abate, C. P. (2005). **Working hard or hardly working: A study of individuals engaging in personal business on the job.** Human Relations, 58(8), 1009–1032.

Dias, A., Cruz, M. (2013) **As representações dos sentidos e significados atribuídos ao trabalho docente na perspectiva de gênero.** Revista Ambivalências V1, N.2, p. 104 – 128.

DiFabio, A., Blustein, D. (2016) **Editorial: From Meaning of Working to Meaningful Lives: The Challenges of Expanding Decent Work.** Frontiers in Psychology. V. 7: 1119.

Dirkx (2013). **Leaning in and Leaning Back at the Same Time: Toward a Spirituality of Work-Related Learning.** Advances in Developing Human Resources 15(4) 356– 369.

- Dobrow, S. (2013). **Dynamics of calling: A longitudinal study of musicians.** Journal of Organizational Behavior, 34, 431–452.
- Dolan, A; Ayland, C. (2001). **Analysis on trial.** International Journal of Market Research, v. 43, quarter 4, p. 377-389.
- Dourado, D. Holando, L., Silva, M., Bispo, D. (2009) **Sobre o sentido do trabalho fora do enclave de mercado.** Cadernos Ebape.br, v. 7, nº 2, artigo 10.
- Dubar, C. (1997). **A Socialização. Construção de Identidades Sociais.** Porto Editora: Porto, Portugal.
- Dubois, A; Gadde, L. (2002). **Systematic combining: an abductive approach to case research.** Journal of Business Research, 55, 553-560.
- Duffy, R., Allan, B., Autin, K., Bott, E. (2013) **Calling and Life Satisfaction: It's Not About Having It, It's About Living It.** Journal of Counseling Psychology 2013, Vol. 60, No. 1, 42–52.
- Duffy, R., Allan, B., Autin, K., Douglas, R. (2014) **Living a Calling and Work Well-Being: A Longitudinal Study.** Journal of Counseling Psychology, Vol. 61, No. 4, 605–615.
- Duffy, R., Autin, K., Bott, E. (2015) **Work Volition and Job Satisfaction: Examining the Role of Work Meaning and Person–Environment Fit.** The Career Development Quarterly, Volume 63.
- Duffy, R., Bott, E., Allan, B., Torrey, C., Dik, B. (2012) **Perceiving a Calling, Living a Calling, and Job Satisfaction: Testing a Moderated, Multiple Mediator Model.** Journal of Counseling Psychology. Vol. 59, No. 1, 50–59
- Dutton, J. E., Worline, M., Frost, P., & Lilius, J. (2006). **Explaining compassion organizing.** Administrative Science Quarterly, 51(1), 59–96.
- Dutton, J. E., & Ragins, B. R. (Eds.). (2007). **Exploring positive relationships at work: Building a theoretical and research foundation.** Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Eagleton, T (2012). **Marx estava certo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Edwards, J. R., & Rothbard, N. P. (2000). **Mechanisms linking work and family: Clarifying the relationship between work and family constructs.** Academy of Management Review, 25(1), 178–199.
- Ferrari, L., Nota, L., Soresi, S., Blustein, D., Murphy, K., Kenna, A. (2009) **Constructions of Work Among Adolescents in Transition.** Journal of Career Assessment, Volume 17 Number 1.
- Filho, N; Cabanas, P; Komatsu, B. (2013) **A Condição “Nem-nem” entre os Jovens é Permanente?** Policy Paper nº 7 – Agosto.
- Fock, H., Yim, F., Rodriguez, M. (2010) **The effects of sales supervisor relationships on work meaning: The case of Canadian and Chinese salespersons.** Industrial Marketing Management, v. 39.
- Fonseca, C., Santos, M. (2007) **Tecnologias da informação e cuidado hospitalar: reflexões sobre o sentido do trabalho.** Ciência & Saúde Coletiva, 12(3):699-708.

- Franco, M. (2008). **Análise de Conteúdo**. 3 ed. Brasília: Liber livro editora.
- Friedman, S (2015) **Habitus clivé and the emotional imprint of social mobility**. Sociological Review. Epub ahead of print 1 April 2015
- Frigotto, G. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais**. Ideação, [S.l.], v. 10, n. 1, p. p.41-62, set. 2010.
- _____. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidade, desafios e perspectivas**. In: Paulo Vannuchi; Regina Novaes. (Org.). **Juventude e Sociedade - Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Fundação Perseu Ramos, 2004, v. , p. 180-216.
- Fuhrmann, N. (2013). **Luta por reconhecimento: reflexões sobre a teoria de Axel Honneth e as origens dos conflitos sociais**. *Barbaroi*, (38), 79-96
- Geldenhuys, M., Laba, K., Venter, C. (2014) **Meaningful work, work engagement and organisational commitment**. SA Journal of Industrial Psychology, 40(1).
- Gil, A. (1999). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas.
- Gómez, M. (2011) **Significados asociados al futuro laboral: entre la formalidad y la informalidad**. Pensamiento Psicológico, Volumen 9, No. 16, pp. 107-124
- Gonçalves, H. (2005) **Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2
- Gorz, A. (2003) **Metamorfoses do trabalho**. São Paulo: Annablume,
- Grant, A. M., Dutton, J. E., & Rosso, B. D. (2008). **Giving commitment: Employee support programs and the prosocial sensemaking process**. Academy of Management Journal, 51(5), 898–918.
- Hackman, J; Lawler, E. (1971) **Employee reactions to job characteristics**. Journal of applied psychology monograph, East Lansing, v. 55, n. 3, p. 259-286,
- Harpaz, I. (1989) **Non-financial employment commitment; a cross-national comparison**. Journal of Occupational Psychology 62:147-150.
- Harpaz, I., Fu, X. (2002) **The structure of the meaning of work: a relative stability amidst change**. Human Relations, v. 55 (6). Pp. 639 – 667.
- Harpaz, I., Meshoulam, I. (2010) **The meaning of work, employment relations, and strategic human resources management in Israel**. Human Resource Management Review, v. 20.
- Harpaz, I; Honig, B; Coetsier, P. (2002) **A cross-cultural longitudinal analysis of the meaning of work and the socialization process of career starters**. Journal of World Business, 37, 230-244
- Harpz, I; Fu, X. (2002) **The structure of meaning of work: a relative stability amidst change**. Human Relations, London, v.55, n.6, p.639-667
- Harris,K., Kacmar, M., Zivnuska, S. (2007) **An investigation of abusive supervision as a predictor of performance and the meaning of work as a moderator of the relationship**. The Leadership Quarterly, 18, 252–263.

Hill, P. C., & Pargament, K. I. (2003). **Advances in the conceptualization and measurement of religion and spirituality**. *American Psychologist*, 58(1), 64–74.

Hirschman, E.C. and Holbrook, M.B. (1986), ``**Expanding the ontology and methodology of research on the consumption experience**'', in Brinberg, D. and Lutz, R.J. (Eds), **Perspectives on Methodology in Consumer Research**, Springer, New York, NY, pp. 213-51.

Hogg, M. A., & Terry, D. J. (2000). **Social identity and self-categorization processes in organizational contexts**. *Academy of Management Review*, 25(1), 121.

Howard, K; Sharp, J. (1983). **The Management of a Student Research Project**. Aldeshot, Gower.

Hulin, C. L., & Blood, M. R. (1968). **Job enlargement, individual differences and worker responses**. *Psychological Bulletin*, 69, 41–55.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). **Pesquisa Nacional de Amostra por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, RJ.

_____. (2017) Indicadores IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Segundo trimestre de 2017**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_201201_201702_trimestre_novos_indicadores.pdf . Acesso em: 17/10/2017

Isaksson, J., Wilms, T., Laurell, G. Fransson, P., Ehrsson, Y. (2016) **Meaning of work and the process of returning after head and neck câncer**. *Support Care Cancer*, v.24

Jung, H., Yoon, H. (2016) **What does work meaning to hospitality employees? The effects of meaningful work on employees' organizational commitment: The mediating role of job engagement**. *Intl Jour of Hospitality Mgnt*, v. 53.

Kirchmeyer, C. (1992). **Nonwork participation and work attitudes: A test of scarcity vs. expansion models of personal resources**. *Human Relations*, 45, 775–795.

Kitayama, S., Akusub, S., Uchidac, Y., Cole, S. (2016) **Work, meaning, and gene regulation: Findings from a Japanese information technology firm**. *Psychoneuroendocrinology*, v.72, 175–181

Kliksberg, B. (2006) **O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações**. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p. 909-942

Kohlbacher, F. (2006). **The Use of Qualitative Content Analysis in Case Study Research**. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, [S.l.], v. 7, n. 1.

Kost, K. A. (1996) **A man without a job is a dead man: The meaning of work and welfare in the lives of young men**. *Journal of Sociology and Social Welfare*, 26(2), 91–112

Kubo, S. (2009). **Significado do trabalho: estudo nos setores público e privado**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo.

Kubo, S., Gouvêa, M. (2012). **Análise de fatores associados ao significado do trabalho**. *Revista de Administração*. São Paulo, v.47, n.4, p.540-554, out./nov./dez.

Kuchinke et al. (2011) **Work meaning among mid-level professional employees: A study of the importance of work centrality and extrinsic and intrinsic work goals in eight countries**. *Asia Pacific Journal of HR* 49(4).

Kuchinke, P., Cornachione Jr, E. (2010) **The Meaning of Work and Performance-Focused Work Attitudes Among Midlevel Managers in the United States and Brazil**. *Performance Improvement Quarterly*, 23 (3).

Kuchinke, P., Kang, H., Oh, S. (2008) **The Influence of Work Values on Job and Career Satisfaction, and Organizational Commitment among Korean Professional Level Employees** - *Asia Pacific Education Review*, Vol. 9, No.4.

Lair, D., Wieland, S. (2012) **“What Are You Going to Do With That Major?” Colloquial Speech and the Meanings of Work and Education**. *Management Communication Quarterly* 26(3).

Larsen, V; Wright, N. (1997). **Community and canon: a foundation for mature interpretive research**. *Advances in Consumer Research*. Provo, v. 24, p. 310-314.

Leidner, R. (2009) **“Identity and work”** in Korczynski, M., Hodson, R. e Edwards, P (ed). **Social Theory at Work**, Oxford: Oxford University Press.

Leite, M; Salas, C. (2015) **Trabalho e desigualdades no Brasil : desafios e contradições do atual modelo de desenvolvimento**. *IdeAs*, 5.

Lemos, A.H.C., Mello, G. R., & Guimarães, M.F. (2013) **Gerações Produtivas e carreiras: o que as mulheres da Geração Y querem?** *Revista da Administração UFSM*, 6(3), 135-152

LENIN, V. (1919) **Uma grande iniciativa**. Disponível em: [http://files.agb-recife.webnode.com.br/200000041-424c643475/Uma%20Grande%20Iniciativa%20\(Lenin\).pdf](http://files.agb-recife.webnode.com.br/200000041-424c643475/Uma%20Grande%20Iniciativa%20(Lenin).pdf) Acesso em: 28/04/2018

Leunissen, J., Sedikides, C., Wildschut, T., Cohen, T. (2016) **Organizational Nostalgia Lowers Turnover Intentions by Increasing Work Meaning: The Moderating Role of Burnout**. *Journal of Occupational Health Psychology*.

Lilliehorn, S., Hamberg, K., Salander, A. (2013) **Meaning of work and the returning process after breast cancer: a longitudinal study of 56 women**. *Scandinavian Journal of Caring Science*, v. 27.

Lima, E; Nelson, R; Nassif, V. M. J. (2016). **Gênero, Classe Social e Empreendedorismo: Foco nas Estudantes Universitárias de um País Emergente**. *Revista de Administração da UFSM*, 9(4), 579-605.

Lima, M., Tavares, N., Brito, M., Cappelle, M. (2013). **O sentido do trabalho para pessoas com deficiência**. *RAM, REV. ADM. MACKENZIE*, V. 14, N. 2.

Lipkin, A; Perrymore, A. (2010) **A Geração Y no trabalho: como lidar com a força de trabalho que influenciará definitivamente a cultura de sua empresa.** Rio de Janeiro: Elsevier.

Lips-Wiersma, M. (2002). **The influence of spiritual “meaning-making” on career behavior.** The Journal of Management Development, 21(7/8), 497–519.

Long, Z., Buzzanell, P., Kuang, K. (2016). **Positioning Work Amid Discontinuities and Continuities: Chinese Post80s Workers’ Dialogical Constructions of Meanings of Work.** Management Communication Quarterly, Vol. 30(4).

Lopes, R. et al. (2008) **Juventude Pobre, Violência e Cidadania.** Saúde Soc. São Paulo, v.17, n.3, p.63-76

Lourenço, C., Ferreira, P., Brito, M. (2013) **O significado do trabalho para uma executiva: a dicotomia prazer e sofrimento.** Organizações em contexto, Vol. 9, n. 17.

Lundberg, C., Peterson, M. (1994). **The meaning of working in U.S. and japanese local governments at three hierarchical levels.** Human Relations, 47 (12): 1459 – 87.

Lussia, I., Morato, G. (2012) **O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária.** Cad. Ter. Ocup. UFSCar, v. 20, n. 3.

Maccali, N., Minghini, L., Walger, C. S., & Roglio, K. D. (2014). **O método história de vida: desvendando a subjetividade do indivíduo no estudo das organizações.** Administração: Ensino e Pesquisa, 15(3), 439-468

Maciel (2017) Reconhecimento e desigualdade: da ética da autenticidade à cultura do novo capitalismo. Ciências Sociais Unisinos 53(2):281-291

Macintosh, J., Wuest, J., Gray, M., Cronkhite, M. (2010) **Workplace Bullying in Health Care Affects the Meaning of Work.** Qualitative Health Research 20(8) 1128–1141.

Maitlis, S., & Lawrence, T. (2007). **Triggers and enablers of sensegiving in organizations.** Academy of Management Journal, 50, 57–84.

Marra, A., Souza, M., Marques, A., Melo, M. (2013) **Significado do trabalho e envelhecimento.** RAD Vol.15, n.2, Mai/Jun/Jul/Ago, p.103-128.

Marx K; Engels, F. (2007) **A Ideologia Alemã.** São Paulo, Boitempo Editorial.

Marx, K. (2011). **O 18 de Brumário de Luis Bonaparte.** São Paulo, Boitempo Editorial.

Marx, K. (2013) **O Capital – Crítica da Economia Política. Livro 1 – O processo de produção do capital.** São Paulo, Boitempo Editorial.

Mattoso, C. L. Q. (2006). **Classes sociais: uma discussão sobre os conceitos na sociologia e antropologia e sua incorporação ao marketing.** Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, 5(2), 1-15

Mauricio, V., Souza, N., Lisboa, M. (2014) **O sentido do trabalho para o ser estomizado**. Texto & Contexto Enfermagem, vol. 23, núm. 3, pp. 656-664

Meaning of Work International Research Team. (1987). The meaning of working. London: Academic Press.

Mendes, L. Chaves, C., Santos, M., Neto, G. (2007) **Da arte ao ofício: vivências de sofrimento e significado do trabalho de professor universitário**. Revista Mal-estar e Subjetividade Vol. VII – Nº 2 – p. 527-556.

Michaelson (2008) **Work and The Most Terrible Life**. Journal of Business Ethics, v. 77.

Michaelson, C., Pratt, M., Grant, A., Dunn, C. (2014) **Meaningful Work: Connecting Business Ethics and Organization Studies**. J Bus Ethics 121:77–90.

Morin, E., Tonelli, M. J. Pliopas, A. (2007). **Trabalho e seus sentidos**. Psicologia & Sociedade. 19, Edição Especial 1: 47-56

Morse, N., Weiss, R. (1955). **The Function and Meaning of Work and the Job**. American Sociological Review, Vol. 20, No. 2, pp. 191-198

Mujah, W., Samad, R., Sing, H., Terenggau, O. (2011) **Meaning of Work and Employee Motivation**. International Management and Business Journal, Volume 1, Issue 2: 18-26.

Nascimento, R. P., Costa, D. V. F., Salvá, M. N. R., Moura, R. G., & Simão, L. A. S. (2016). **'Trabalhar É Manter-Se Vivo': Envelhecimento e Sentido do Trabalho para Docentes do Ensino Superior**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, 11(2), 118-138

Ng, E.S.W., Schweitzer, L. and Lyons, S.T. (2010), **New generation, great expectations: a field study of the Millennial generation**. Journal of Business Psychology, Vol. 25, pp. 281-92

Nielsen, M., Jorgensen, F. (2016) **Meaning creation and employee engagement in home health caregivers**. Scandinavian Journal of Caring Science, 30; 57–64.

Núñez, A., Sansone, V. (2016) **Earning and Learning: Exploring the Meaning of Work in the Experiences of First-generation Latino College Students**. The Review of Higher Education, Volume 40, Number 1.

O'Connor, A., Raile, A. (2015) **Millennials' "Get a 'Real Job'": Exploring Generational Shifts in the Colloquialism's Characteristics and Meanings**. Management Communication Quarterly, Vol. 29(2).

Oliveira, F. (1972) **"A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista"**, in Estudos Cebrap 2, outubro.

Oliveira, L. (2011) **Percepções e estratégias de inserção no trabalho de universitários de Administração**. Revista Brasileira de Orientação Profissional. Vol. 12, No. 1, 83-95

Oliveira, S. **Geração Y – O nascimento de uma nova versão de líderes**. São Paulo, Integrare

Oliveira, S. R., Piccinini, V. C., & Bitencourt, B. M. (2012). **Idéias em debate: Juventudes, gerações e trabalho: é possível falar em geração Y no Brasil?**. *Organizações & Sociedade*, 19(62), 551-558

Organização Internacional do Trabalho – Programa de Promoção da Formalização na América Latina e Caribe (2015). **Formalizando a Juventude Informal – Experiências Inovadoras no Brasil**. Lima, Peru.

Organização Internacional do Trabalho. (2016). **World Employment Social Outlook – Trends for Youth – 2016**. Genebra: International Labour Organization

Ortiz, R. (1983). **Sociologia – Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática.

ORTIZ, R. (org.), (1983). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

Ozanne, J.L. and Hudson, L.A. (1989), ``Exploring diversity in consumer research'', in Hirschman, E.C. (Ed.), **Interpretive Consumer Research**, Association for Consumer Research, Provo, UT, p. 1-9

Palassi, M., Silva, A. (2014) **A dinâmica do significado do trabalho na iminência de uma privatização**. *Revista de Ciências da Administração* • v. 16, n. 38, p. 47-62.

Parfitt, T., Wysocki, J. (2012) **The Meaning of Work in Neoliberal Globalisation: the Asian exception?** *Third World Quarterly*, Vol. 33, No. 1.

Pascual, A. (2009) **The Work Values of Teacher Training Students in a Spanish University. Symbiosis between Schwartz and Meaning of Work (MOW) Study Group**. *European Journal of Education*, Vol. 44, No. 3.

Peixoto, T., Borges, L. (2015) **El Sector Metalúrgico: Relaciones Sindicales, Motivación y Significados del Trabajo**. *Revista Colombiana de Psicología*, VOL. 24 N.º 1.

Pereira, C. Prette, A. Prette, Z. (2008) **Qual o significado do trabalho para as pessoas com e sem deficiência física?** *Psico-USF*, v. 13, n. 1, p. 105-114.

Pérezgonzález, J., Vilela, L. **La centralidade del trabajo**. Dublin: Lulu, 2005.

Perrone, C. M., Engelman, S., Santos, A. S., & Sobrosa, G. M. R. (2013). **A percepção das organizações pela Geração Y**. *Revista de Administração da UFSM*, 6(3), 546-560.

Peugny, C. (2014) **O destino vem do berço? Desigualdades e reprodução social**. Campinas: Papirus. 127p

Piccolo, R. F., & Colquitt, J. A. (2006). **Transformational leadership and job behaviors: The mediating role of core job characteristics**. *Academy of Management Journal*, 49(2), 327–340.

Pinto, L. B., Paula, A. V., Lobato, C. B. P., & Boas, A. A. V. (2015). **Sentidos do Trabalho - Um Estudo Exploratório com Trabalhadores do Polvilho em Minas Gerais**. *Revista Pretexto*, 16(4), 65-81

Podolny, J. M., Khurana, R., & Hill-Popper, M. (2005) **Revisiting the meaning of leadership**. *Research in Organizational Behavior*, 26, 1–36.

Polomeni, A. (2015) **The Question of the Meaning of Work in Hospital Institution.** *Psycho-Oncol.* 9:19-25.

Portes, A. (2000) **Capital Social: Origens e aplicações na Sociologia contemporânea.** *Sociologia, Problemas e Práticas* n.33

Pratt, M. G., & Ashforth, B. E. (2003). **Fostering meaningfulness in working and at work.** In K. S. Cameron, J. E. Dutton, & R. E. Quinn (Eds.), **Positive organizational scholarship** (pp. 309–327). San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, Inc.

Pulido-Martínez, H., Carvajal-Marín, L. (2011) **Building a common sense within the human resource management department of a university hospital in Bogota.** *Universitas Psychologica* V. 10 No. 2.

Ramalho, J; Oliveira, R. (2013). **A atualidade do debate sobre trabalho e desenvolvimento.** *Caderno CRH, Salvador*, v. 26, n. 68, p. 211-215

Rasmussen, D., Elverdam, B. (2008) **The meaning of work and working life after cancer: na interview study.** *Psycho-Oncology*, v. 17.

Remenyi, D; Money, A; Price, D; Bannister, F. (2002). **The creation of knowledge through case study research.** *Irish Journal of Management*, 23(2), 1-17.

Rhodes, C. (2007) **Outside the Gates of Eden - Utopia and Work in Rock Music.** *Group & Organization Management*, Volume 32, Number 1.

Rizzo, C., Chamon, E. (2010) **O sentido do trabalho para o adolescente trabalhador.** *Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro*, v. 8 n. 3, p. 407-417.

Roberman, S. (2013) **All That is Just Ersatz: The Meaning of Work in the Life of Immigrant Newcomers.** *ETHOS*, Vol. 41, Issue 1, pp. 1–23.

Rocha-de-Oliveira, S. R., Piccinini, V. C., & Silveira, C. S. (2010). **O trabalho como representação: a visão dos jovens universitários.** *Revista de Ciências da Administração*, 12(28), 171-197.

Rohm, R., Lopes, N. (2015) **O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica.** *Cad. EBAPE.BR*, v. 13, nº 2, Artigo 6.

Roland, P (2008) **Economically Forced to Work: A Critical Reconsideration of the Lottery Question.** *Basic Income Studies*, vol. 3, issue 2, 1-20

Rolo, C., Prata, M., Dias, M. (2014) **Learning and teaching in at-risk contexts: What strategies? What results?** *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, v. 116.

Ronchi, C., Bandeira, N., Braga, C., Oliveira, R., Junior, J. (2016) **Sentido do trabalho: uma análise sobre a percepção dos coordenadores de cursos em uma instituição universitária.** *Revista GUAL, Florianópolis*, v. 9, n. 3, p. 174-195.

Roncon, a. et al. (2012) **Níveis de resiliência em adultos da geração Y de uma Instituição de Ensino Superior.** *ReCaPe Revista de Carreiras e Pessoas São Paulo*. V.02 n.03 Set/Out/Nov/Dez

Rosso, B., Dekas, K., Wrzesniewski, A. (2010) **On the meaning of work: A theoretical integration and review**. Research in Organizational Behavior. 30. 91–127

Ruiz, A., Llaguno, M., Vázquez, M. (2008). **El significado del trabajo para los futuros publicitarios. Un análisis desagregado por sexo**. Revista Latina de Comunicación Social, 63 pp: 331 - 340.

Ruiz, A., Llaguno, M., Vázquez, M. **The meaning of work of the future advertising workforce. A gender-based analysis**. Revista Latina de Comunicación Social, v. 63.

Saccol, A. Z. **Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em Administração**. Revista de Administração da UFSM, v. 2, n. 2, p. 259-269, 2009

Salais, R. (2013) **Comparing the incomparable? The meaning of work in France, in Deutschland and in Great-Britain in the interwar**. Sociologie du travail, v. 55.

Salancik, G. R; Pfeffer, J. (1978). **A social information processing approach to job attitudes and task design**. Administrative Science Quarterly, 23, 224–252.

Santana, E; Sobrinho, Z. (2007). **O Interpretativismo, Seus Pressupostos e Sua Aplicação Recente na Pesquisa do Comportamento do Consumidor**. In: **I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**. Recife: Anpad.

Santana, M. A. (2004) **Trabalho, política e identidade: da fragmentação à síntese**. TEIAS, ano 5, nº 9-10, jan/dez

SANTOS, J. (2002) **Estruturas de posições de classe no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Santos, W. (1979) **Cidadania e justiça: A política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro, Campus.

Saunders, S., Nedelec, B. (2014) **What Work Means to People with Work Disability: A Scoping Review** - J Occup Rehabil, v. 24.

Schepens, F. (2015) **Participating to Make Work Possible. Staff Meetings in Palliative Care Units**. Sociologie du Travail, v. 57: 39–60.

Setton, M. (2002) **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: Uma leitura contemporânea**. Revista Brasileira de Educação, n. 20, p. 60-70.

Sharabi, M. (2011) **The meaning of work among Jews and Arabs in Israel: the influence of ethnicity, ethnic conflict, and socio-economic variables**. Unesco.

Sharabi, M. (2012) **The work and its meaning among Jews and Muslims according to religiosity degree**. Intl Journal of Social Economics, Vol. 39:11.

SILVA, A.P.; Barros, C.R.; Nogueira, M.L.M.; Barros, V.A. (2007), **Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de história de vida**. Mosaico: estudos em psicologia, v.1, n. 1, p. 15-35.

- Silva, C. L. O., & Saraiva, L. A. S. (2016). **Alienation, segregation and resocialization: meanings of prison labor.** *Revista de Administração*, 51(4), 366-376.
- Smircich, L., & Morgan, G. (1982). **Leadership: The management of meaning.** *Journal of Applied Behavioral Science*, 18(3), 257-273.
- Smola, K; Sutton, C. (2002) **Generational differences: revisiting generational work values for the new millennium.** *J. Organiz. Behav.*, 23: 363-382
- Snir, R., & Harpaz, I. (2002). **Work-leisure relations: Leisure orientation and the meaning of work.** *Journal of Leisure Research*, 34(2), 178-203.
- Soares, C. (1992) **Significado do trabalho: um estudo comparativo de categorias ocupacionais.** Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília.
- Sonenshein, S. (2006). **Crafting social issues at work.** *Academy of Management Journal*, 49(6), 1158-1172.
- Souza, D., Tomei, P. (2016). **Fear of failure in the workplace among Brazilian employees.** *Academia Revista Latinoamericana de Administración*, v. 29, n.4, pp. 407-418.
- Souza, J. (2009). **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG.
- _____. (2010). **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Souza, P., Lopes, A., Hilal, A. (2015) **Características do trabalho valorizadas por trabalhadoras de diferentes faixas etárias.** *R. Adm. FACES Journal Belo Horizonte* v. 14 n. 4 p. 96-116.
- Stavenhagen, R. (1977) **Estratificação social e estrutura de classe.** In: VELHO, O; Palmeira, M; Bertelli, A (org.) **Estrutura de classes e estratificação social.** 7^a ed. Rio de Janeiro: Zahar
- Stebbleton, M. (2012) **The Meaning of Work for Black African Immigrant Adult College Students.** *Journal of Career Development*, n. 39(1).
- Steenkamp, P (2013) **Protestant ethic: Contributing towards a meaningful workplace.** *HTS Theologiese Studies/ Theological Studies* 69(1).
- Steger, M., Dik, B., Duffy, R. (2012). **Measuring meaningful work: The Work and Meaning Inventory (WAMI).** *Journal of Career Assessment*. 00 (0). 1-16.
- Stinchcombe, A. L. (1991). **The conditions of fruitfulness of theorizing about mechanisms in social science.** *Philosophy of the Social Sciences*. 21(3), 367-388
- Strangleman, T (2015) **Rethinking industrial citizenship: the role and meaning of work in an age of austerity.** *The British Journal of Sociology*, Volume 66 Issue 4.
- Strangleman, T. (2017) **Deindustrialisation and the Historical Sociological Imagination: Making Sense of Work and Industrial Change.** *Sociology*, Vol. 51(2): 466-482

Super, D. E., & Sverko, B. (1995). **Life roles, values, and careers**. San Francisco: Jossey-Bass.

Taylor, C. (1997) *As fontes do self. A construção da identidade moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 672 p

Teixeira, A. Petuco, C., Gamarra, L., Kuhsler, C. Teixiera, R., Klein, A. (2014) **O sentido do trabalho: uma análise à luz das gerações X e Y**. Dialogo, n. 25.

Tette, R., Carvalho-Freitas, M., Oliveira, M. (2014) **Relações entre significado do trabalho e percepção de suporte para pessoas com deficiência em organizações brasileiras**. Estudos de Psicologia, 19(3).

Thiry-Cherques, H. (2006). **Pierre Bourdieu: a teoria na prática**. RAP. 40 (1): 27-55.

Thompson, C.J., Locander, W.B. and Pollio, H.R. (1989) **Putting consumer experience back into consumer research: the philosophy and method of existential phenomenology**. Journal of Consumer Research, Vol. 16, pp. 133-46.

Thompson, J. A., & Bunderson, J. A. (2001). **Work-nonwork conflict and the phenomenology of time: Beyond the balance metaphor**. Work and Occupations, 28(1), 17–39.

Tineu, R. (2017) **Ensaio sobre a teoria das classes sociais em Marx, Weber e Bourdieu**. Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.10, n.29, p. 89-107

Tolfo, S. da R., Coutinho, M. C., Baasch, D. & Cugnier, J. S. (2011). **Sentidos y significados del trabajo: un análisis con base en diferentes perspectivas teórico-epistemológicas em Psicología**. Universitas Psychologica. 10(1), 175-188.

Tolfo, S., Piccinini, V. (2007). **Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros**. Psicol. Soc., v. 19, n. spe, p. 38-46.

Tufte, P., Clausen, T., Nabe-Nielsen, K. (2012) **Client-related work tasks and meaning of work: results from a longitudinal study among eldercare workers in Denmark**. Int Arch Occup Environ Health, 85:467–472.

Tulgan, B. (2009) **Not everyone gets a trophy - how to manage generation Y**. São Francisco: Jossey-Bass.

Upadhyay (2010) **Meaning of Work in Dalit Autobiographies**. Studies in History, 26, 1: 31–60.

Van Dongen, I, Josephsson, S., Ekstam, L. (2014) **Changes in daily occupations and the meaning of work for three women caring for relatives post-stroke**. Scandinavian Journal of Occupational Therapy, 21: 348–358.

Vasconcelos, K et al. (2010) **A Geração Y e suas âncoras de carreira**. Revista Gestão.Org – 8 (2):226-244

Ventura, Z. (2004) **Cidade Partida**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras

Viana, E., Machado, M. (2011) **Sentido do trabalho no discurso dos trabalhadores de uma ONG em Belo Horizonte**. Psic & Sociedade, 23 (1).

Vilas Boas, A., Morin, E. (2015) **Sentido do trabalho e orientação para o trabalho: Um estudo em universidades públicas de Minas Gerais e do Québec.** Revista GUAL, v. 8, n. 4, p. 117-133, Edição Especial.

Vilas Boas, A., Morin, E. (2016) **Indicadores de qualidade de vida no trabalho para professores de instituições públicas de ensino superior: Uma comparação entre Brasil e Canadá.** CONTEXTUS Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Vol 14 – Nº 2.

Vohs, K. D., Mead, N., & Goode, M. (2006). **The psychological consequences of money.** Science, 314, 1154–1156.

Weber, M. (1982). **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos.

Weber, R. (2004) **The rhetoric of positivism versus interpretivism: a personal view.** MIS Quarterly. Minneapolis, v. 28, n. 1, p. iii-xii, Mar.

Wong, I., Wan, Y., Gao, J. (2017) **How to attract and retain Generation Y employees? An exploration of career choice and the meaning of work.** Tourism Management Perspectives 23: 140–150.

Wray-Lake, Syvertsen, A., Briddell, L., Osgood, D., Flanagan, C. (2011) **Exploring the Changing Meaning of Work for American High School Seniors From 1976 to 2005.** Youth & Society 43(3) 1110–1135.

Wrzesniewski, A. (2003). **Finding positive meaning in work.** In K. S. Cameron, J. E. Dutton, & R. E. Quinn (Eds.), **Positive organizational scholarship.** San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, Inc.

Wrzesniewski, A., Dutton, J. E., & Debebe, G. (2003). **Interpersonal sensemaking and the meaning of work.** In Kramer, R. M., & Staw, B. M. Eds. **Research in Organizational Behavior.** Vol. 25 (pp.93–135).

Yim, F., Fock, H. (2013) **Social Responsibility Climate as a Double-Edged Sword: How Employee-Perceived Social Responsibility Climate Shapes the Meaning of Their Voluntary Work?** J Bus Ethics, 114:665–674.

Zhou, S. Leung, S., Li, X. (2012) **The Meaning of Work Among Chinese University Students: Findings From Prototype Research Methodology.** Journal of Counseling Psychology, Vol. 59, No. 3.

8 Anexos

Anexo: Produção teórica recente sobre o sentido do trabalho

Produção teórica recente sobre significado do trabalho		
Nome da categoria	Definição da categoria	Textos localizados
Conceito	Pesquisas que problematizam o significado do trabalho como um conceito científico.	Ardichvili e Kuchinke (2009) Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) Kubo e Gouvêa (2012) Bendassolli e Gondim (2014) Michaelson et al. (2014) Rohm e Lopes (2015) Bendassolli et al. (2015) Allan, Autin e Duffy (2015) DiFabio e Blustein (2016)
Escala	Pesquisas que propõem instrumentos de mensuração do significado do trabalho.	Arnaoux-Nicolas et al. (2017)
Emoções	Pesquisas que relacionam o significado do trabalho à emoções.	Almudever et al. (2012) Cimbalista (2007) Chadi et al. (2017)
Cultura/Arte	Pesquisas que têm peças de arte – filmes, por exemplo – como objeto de estudo.	Rhodes (2007) Michaelson (2008)
Vocação	Pesquisas que tratam da vocação como uma origem de significado do trabalho.	Duffy et al. (2012) Duffy et al. (2013) Dobrow (2013) Dirkx (2013) Duffy et al. (2014)
Política	Pesquisas que tratam de aspectos políticos relacionados ao significado do trabalho.	Parfitt e Wysocki (2012) Strangleman (2017)
Consequências organizacionais	Pesquisas que relacionam o significado do trabalho à variadas consequências organizacionais (Ex.: comprometimento, motivação, cidadania organizacional, etc).	Harris et al. (2007) Kuchinke et al. (2008) Castel et al. (2011) Mujah et al. (2011) Beukes e Botha (2013) Yim e Fock (2013) Geldenshuys et al. (2014) Duffy et al. (2015) Strangleman (2015) Leunissen et al. (2016) Arnaoux-Nicolas et al. (2016)

Intercultural	Pesquisas que tratam do significado do trabalho numa abordagem intercultural (cross-cultural studies).	Harpaz et al. (2002) Fock et al. (2010) Kuchinke e Cornachione Jr. (2010) Sharabi (2011) Kuchinke et al. (2011) Salais (2013) Vilas Boas e Morin (2015)
Demográficos	Pesquisas que problematizam a questão do significado do trabalho com fatores demográficos (Ex.: gênero, juventude, envelhecimento, nacionalidade, etc).	Ruiz et al. (2008) Ferrari et al. (2009) Upadhyay (2010) Harpaz e Meshoulam (2010) Rizzo e Chamon (2010) Bitencourt et al. (2011) Pulido-Martínez e Carvajal-Marín (2011) Abramova (2011) Wray-Lake et al. (2011) Cavazotte et al. (2012) Zhou et al. (2012) Stebbleton (2012) Sharabi (2012) Lair e Wieland (2012) Lourenço et al. (2013) Marra et al. (2013) Roberman (2013) Steenkamp (2013) Teixeira et al. (2014) O'Connor e Raile (2015) Souza et al. (2015) Nascimento et al. (2016) Nuñez et al. (2016) Long et al. (2016) Wong et al. (2017)
Desemprego	Pesquisas que relacionam o significado do trabalho à situação de desemprego.	Bendassolli et al. (2016)
Situações específicas de trabalho	Pesquisas que relacionam o significado do trabalho à condições/situações profissionais e/ou organizacionais específicas, tais como: trabalho docente, trabalho carcerário, trabalho no terceiro setor, etc.	Mendes et al. (2007) Camps (2008) Abdalla (2009) Cardoso e Carvalho (2009) Dourado et al. (2009) Pascual (2009) Viana e Machado (2011) Bendassolli e Borges-Andrade (2011) Gómez (2011) Cleavenger e Munyon (2013) Dias e Cruz (2013) Rolo et al. (2014) Bustos e Cornejo (2014) Palassi e Silva (2014) Peixoto e Borges (2015) Pinto et al. (2015) Silva e Saraiva (2016) Vilas Boas e Morin (2016) Ronchi et al. (2016) Jung e Yoon (2016)
Deficiência física	Pesquisas que investigam o significado do trabalho entre	Pereira et al. (2008) Lima et al. (2013)

	empregados com deficiência física.	Tette et al. (2014)
Área médica	Pesquisas que relacionam o significado do trabalho a situações específicas de saúde.	<p>Fonseca e Santos (2007) Rasmussen e Elverdam (2008) Tufte et al. (2012) Lussi e Morato (2012) Lilliehorn et al. (2013) Araujo et al. (2013) Mauricio et al. (2014) Van Dongen et al. (2014) Schepens (2015) Nielsen e Jorgensen (2016) Isaksson et al. (2016) Beigi et al. (2015) Polomeni (2015) Saunders e Nedelec (2014) Macintosh et al. (2010) Kitayama et al. (2016)</p>